

9 CONGRESSO

**Com a luta da juventude
Construir o futuro!**

22 E 23 DE MAIO, LISBOA

Projecto de Resolução Política



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

Índice

Introdução.....2

1. Situação Internacional.....3

1.1 CRISE (S) E CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO	3
1.2 MILITARIZAÇÃO E AGRESSIVIDADE DO IMPERIALISMO	5
1.3 A OFENSIVA IDEOLÓGICA DO IMPERIALISMO	6
1.4 A UNIÃO EUROPEIA E A JUVENTUDE	8
1.5 RESISTÊNCIAS E LUTAS CONTRA O IMPERIALISMO E A ALTERNATIVA NO PLANO DA JUVENTUDE	10

2. Situação Nacional, as políticas e os direitos da Juventude 13

2.1 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE	13
2.2 EDUCAÇÃO	13
2.2.1 Ensino Básico e Secundário	14
2.2.2 Ensino Superior	18
2.2.3 Ensino Profissional	24
2.3 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	25
2.4 EMPREGO	25
2.5 TRABALHADORES-ESTUDANTES (TE'S)	29
2.6 PARTICIPAÇÃO E MOVIMENTO JUVENIL	30
2.7 DEFESA NACIONAL	32
2.8 SAÚDE	33
2.9 DROGA E TOXICODEPENDÊNCIA	34
2.10 ÁLCOOL E ALCOOLISMO	35
2.11 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS	36
2.12 IGUALDADE ENTRE HOMEM E MULHER	37
2.13 JOVENS COM DEFICIÊNCIA	38
2.15 INTERIORIDADE E INSULARIDADE	40
2.16 HABITAÇÃO	41
2.17 TRANSPORTES	41
2.18 RACISMO E XENOFOBIA	42

2.19 IMIGRAÇÃO	42
2.20 EMIGRAÇÃO E JOVENS LUSO-DESCENDENTES	43
2.21 PODER LOCAL	44
2.22 CULTURA	44
2.23 PRÁTICA DESPORTIVA E ACTIVIDADE FÍSICA	45
2.24 JUSTIÇA	46
2.25 LIBERDADE E DIREITOS DEMOCRÁTICOS	46

3. As Lutas da Juventude e o Movimento Juvenil 48

3.1 MOVIMENTO JUVENIL	48
3.1.1 Movimento Associativo Estudantil do Ensino Básico e Secundário	48
3.1.2 Movimento Associativo Estudantil do Ensino Superior	49
3.1.3 Movimento dos estudantes do Ensino Profissional	50
3.1.4 Movimento dos Jovens Trabalhadores	51
3.1.5 Movimento do Trabalhadores-Estudantes (TE's)	52
3.1.7 Associativismo Juvenil de Base Local	53
3.1.8 Encontro Nacional de Juventude (ENJ)	53
3.1.9 Outras formas de participação juvenil	53
3.1.10 As Juventudes Partidárias	54
3.2 INTERVIR PARA UM MOVIMENTO JUVENIL MAIS FORTE E REIVINDICATIVO	54
3.3 INTERVENÇÃO NAS BATALHAS ELEITORAIS	54

4. Organização 56

4.1 A BASE TEÓRICA DA JCP – O MARXISMO-LENINISMO	56
4.2 O PAPEL DA JCP E DO PCP NA SOCIEDADE	56
4.3 O PROJECTO DA JCP E DO PCP	56
4.4 JCP ORGANIZAÇÃO QUE SE REFORÇA NA LUTA	57
4.5 ORGANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO PRÓPRIA DA JCP	57
4.6 LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO DE direcção	65
4.7 A JCP E O PCP	68

Introdução

A juventude, pelas suas características, combatividade e crescente mobilização, luta pela resolução dos seus problemas concretos, tendo um papel importante na transformação do mundo. Tem em si mesmo um grande potencial revolucionário que contribui fortemente para a construção de uma sociedade mais justa, sem miséria, fome, exploração, guerra, pobreza, que atinge milhões de jovens todos os dias.

É uma força social que pode pôr em causa a ordem vigente imposta pela classe dominante, é um perigo que o capitalismo teme e para o qual tem os olhos postos. Assim, para se manter, o capitalismo necessita de aliciar e conformar a juventude, tendo uma linha claramente dirigida a esta.

A ofensiva ideológica do capitalismo dirigida à juventude assume diversas formas e encontramos-la em todo o lado, principalmente na escola e no mundo do trabalho mas também nos mais pequenos pormenores usados pela propaganda do sistema, que tem à sua disposição recursos ilimitados.

Na imposição de valores individualistas, na ideia de normalização do capitalismo e da sua inevitabilidade difundida pela comunicação social e pela escola. O fomento do consumo desenfreado como forma de realização pessoal, a propagação da noção de cristalização das desigualdades entre os homens, e a propaganda de que cada um triunfará individualmente se, de facto, se esforçar.

Servindo-se dos grandes meios de comunicação social em sua posse e do sistema educativo com as suas potencialidades de propagação de ideias dominantes, levam a cabo uma intensa ofensiva ideológica através de campanhas de branqueamento e reescrita da história de luta dos povos, de falsificação, deturpação e silenciamento da luta, de justificação e defesa das políticas de direita de subjugação dos povos, afirmando sempre e por ultimo a irreversibilidade do capitalismo, o fim da história.

É neste quadro que a Juventude Comunista Portuguesa realizará o seu 9º Congresso. Num contexto complexo, de profundos retrocessos sociais desenvolvidos pelos sucessivos Governos e o grande Capital, que coloca a juventude portuguesa em condições de vida mais difíceis e com menos acesso aos seus direitos conquistados com a Revolução de Abril;

É na acentuação das crise(s) e contradições do capitalismo, que afecta os povos e os jovens de todo o mundo, em que o Ideal Comunista, a construção do Socialismo e Comunismo se afirmam ainda mais como o único caminho, e os comunistas como a vanguarda da luta.

A JCP pelos seus objectivos, intervenção e luta assume-se como a organização revolucionária da juventude portuguesa. Partindo da sua base teórica, o marxismo-leninismo, desenvolve a sua acção intimamente ligada à realidade juvenil do nosso país com o objectivo da transformação revolucionária da sociedade.

Cientes do papel dos comunistas e da JCP junto da juventude portuguesa, o Governo e o grande Capital tem investido numa linha de impedimento de acção, estrangulamento das Liberdades e Direitos Democráticos que visa primeiramente atingir os comunistas mas também aqueles que não desistem de lhes fazer frente, de lutar por um outro rumo e nova política para o País.

Na actividade regular da JCP, impedimentos da distribuição de propaganda ou da pintura de murais são frequentes e acompanhados da ofensiva por parte das forças de segurança, do governo ou de direcções de escolas ou administrações de empresas e centros comerciais. A ofensiva é grande e há mesmo militantes da JCP a responder perante processos criminais por terem usufruído do seu direito constitucional de liberdade de expressão e propaganda. Mas se a ofensiva é grande a resposta é maior e a JCP tem levado e levará a sua actividade e propaganda mais longe, aprofundando o seu papel transformador e dando a conhecer as suas ideias e propostas junto da juventude.

E no quadro de tal ofensiva de limitação das liberdades e direitos democráticos a Juventude luta e resiste, e tem a seu lado a sua organização de vanguarda revolucionária, a JCP, que com enorme confiança nas massas juvenis e no seu potencial transformador, está na linha da frente da resistência e luta, pois só Com a luta da juventude, construímos o Futuro!

Da afirmação do nosso Ideal, da sua actualidade e daquilo que comporta como projecto e garantia de futuro para juventude, assume-se como uma das principais linhas de confronto ideológico com o capital. Uma afirmação junto da juventude que contribua de forma decisiva para a sua mobilização para a luta diária pela construção do seu futuro.

A realização do 9º Congresso da JCP, como processo de construção colectiva, é um importante momento na vida da nossa organização. Este documento, organizado em 4 capítulos, pretende fazer a análise às principais questões que afectam e dizem respeito à juventude tanto no plano nacional como internacional, apresentar as nossas propostas nas diversas áreas, analisar a participação da juventude e do movimento juvenil nas suas várias expressões, traçar orientações para a dinamização da luta juvenil e definir as linhas fundamentais para o reforço da intervenção, organização e direcção da JCP.

1. Situação Internacional

A situação da juventude no mundo é marcada pelo aprofundamento das políticas do sistema capitalista e simultaneamente pelo aumento da luta do movimento juvenil.

1.1 Crise (s) e Contradições do Capitalismo

A crise capitalista internacional, marca hoje, uma nova fase da ofensiva no contexto político mundial. Como resultado os jovens são alvo de uma das mais graves e violentas ofensivas do imperialismo, que recorre ao instrumento da guerra e do terrorismo de Estado para perpetuar a sua hegemonia.

A crise actual do capitalismo, revestindo-se de características particulares pela sua gravidade e amplitude, é parte inerente do sistema capitalista, que ao longo do século foi tendo diferentes e cíclicas expressões de crise. Esta mesma crise, evidenciava já sinais desde 2001, de que os números do desemprego em Portugal desde então, (não tendo a sua origem exclusivamente na crise), são disto exemplo.

Esta crise em particular, resulta de uma política económica assente na lógica dos baixos salários e na especulação em detrimento da produção de riqueza real. As evidências mostram-nos ainda que a crise, (ao contrário do que se tem promovido recentemente) não está ultrapassada e que os níveis de desemprego agravar-se-ão.

As propostas do grande capital e Governos ao seu serviço, para a superação da situação actual passam pela oportunidade de mais uma vez atacar os direitos dos trabalhadores, procurando destruir direitos conquistados, assim como o encerramento e deslocalização de empresas (mesmo com o recurso a falências fraudulentas), sob o argumento da necessidade de concessões, sem atacar as suas verdadeiras causas. Tem sido também estratégia de salvamento da banca a nacionalização de prejuízos com a perspectiva da sua futura privatização, como é exemplo o BPN, em Portugal, que após ter sido nacionalizado e recebido grandes quantias de capital, viu já sua reprivatização promulgada.

Por todo o mundo, a estratégia do grande capital é fazer pagar pela crise os mesmo do costume: os trabalhadores e os povos. Este contexto económico-social, evidencia a actualidade do marxismo – leninismo que só a superação revolucionária do capitalismo poderá superar as suas crises sistémicas. Este quadro encerra, no entanto, um conjunto amplo de perigos como noutros momentos da história, de promoção de teorias sociais-democratas – o problema não é o capitalismo, mas o neo-liberalismo – ou mesmo de extrema-direita, numa clara fuga para a frente, por parte do capital, ou ainda de ilusões quanto às possibilidades de

transformação que daí emanam, sob a perspectiva do “quanto pior, melhor”.

Exemplos deste facto foram os acontecimentos que ocorreram na Grécia no ano passado, tendo lugar novamente este ano. Perante a degradação das condições de vida, resultado da crise, das políticas da UE e dos partidos da alternância, que promoveram um alegado clima de instabilidade política, muitos protestos tiveram lugar. Dos trabalhadores aos estudantes, manifestações de massas foram organizadas, caracterizadas por uma forte repressão policial. Num destes protestos um jovem é assassinado pela polícia, facto que abriu caminho para que forças oportunistas, esquerdistas e anarquistas (muitas vezes vindos de outros países), procurassem dar uma dimensão de inconsequência e violência gratuita à luta. Estes episódios pontuais, caros ao capital e à sua comunicação social, foram difundidos por todo o mundo, como se a luta naquele país se limitasse ao um jogo de acção – reacção violenta contra as autoridades. A luta consequente do povo e dos trabalhadores gregos é sistematicamente ocultado.

As consequências da actual crise, para a juventude e para os povos, seguem o caminho trilhado pelo “Consenso de Washington” e a “Estratégia de Lisboa”, reforçado pela adopção do Tratado de Lisboa: a liberalização de mercados em que as multinacionais controlam 2/3 do comércio mundial; a divisão internacional do trabalho – assente no aumento da exploração, garantindo alguns países como maioritariamente de serviços e outros para a produção a custos reduzidos; a diminuição dos salários e do poder de compra dos trabalhadores, o aumento dos ritmos e horários de trabalho e o aumento da idade da reforma; a mercantilização e privatização das funções sociais do Estado, intensificação dos ritmos de trabalho; ataque ao movimento sindical e a criminalização da resistência.

Todos estes exemplos evidenciam a submissão das políticas (militares, económicas e sociais) aos interesses económicos, garantidos por instrumentos de concertação, regulação e dominação internacional: FMI, Banco Mundial, OMC, OCDE, G8, G20, UE e NATO.

A concentração de matérias-primas e meios de produção, como os recursos energéticos, e em particular os combustíveis fósseis, por parte dos centros capitalistas, base do seu sistema, levam à necessidade de concertação mas também resultam em contradições e mesmo conflitos. Exemplos destas contradições foram as recentes oscilações dos combustíveis, atingindo valores históricos, cujas descidas nunca se reflectiram no preço ao consumidor final, motivando protestos por todo o mundo, muitas vezes por parte até da pequena burguesia.

O capital não hesita em recorrer à ocupação e à guerra da busca de novos mercados e na incessante procura de recursos para espoliar, de que têm sido exemplos as

desestabilizações, intervenções e ocupações no Afeganistão, na Bolívia, na Geórgia, no Iraque, no Irão – e um pouco por toda a região do Médio Oriente –, nos países da ex-Jugoslávia, no Sahara Ocidental, no Sudão e na Venezuela.

Resultado da divisão internacional do trabalho, e da degradação das condições de vida dos povos, milhões de seres humanos são obrigados, um pouco por todo o globo, a recorrer a migrações em busca de sobrevivência. Autênticos escravos do século XXI, estes trabalhadores são vítimas da maior exploração, resultando num aprofundar da exploração dos trabalhadores dos países de destino. As novas leis de imigração da UE, com a criação de centros de detenção, assim como a promoção da criação de guetos, e de incitamentos por parte do Capital a expressões de racismo e xenofobia, são claros instrumentos para a dividir os trabalhadores, procurando ainda dirigir para a imigração a causa de inúmeros problemas sociais, eles próprios resultado do capitalismo, como a delinquência, o desemprego, entre outros.

Ainda no contexto da divisão internacional do trabalho, a deslocalização de empresas, é uma realidade com graves consequências quer para os países de destino (mais exploração), quer para os países de origem (desemprego). Resultado da procura gananciosa de acumulação de lucros pela redução da despesa com o trabalho, num novo destino, a deslocalização tem lugar mesmo em situações em que os governos nacionais proporcionaram um conjunto de benesses à instalação e manutenção de empresas, sem que as contrapartidas fossem cumpridas. Na verdade, as deslocalizações são hoje um negócio em si mesmo, com empresas de consultadoria para este efeito. No actual contexto da crise, a ameaça de deslocalização tem surgido como instrumento de pressão para o corte de direitos, como é exemplo a Auto-Europa em Portugal.

Nos planos social e económico é cada vez mais evidente o carácter parasitário e desumano do imperialismo e do capitalismo. Mesmo dispondo de enormes recursos e desenvolvimentos tecnológicos e sofisticados meios de gestão das crises, a situação da economia mundial agrava as assimetrias e desigualdades mesmo no seio dos pólos imperialistas, de que Portugal é exemplo no quadro da UE.

No que toca aos avanços científicos e tecnológicos, apropriados que são pelo capitalismo, tornam-se instrumentos de opressão e exploração, de acesso elitizado, ao invés de concretizarem o seu potencial de libertação, de desenvolvimento das forças produtivas, em que poderiam progressivamente superar a miséria e a desigualdade entre os homens, podendo ainda ter um papel determinante na emancipação dos povos, se estiverem ao seu dispor.

O flagelo da SIDA pelas dimensões que atinge à escala planetária, afecta a juventude por todo o mundo. Em 2006, 75% do total de contaminados tinham menos de 30 anos.¹

No entanto, que o acesso ao seu tratamento e mesmo diagnóstico, está dependente não só de grandes recursos económicos, mas sobretudo do acesso às patentes registadas, garantindo uma fonte de negócio rentável. Esta não pode ser ocultada pelas inúmeras campanhas caritativas, que não vão à origem do problema que se prende com o acesso à informação e prevenção e aos meios de tratamentos indicados.

A pena de morte é uma forma de legitimação de violência por parte do Estado, Não resolve nenhum problema de aumento das práticas criminosas e castiga de forma irreversível, em vez de procurar, entre outros aspectos, a reinserção social do condenado. A luta pela abolição da pena de morte mantém-se de grande actualidade.

Aumentam as práticas criminosas na actividade económica, ainda mais claras perante a actual crise. Aumenta o tráfico de mulheres e crianças, a prostituição, tráfico de armas e de órgãos humanos. Ganham mais peso as economias paralelas e os off-shores (zonas livres de impostos e fiscalizações), muitas vezes espaços de branqueamento de capitais, que o próprio Governo português diz querer combater, ignorando no discurso e na acção a existência de off-shores em território nacional.

Também no plano da toxicod dependência, a dominação política decorrente do negócio da droga assumiu e assume expressões como o financiamento com o dinheiro da droga dos “contra” na Nicarágua, o uso do discurso do combate ao narcotráfico como pretexto para ingerências e intervenções militares externas, a dominação colonial e neocolonial por parte das grandes potências, o controlo geoestratégico das rotas da droga em regiões como o Médio Oriente, América Latina ou Balcãs frequentemente garantido pelo uso da força militar e do recurso à guerra.

No quadro do capitalismo, assistimos a uma degradação do chamado sistema democrático, quer por via do distanciamento entre as políticas praticadas e as efectivas aspirações populares, quer pela limitação da sua participação cada vez mais exclusiva às eleições. A abstenção crescente em muitos países, (muitas vezes acima dos 50%), evidencia a falência deste sistema, para o qual muito contribui a estratégia do capital, de reconhecer como legítimas as eleições cujos resultados lhe convêm, de que foi exemplo o processo de ratificação do Tratado de Lisboa. Simultaneamente, a promoção de novas/ falsas formas de participação, “acima de partidos e sindicatos”, em torno de pretensas grandes causas e movimentos, são também bolsas de contenção para a efectiva vontade de participação e transformação das populações. Outra nova forma de pretensa participação são as redes sociais na Internet, sendo promovidas como as novas formas de envolvimento, esclarecimento e mobilização da juventude de forma exclusiva, que além do mais se sobrepõem muitas vezes à interacção real dos indivíduos, sendo ainda veículos de ideias, comportamentos e publicidade. No entanto, valorizamos os aspectos positivos destas redes sociais, que

¹ World Youth Report da Organização das Nações Unidas de 2007

se entendidas como instrumento complementar da nossa intervenção podem ter um papel importante no nosso trabalho de divulgação e promoção de propostas e iniciativas.

A natureza de exploração predatória do capital seguindo uma lógica de desperdício e destruição agrava-se no plano do ambiente, da energia e da soberania agro-alimentar. Nesta área, particularmente pela perigosa produção de OGM's (Organismos Geneticamente Modificados), assim como as políticas da UE para o sector, garantem a dependência externa alimentar de muitos países (no caso de Portugal é de 80%), garantindo a concentração da produção aos países hegemónicos como os EUA e a França, entre outros.

No plano ambiental, as consequências têm sido a destruição da camada de ozono, a deflorestação, a erosão e desertificação dos solos, a poluição dos oceanos, as alterações climáticas, a extinção de espécies e diminuição da biodiversidade, colocando em risco o futuro da Humanidade.

A lógica de mercantilização de todos os recursos, chega mesmo a atingir bens vitais como a água, levando a grandes mobilizações de rejeição deste caminho por parte dos povos.

A promoção da paz e do desenvolvimento são cada vez mais postos em causa no quadro das contradições inter-imperialistas, que têm resultado numa subversão do papel e da importância das Nações Unidas, quer na prática, quer no conteúdo, privilegiando a NATO em seu detrimento. Assim, só a valorização da Assembleia-Geral das Nações Unidas, do seu funcionamento democrático e das suas resoluções, bem como da sua Carta, garantirão o respeito e a valorização do Direito Internacional.

Na tentativa de silenciamento e deturpação do carácter revolucionário e progressista do movimento juvenil, o grande capital e os governos ao seu serviço criam Forúms internacionais e regionais que pela sua composição, funcionamento e conteúdo não são mais do que uma forma de legitimação das políticas capitalistas. Exemplos disto são as cimeiras de juventude UE – África, UE – Países do Médio Oriente e Ibero-americana, assentes na estrutura e/ou em organizações com ligações à IUSY (União Internacional da Juventude Socialista) e à IFLRY (Federação Internacional de Juventude Liberal), cujas conclusões são apelos aos líderes dos governos, fazendo da participação da juventude um mero acto de cosmética, de legitimação das decisões tomadas posteriormente pelos representantes dos Governos.

1.2 Militarização e agressividade do Imperialismo

A militarização das relações internacionais foi a vertente da ofensiva imperialista que mais se desenvolveu nos últimos

anos. O mundo está hoje mais instável e inseguro. A retórica utilizada pelas potenciais Capitalistas sobre a paz, que se sucedeu após o desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Socialismo como sistema mundial, é desmentida por uma realidade assente na multiplicação de guerras imperialistas, de ocupação e na afirmação do militarismo e agressão à soberania dos povos, como arma política e económica das maiores potências capitalistas. Com grande destaque dado pela tríade imperialista (E.U.A, E.U e Japão), abrindo um espaço de disputa constante pelo monopólio imperialista.

O aumento e reforço de armamento militar por parte de países como E.U.A, Israel e Colômbia, bem como a proliferação de bases militares, particularmente dos E.U.A por todo o mundo, demonstram que os tempos que vivemos são de grande instabilidade e tensão mundial.

O reforço e afirmação da NATO, como um pólo militar ao serviço do imperialismo (agora com pleno apoio da U.E, após a imposição do Tratado Lisboa), prosseguindo o depósito de armas e de outros recursos militares nos Balcãs e na Geórgia, a reactivação da 4ª Frota americana para América Latina, numa tentativa de intimidar países que se opõem à política imperialista como a Venezuela e a Bolívia, a criação de um dispositivo militar para a intervenção rápida em África (AFRICOM), o aumento das tropas presentes no continente africano e a construção de novas bases militares no Botswana, o reforço de tropas da NATO (nomeadamente tropas portuguesas) para a costa da Somália sob pretexto de combate à pirataria, o apoio dado a política terrorista praticada pelo Estado de Israel em agressão constante contra o povo da Palestina, o acordo nuclear celebrado entre E.U.A e a Índia, bem como o aumento de bases militares no continente asiático são claros sinais de intensificação de uma política imperialista, de cunho militar, criando cada vez mais condições para, a curto/médio prazo, um confronto militar de dimensão mundial.

A política imperialista de ingerência e militarismo tem conduzido aos mais violentos confrontos militares, com particular intensidade no médio oriente. Com a Faixa de Gaza, a tornar-se cada vez mais palco de atentados contra os direitos do povo da Palestina, através de bombardeamentos constantes por parte do estado de Israel, também efectuados sobre o Líbano, que em Julho de 2006 foi alvo de uma violenta ofensiva militar por parte de Israel, que originou mais tarde o envio de contingentes militares de vários países (incluindo Portugal) assim como as ameaças e pressões constantes a Estados como Síria e Irão por parte dos E.U.A. Também em 1999, a quando da agressão à Jugoslávia e do Kosovo por parte dos E.U.A e da NATO, e em 2004 a invasão do Afeganistão e Iraque, mostram que quando o imperialismo sente os seus interesses ameaçados, sente-se no pleno direito de intervir em qualquer parte do mundo, utilizando o chavão “terrorismo” para desrespeitar a soberania e independência dos povos e para violar os direitos humanos.

Esta política de ingerência por parte do imperialismo teve o ponto alto ao patrocinar o golpe de estado nas Honduras, contra o povo e contra a ordem constitucional hondurenha. Com as constantes e intensas campanhas contra os Governos do Sudão e do Irão, com a chantagem exercida sobre a República Popular Democrática da Coreia em relação ao desenvolvimento de armas nucleares, e as ingerências na vida interna do Zimbabué para impedimento da concretização do programa nacional de Reforma Agrária são claras demonstrações da prepotência e hipocrisia do imperialismo na sua busca constante pelo poder e de controlo hegemónico.

Apesar da actividade desenvolvida de responsabilidade da “Tríade Imperialista” (E.U.A, U.E e Japão), importa acompanhar o desenvolvimento de potências que vão surgindo numa disputa, cada vez maior, dos mercados e espaços outrora exclusivos da cartilha imperialista dominante, como se evidencia pela aliança BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), e pela prática tanto individual como concertada destes países.

Explorando esta situação, as grandes potências da NATO fomentaram a proliferação de guerras e conflitos por todo o planeta, e adoptaram conceitos e princípios fascizantes da cartilha da guerra norte-americana nas respectivas doutrinas de segurança nacional e europeia. A segurança do imperialismo e seus aliados é garantida pela insegurança, perigo e exploração dos países em desenvolvimento. A aposta de reforço dos orçamentos militares dos EUA e dos principais aliados da NATO revela a hegemonia destes no plano militar e económico.

A natureza, objectivos, métodos e evolução da NATO comprovam o seu carácter de «polícia de choque» do imperialismo. Passados 60 anos da sua criação é mais importante do que nunca exigir a dissolução desta organização agressiva, uma exigência actual para um futuro de paz e de progresso.

Em 2010, realiza-se uma nova cimeira NATO, a 19 e 20 de Novembro, em Portugal, para a qual está anunciado um novo salto na estratégia militarista agressiva desta organização, no quadro da discussão de um novo Conselho Estratégico. Cabe à JCP, no quadro do movimento da português da paz, mas também em actividade própria, mobilizar os jovens portugueses para a luta contra esta estrutura e para que o governo português cumpra finalmente o consagrado pela Constituição da República Portuguesa e se oponha à existência de qualquer bloco político-militar.

A guerra, as ocupações militares directas, a corrida ao armamento e o aumento exponencial dos orçamentos militares por parte EUA, Japão e dos países aliados à NATO, o aperfeiçoamento de armas cada vez mais sofisticadas com um maior poder de destruição, a admissão do uso da arma nuclear, o reforço da NATO como organização de carácter global ofensivo, a utilização implacável de estruturas

supranacionais como FMI, Banco Mundial, Banco Central Europeu, Organização Mundial do Comércio, OCDE, para imposição de políticas favoráveis aos interesses do imperialismo, a afrontamento do direito internacional e a subversão da ONU, a banalização de práticas criminosas e do terrorismo de Estado (como na Palestina), constituem assim, uma tentativa de instaurar uma nova ordem mundial totalitária, hegemónica pelos EUA, UE e Japão, ameaçando a paz mundial e o progresso social, com medidas de agressão aos direitos dos trabalhadores, da juventude e à soberania dos povos.

1.3 A Ofensiva Ideológica do Imperialismo

A ofensiva ideológica é parte integrante da ofensiva imperialista e capitalista no geral dos ataques aos trabalhadores, à juventude e à sua luta. Levada a cabo pelas grandes potências imperialistas e suportada pelo grande capital, a ofensiva ideológica concretiza a mistificação e a subversão no plano das ideias do carácter explorador e opressor do capitalismo e do imperialismo, que se vem agravando devido às mudanças na correlação de forças no mundo.

É sobre a classe operária, os trabalhadores, a juventude e outras classes intermédias não monopolistas que recai com maior intensidade esta ofensiva que visa legitimar o carácter explorador do imperialismo, desencorajar os trabalhadores e a juventude para a luta consequente contra o sistema capitalista e imperialista, assim como moldar e formatar ideias e comportamentos que sirvam e justifiquem o próprio sistema e, por isso, levam à sua reprodução pelos próprios alvos desta ofensiva.

Com o acentuar, de dia para dia, das contradições do sistema capitalista e com o desgaste das suas justificações habituais, o imperialismo esforça-se e emprega todas as suas forças na criação de novas formas de ofensiva ideológica ou na renovação de velhas fórmulas que permitam ao sistema justificar-se e travar a luta dos povos.

Nesta tarefa do ataque no plano das ideias, o imperialismo dispõe de inúmeros meios e instrumentos ao seu dispor. Como transmissores da ofensiva o imperialismo dispõe da comunicação social de massas (TV's, Rádios, Jornais), da educação, da internet, dos produtos artísticos e culturais massificados, dos videojogos ou da religião. É sobretudo através destes que o imperialismo promove e tenta incutir nos trabalhadores e na juventude os valores do individualismo, da competitividade, do consumismo, da perfeição do sistema imperialista e a criminalização de quem luta contra este sistema. Desta forma, e podendo utilizar outros meios a escalas diversas, o imperialismo pretende instituir uma linha de pensamento único baseado em teorias como o “fim da história”, o “fim da luta de classes” ou o “fim das ideologias”.

Nos meios de comunicação social de massas intensifica-se a sua concentração nas mãos do grande capital a nível

transnacional. Neles a ofensiva traduz-se na propagação dos valores e ideias acima referidos através ou da ocultação do trabalho realizado pelas forças anti-imperialistas, ou da desvalorização e caricaturização da luta dos povos. Assiste-se também à intensificação da glorificação dos novos heróis da juventude, como é o caso dos músicos, futebolistas mediáticos e actores, que representam o conjunto de valores que o imperialismo e o grande capital defendem para que estes sejam também o modelo a seguir pelos jovens.

No plano juvenil, é no ensino que o imperialismo centra o grosso da sua ofensiva ideológica. Ciente de que este é um dos mais importantes pilares da sociedade e de que é na escola que os jovens se irão formar enquanto indivíduos absorvendo e criando os valores que os norteiam durante a sua vida, o grande capital investe na educação muito do seu esforço de propagação da linha de pensamento único. Esforço que levou a que nos países capitalistas a educação seja hoje um poderoso meio de formatação das grandes massas juvenis. O imperialismo e o grande capital investem no anticomunismo como principal arma para a formatação de jovens conformistas com o sistema e futuros trabalhadores acrílicos impassíveis à exploração de que são alvos e desmobilizados para a luta contra o capitalismo e o imperialismo. Através da anulação de direitos no presente é retirada a perspectiva de os vir a conquistar através da luta. No fundo o grande capital arregimenta a escola no sentido da sua pragmatização e finalidade de que os jovens se limitem a aprender uma profissão e não que se formem integralmente enquanto Homens. Mais, institui um tipo de educação não científica, através do revisionismo histórico, do branqueamento do fascismo e da obscena equiparação entre fascismo e comunismo, bem como através da aplicação de misticismos e princípios religiosos em detrimento da ciência, como, por exemplo, a não aplicação da Educação Sexual.

A publicação de estatísticas sobre a realidade da juventude, apresentada sob critérios “científicos”, portanto, alegadamente apolíticos, é muitas vezes usada como instrumento para ocultar a verdadeira realidade das condições de vida dos jovens, com a manipulação de números e critérios de análise. É cada vez mais difícil encontrar dados totais sobre a juventude a nível mundial, mesmo nos Relatórios Mundiais da juventude da ONU, contendo informações espartilhadas, amputadas e de categorizações dúbias.

Na arte, sobretudo nos produtos artísticos massificados como a música e o cinema, o capitalismo encontra outro bom instrumento para ofensiva. No cinema de massas grassam os valores de consumismo e individualismo, do cada um por si, é também levada a cabo uma estetização e humanização da guerra, o revisionismo histórico, a ridicularização da luta contra o imperialismo e por uma sociedade socialista, a demonização dos comunistas. Na música o capitalismo encontra outro importante veículo de transmissão das suas ideias, através dos produtos musicais

massificados em que são transmitidos e consagrados valores como o machismo, a violência, a criminalidade e o consumismo.

A evolução tecnológica e a relativa massificação das consolas e dos computadores no mundo levou a que o imperialismo se tenha preocupado em também neste plano criar novas formas de ofensiva ideológica. Nomeadamente através dos videojogos, como os jogos de acção, em que é também incutida o valor consagrado do individualismo, na maioria dos jogos nunca se joga com um colectivo mas sempre com um único herói, mas também através de revisionismo histórico e a estetização da guerra, desumanizando-a e apagando a destruição e sofrimento infligido aos povos pelas guerras imperialistas.

A religião cumpre um papel histórico de controlo ideológico sobre os povos. Servindo-se do desespero induzido pela exploração capitalista dos trabalhadores, as religiões direccionam este descontentamento para um misticismo apaziguador e para uma atitude de resignação perante o sistema capitalista.

Mesmo com toda esta ofensiva ideológica, o imperialismo sabe que os ideais emancipadores e progressistas, bem como a não conformação com o sistema capitalista, atraem muitos jovens. Por isso cria bolsas de contenção a este descontentamento e à enraização no seio da juventude do ideal comunista. Leva a cabo uma ampla campanha de promoção de velhas teorias emancipadoras e humanizadoras do capitalismo, como é exemplo a veiculação da ideia da “função social das empresas”. Muitas outras ONG’S e organizações são criadas, utilizadas ou aproveitadas pelo imperialismo como bolsa de contenção, em áreas tão diversificadas como a saúde, a solidariedade social e mesmo a música e o entretenimento. Trata-se organizações e eventos que servem para o capitalismo e o imperialismo se «humanizarem», criarem uma oposição encenada e não consequente e transmitir à juventude e aos trabalhadores que é através do voluntariado ou do apoio a estas ONG’S fazendo que se pode minimizar e atenuar as dificuldades e as desigualdades existentes no mundo, sendo que muitas vezes estas campanhas são ainda uma fonte lucrativa de negócio.

Também nesta linha se insere boa parte das expressões e dinâmicas do chamado “movimento anti-globalização” que encaminham para as cimeiras de organismos internacionais do imperialismo manifestações e protestos. Criando a ideia de que é nestes momentos que se pode combater o imperialismo, ao mesmo tempo que tornam estas manifestações afectas à agenda e interesses do próprio imperialismo contribuindo ainda para a desresponsabilização dos governos nacionais e para a desvalorização da indispensável luta nacional, primeiro palco da luta de classes e onde a elevação da consciência dos povos é mais necessária e mobilizadora. É também incutida a ideia de que as manifestações só o são realmente quando violentas, assim conseguem o seu principal objectivo que é o de ocultar as lutas promovidas pelas forças consequentes de cada país.

Como forma de conter expressões de resistência e ao mesmo tempo instituindo um clima de medo nas populações, o imperialismo tem aprofundando as medidas securitárias e repressivas. O pretexto da luta contra o Terrorismo tem sido o mote para justificar as limitações às liberdades e direitos democráticos, nomeadamente a limitação do direito de manifestação, o controlo e escutas de chamadas telefónicas, o controlo nos aeroportos; a constituição de prisões e centros de detenção ilegais, em que muitas vezes ocorrem torturas de detidos, à margem do direito internacional e mesmo a criação de bases de dados genéticos. Também a lista de organizações que o capital designa de terrorista, é um instrumento para a criminalização de organizações que têm como objectivo a superação revolucionária do capitalismo no seu país.

Neste plano de criação de ideias de um «contra-poder» emanado do próprio sistema ou de figuras que o venham regenerar e torná-lo mais humano e justo se assistiu a uma grande campanha em torno de Barack Obama, apresentado como o homem da «mudança» durante a campanha para as presidenciais nos EUA, acabando por vencê-las. No seguimento foi-lhe atribuído o Nobel da Paz. Obama nada fez pela paz, antes fazendo aprovar o maior orçamento de sempre para a guerra nos EUA e o reforço do contingente militar americano na invasão imperialista do Afeganistão.

Esta atribuição do Nobel da Paz a Barack Obama demonstra também que o próprio Nobel é, cada vez mais, uma arma da propaganda e da ofensiva ideológica do grande capital, como já se havia verificado aquando da entrega do Nobel a Al-Gore, vice-presidente dos EUA aquando dos ataques imperialistas à Jugoslávia.

Igual ofensiva sofreram os povos dos países da União Europeia [UE] com o Tratado de Lisboa, sobretudo depois do «Não» da Irlanda, fazendo crer que seria o fim da UE. Incutindo a ideia de que o Tratado serviria para pôr a UE a competir e disputar o lugar de força imperialista hegemónica com os EUA. Tratado que apenas visa o aprofundamento da ofensiva aos direitos dos trabalhadores e o aprofundamento do militarismo e do imperialismo da UE.

O ambiente tornou-se uma preocupação de todos e também aqui o grande capital sentiu a necessidade de introduzir a sua ofensiva ideológica. Através do branqueamento dos reais responsáveis pela destruição do ambiente, são promovidas ideias como o fechar a torneira para poupar água, da factura electrónica para abater menos árvores, incutindo a ideia de que a «salvação» do ambiente é exclusivamente responsabilidade individual de cada um, mas nunca dos reais responsáveis: as grandes potências capitalistas e imperialistas. Veja-se a intensa propaganda desenvolvida em torno da Conferência de Copenhaga, apelidada até de «Hopenhagen» numa clara alusão à esperança de que dali sairia o futuro da resolução dos problemas ambientais que passaria pelo próprio capitalismo, quando tal é impossível devido à sua natureza predatória e

auto-destruidora.

Continuam a acentuar-se preocupantes tentativas de ilegalização e criminalização das organizações que lideram e dinamizam nos seus países as lutas conseqüentes contra o imperialismo bem como o ideal comunista. Isto ao mesmo tempo que se tenta reabilitar o fascismo promovendo algumas das suas mais destacadas figuras, mas sobretudo através da obscena equiparação do fascismo ao comunismo. Em Janeiro de 2006 foi aprovada no Conselho da Europa a resolução que faz esta vergonhosa equiparação. Exemplo deste ataque são as detenções e torturas a membros da Liga da Juventude Comunista Leninista da Ucrânia sob a capa de suposta prática de acções criminosas e terroristas, a ilegalização dos símbolos comunistas na Polónia e na Hungria, bem como a ilegalização da União da Juventude Comunista da República Checa [KSM] pelo seu Governo, sendo a justiça reposta pelo Supremo Tribunal daquele país que voltou a fazer da KSM Checa uma organização legal.

O ataque no plano das ideias que foi executado este ano por ocasião dos 20 anos da «queda do Muro de Berlim» em que se repetiram mentiras sobre a ex-RDA, em que as suas conquistas foram silenciadas, assim como a vontade da maioria dos alemães de leste em voltarem ao sistema socialista. Vontade maioritária manifestada num estudo que se repete em todos os países de leste, excepto a Polónia, e que traduz aquilo que foram 20 anos de ofensiva capitalista de destruição de direitos nos países do leste europeu. No seguimento desta ofensiva, perspectiva-se um ataque reforçado por ocasião dos 20 anos da queda da URSS.

Também em Portugal as forças políticas ao serviço do grande capital (PS e PSD) fizeram aprovar uma lei dos partidos e do seu financiamento, anti-democrática, inconstitucional e que visava apenas o ataque ao PCP, ao centralismo democrático, forma superior de funcionamento, ao seu carácter e aos seus objectivos. Lei que, não obstante algumas vitórias do PCP, mantém no grosso o seu carácter anti-democrático e de ataque aos comunistas e que abriu espaço a que hoje algumas altas figuras da política nacional venham a público exigir a ilegalização do Partido Comunista Português.

1.4 A União Europeia e a juventude

A UE tem sido, desde a sua origem, conduzida pelas suas potências imperialistas, nomeadamente pela grande burguesia dos Estados-Membros e pelo capital multinacional, entre consensos das forças da direita com a social-democracia, avançando no mesmo passo o federalismo e o reforço do neoliberalismo na UE.

A UE constitui, inequivocamente, um pólo imperialista. As conseqüências económicas e sociais do Tratado de Maastricht e do Pacto de Estabilidade foram desastrosas uma vez que se deu prioridade absoluta à convergência nominal, sem ter em conta a realidade de cada Estado-

membro, os seus diferentes graus de desenvolvimento e a necessidade de orçamentos distintos. Também o Tratado de Nice, reforçou o centralismo das grandes potências europeias e permitiu o avanço do militarismo. Passados 10 anos sobre a adopção da “Estratégia de Lisboa” é justo reafirmar que se trata de uma estratégia cujo o objectivo é a liberalização os mercados públicos e flexibilização o trabalho.

Após a rejeição da Constituição Europeia, em 2005, por parte dos povos francês e holandês, a UE não recuou nos seus ataques à soberania dos seus estados-membros menos poderosos. Antes pelo contrário, com a alteração do nome Constituição Europeia para Tratado de Lisboa, mantendo o seu conteúdo essencial, continuou a sua política a favor do capital, contra os jovens, os trabalhadores e os povos.

O Tratado de Lisboa sobrepõe-se às constituições e leis fundamentais dos países que o ratificaram. Deste modo, todos os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, tais como o Emprego com Direitos, a Educação, a Habitação, a Cultura e o Desporto estão hoje sujeitos aos interesses monopolistas desta União Europeia.

O Tratado de Lisboa é um processo construído totalmente à margem dos povos, que pretende o reforço da natureza federalista da UE, com o domínio das maiores potências sobre os outros países e o primado do Tratado de Lisboa sobre as Constituições nacionais, a constitucionalização de um modelo de Europa neoliberal e o lançamento de bases institucionais da militarização da UE e a sua transformação num bloco político-militar, com uma política de defesa comum articulada com a NATO.

O não esclarecimento do povo, e, conseqüentemente, a ausência de um referendo a nível nacional impedem a auscultação da legítima vontade dos cidadãos dos estados-membros. Na Irlanda, o único país em que se realizou um referendo acerca do Tratado de Lisboa, a UE não descansou enquanto não viu a sua vontade cumprida, e depois do primeiro Não do povo irlandês encetou uma campanha de manipulação da opinião pública para fazer valer os seus interesses. Hoje, o Tratado de Lisboa já se encontra em vigor, contra a vontade dos trabalhadores e dos povos, que continuarão a lutar contra a sua imposição, por uma Europa de Paz e Cooperação.

O Tratado de Lisboa passou a regular todas as esferas da vida dos povos e da juventude. As linhas mestras que daí emanam pretendem agravar a mercantilização e elitização da educação e destruir as mais fundamentais conquistas dos trabalhadores.

O modelo federalista e neoliberal da UE implica perda de soberania e não responde às necessidades da juventude, dos trabalhadores e dos Povos. O crescimento económico da UE tem abrandado e o desemprego ronda actualmente 22 milhões de pessoas e 80 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza. Os objectivos sociais da “Agenda de

Lisboa” nunca foram cumpridos, a sua implementação restringiu-se às limitações do défice, à liberalização e privatização de sectores fundamentais da economia. Implicou o crescimento do trabalho precário, a redução dos salários reais e a degradação dos apoios sociais.

O alargamento da UE ao leste da Europa tem por objectivo o aumento de lucros com mão-de-obra barata e alargamento de mercados e dá-se depois da reconversão e debilitação dessas economias com o modelo económico capitalista e a regressão das condições e dos direitos sociais dos trabalhadores e dos povos. Este alargamento implica a perda de soberania política, económica e militar dos respectivos Estados, pelos critérios e práticas impostas pela UE.

Defendemos a suspensão da Estratégia de Lisboa e que se implementem políticas com a criação de emprego com direitos, a partilha mais justa da riqueza criada, políticas sociais que valorizem os direitos humanos, melhores pensões e reformas, melhores serviços públicos de qualidade na saúde, na educação, na investigação e formação profissional, protecção e segurança social, dando atenção à promoção da igualdade de direitos das mulheres. Exigimos a revogação do Pacto de Estabilidade e a criação de um pacto para o crescimento e o emprego, que acabe com o desmantelamento da segurança social pública e universal que levará ao aprofundamento da exclusão social na UE. Lutamos pela criação de um Pacto de Emprego e Desenvolvimento, que dê prioridade ao crescimento do emprego com direitos, especialmente para a juventude e as mulheres, ao investimento nos serviços públicos de qualidade que possam garantir a inclusão social, sobretudo, na Educação, Saúde, Habitação, Transportes e outros Serviços. Defendemos medidas que coloquem limites à deslocalização de multinacionais e lutamos pelo desenvolvimento de todas as regiões, pela valorização do sistema produtivo e dos recursos de cada país. Defendemos uma Europa de paz e cooperação entre os povos, que respeite a sua soberania. Exigimos a revogação do Tratado de Lisboa.

O capitalismo e a social-democracia europeias tentam passar uma ideia de que todos os que estão contra estas políticas da UE não são “europeístas” ou que estão contra a “Europa”. É imperativo desmistificar esta ideia que associa linearmente a Europa à União Europeia, porque uma e outra não são o mesmo, e reafirmar que o melhor contributo das forças conseqüentes é a luta por outra Europa, pelos direitos de cada povo e a cooperação solidária entre os povos dos vários países.

Também na UE a criação de um Exército Europeu, coordenado com a NATO, a militarização e a criação de um Super-Estado implicam a perda de soberania dos países, com a criação de perigosos mecanismos que permitem aos países mais poderosos decidirem sobre a política externa de todos os países e sobre os recursos financeiros, técnicos e militares dos países, e permitem ao imperialismo intervir rapidamente quando e onde decidir. Este é um dos

objectivos mais perigosos da UE. Por outro lado, as reacções da UE a algumas medidas dos EUA apenas podem ser entendidas como fazendo parte das contradições entre potências imperialistas. Segundo o Tratado de Lisboa, em caso de guerra, a UE deverá favorecer a estabilidade dos mercados, e não a resolução pacífica do conflito.

Os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 despoletaram uma pretensa “luta contra o terrorismo” que serve como pretexto para uma campanha na UE contra direitos e liberdades e pelas restrições aos direitos dos imigrantes, que hoje, na União Europeia, são cerca de um milhão e meio, quer de fora da UE, quer de países dos Estados-membros que emigraram para outro país da UE, dos quais mais de um terço são jovens.

Acompanhamos a reflexão feita pelo PCP de que o “Partido da Esquerda Europeia”, inserido numa perspectiva federalista e de vocação supranacional, confinado a uma parte da Europa e condicionado por exigências da própria UE, não corresponde às necessidades de uma cooperação unitária eficaz entre forças democráticas e progressistas, assente no princípio da igualdade, no respeito pelas diferenças, na constante busca do consenso e voltada para a acção convergente dos comunistas, progressistas, trabalhadores e povos do mundo. Valorizamos o trabalho do PCP no Parlamento Europeu, integrado no Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE), que ao longo da sua participação nesta estrutura tem lutado por medidas mais justas também no plano da juventude e assumido a sua natureza de classe na luta pelos direitos da juventude, dos trabalhadores e dos povos.

A Comissão Europeia tenta integrar os problemas da juventude nas políticas europeias, com a adopção de documentos como o “Pacto Europeu para a Juventude” que falando da cidadania activa dos jovens, da mobilidade no trabalho e na educação de uma forma “vazia” não refere a necessidade de aplicar políticas estruturais que garantam a igualdade no acesso ao ensino, a liberdade e autonomia do associativismo juvenil, o direito ao trabalho e ao emprego com direitos e à liberdade sindical. Entendemos que não cabe à União Europeia traçar orientações sobre políticas de juventude, nem ter uma comissão dedicada à juventude porque cabe aos estados-membros assegurarem a melhoria da realidade da sua juventude.

Têm sido recorrentes os programas da UE relacionados com uma falsa participação da juventude. Em estreita ligação com estruturas governamentais, subservientes ou por vezes dependentes dos governos dos países membros, a UE promove iniciativas de diversas características (das quais o Parlamento Jovem é exemplo) com o objectivo de por um lado criar a ilusão de que realmente os jovens tem aqui uma oportunidade de expressar as suas necessidades e aspirações, e por outro esvaziar o papel das estruturas legitimamente representativas dos jovens em cada país.

Não podemos considerar que as condições da juventude da

UE sejam iguais em todos os países, observando-se assimetrias sociais evidentes. Por exemplo, em Outubro de 2009 o desemprego de jovens abaixo dos 25 anos era de 7,3% na Holanda, enquanto que era de 42,9% em Espanha. Ao nível da educação, observamos que enquanto na França existe uma média de 20 alunos por professor no ensino primário, este rácio desce para 10 alunos por professor em países como a Grécia. Também no acesso à Internet existem grandes disparidades – enquanto que a média de acesso individual à Internet na UE é de 65%, países como o Luxemburgo registam uma média de 87%.

As políticas da UE afectam a juventude de forma profunda e transversal mesmo que a si não sejam directa e exclusivamente dirigidas, aprofundando diariamente o ataque aos seus direitos.

Mais de vinte anos passados sobre a adesão de Portugal à UE, a juventude portuguesa não conhece outra realidade. Mesmo na escola o que é transmitido é que a adesão de Portugal foi um passo de aprofundamento da democracia, e não de contra-revolução. Assim, a luta da juventude por um outra Europa é de toda a actualidade.

A JCP defende um novo rumo para a Europa, com maior justiça social para os povos e o mundo, na cooperação entre Estados soberanos e iguais, com o respeito por que cada povo decida sobre o seu futuro, defendemos uma Europa virada para o desenvolvimento e a convergência económica e social de todos os Estados membros, defendemos uma Europa de Paz. Esta Europa só poderá ser construída através da luta, em cada país, dos jovens, dos trabalhadores e dos povos.

1.5 Resistências e lutas contra o imperialismo e a alternativa no plano da juventude

Por todo o mundo, a juventude é uma camada social que protagoniza importantes lutas pelos seus direitos, sendo ainda um elemento destacado nas lutas mais gerais desenvolvidas pelos povos. Nos tempos que vivemos, uma das maiores expressões das lutas da juventude está no movimento estudantil, na luta pelo direito à educação, porém as lutas desenvolvidas pelos jovens dos diferentes países do mundo vão bem mais além do movimento estudantil. Os jovens lutam pelo direito ao emprego com direitos, à habitação, à cultura e ao desporto, à saúde, à educação sexual, à igualdade independentemente de sexo, religião ou cor da pele, a uma política ambiental ao serviço da Humanidade e da preservação da natureza, aos direitos democráticos e à paz. A juventude do mundo rejeita o desemprego, a precariedade, racismo e a xenofobia, o colonialismo, o fascismo, a opressão, a ocupação, a destruição, a fome, a miséria, as desigualdades e a guerra. As lutas protagonizadas pela juventude caracterizam-se pela criatividade e irreverência, num leque vasto de expressões

qualitativas e quantitativas que dão corpo aos anseios e aspirações dos jovens de todo o mundo.

A Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) é uma organização nascida em 1945 que desde sempre agregou as mais importantes organizações anti-imperialistas de países de todo o mundo. Com cerca de 150 membros, de mais de 100 países diferentes, a FMJD é a mais importante organização internacional anti-imperialista de juventude, sendo um espaço fundamental para a união de esforços para a luta e solidariedade internacional. O reforço da FMJD passa pelo reforço das suas organizações membro em cada país em relação directa com o reforço da luta da juventude nesse mesmo espaço. A JCP presidiu à FMJD entre 2003 e 2007 e foi reeleita na Assembleia realizada em 2007, no Vietname. A FMJD, o seu reforço e o relacionamento no quadro da participação na mesma, são as prioridades da JCP no plano internacional. Em 2008, a JCP acolheu com sucesso uma reunião do Conselho Geral da FMJD que foi amplamente participada por organizações de todo o mundo. Apesar das dificuldades existentes, quer por via dos obstáculos posto pelo imperialismo, quer por debilidades orgânicas, a FMJD tem tido um amplo reforço, através da sua capacidade de manter a regularidade de reunião dos seus órgãos, do aprofundamento do conteúdo anti-imperialistas das suas actividades e do alargamento da sua influência e cooperação com um leque mais amplo de organizações comprometidas com a luta imperialista. A realização dos 60º Aniversário do movimento dos Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes e de um evento de seminários e brigadas de trabalho voluntário para assinalar os 50 anos da Revolução Cubana e os 60 anos da NATO (sob o lema: “Derrotaremos o imperialismo!”), foram importantes momentos de trabalho e discussão amplamente participados. Além disto, destacam-se ainda a realização de missões de solidariedade à Palestina, aos campos de refugiados de palestinianos no Líbano, Síria e Jordânia, ao Saara Ocidental, aos Balcãs (Sérvia, Croácia e Roménia) e à Colômbia, bem como a campanha internacional contra a ilegalização da União da Juventude Comunista Checa (KSM). Todas estas actividades mereceram o empenho da JCP, tendo integrado a grande maioria das brigadas de solidariedade internacional, e desenvolvido de forma criativa as campanhas promovendo assim a FMJD junto da juventude portuguesa.

A continuação do movimento dos Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes (FMJE) é de grande importância, dado que este evento é o maior e mais importante espaço de encontro, partilha de experiências e expressão de luta anti-imperialista e solidariedade internacional da juventude ao nível internacional. Sem obsessões sobre a data ou apressar de processos, é agora tarefa primordial encontrar e trabalhar numa possibilidade, que permita a preservação do FMJE com as suas características de amplo espaço anti-imperialista internacionalmente construído pela juventude que por todo o mundo luta contra o imperialismo.

A JCP deve procurar continuar a reforçar o seu relacionamento bilateral com as organizações que consigo

lutam contra o imperialismo e pelos direitos dos jovens em cada país. Como tarefas prioritárias no plano internacional para o futuro devem ser consideradas: o reforço dos laços de solidariedade com as diversas organizações comunistas, progressistas e anti-imperialistas de juventude; a promoção do amplo conhecimento por parte da juventude portuguesa do que é e para que existe a FMJD; a realização bem sucedida do 17º FMJE, em respeito e consonância com as características do mesmo; e a criação de condições para o sucesso da 18ª Assembleia da FMJD, de forma a que esta seja um importante passo para o reforço da Federação e crie condições para a continuação do caminho positivo que se tem vindo a trilhar nos últimos anos.

A existência de países como a China, Cuba, o Laos, a República Popular Democrática da Coreia e o Vietname, que afirmam ter como objectivo a construção de uma sociedade socialista – para além da análise a modelos seguidos e da realidade de cada um que possamos fazer – e o facto de as forças imperialistas encontrarem aqui oposição à sua ingerência na definição do destino destes povos e à sua dominação planetária, devem constituir uma referência na nossa análise sobre as várias componentes da resistência anti-imperialista e da construção de alternativa. O imperialismo tem estes países como alvo permanente das suas campanhas de desestabilização e agressão, tentando sobretudo destruir a força do exemplo revolucionário e patriótico que representam para os restantes povos do mundo. A nossa solidariedade com a luta destes povos contribui para que fracassem tais objectivos do imperialismo e para que os povos destes países, como todos os povos do mundo, possam decidir sem pressões e ingerências externas o seu próprio rumo e futuro.

Em confirmação de que o mundo em que vivemos não tem apenas perigos, mas também potencialidades as lutas dos povos têm crescido e aumentado, logrando importantes e significativas vitórias, seja no plano político ou no plano eleitoral, como são exemplo a vitória do candidato presidencial comunista no Chipre, as vitórias eleitorais na Venezuela, no Equador, na Bolívia e em El Salvador, e a implantação da república no Nepal. Não obstante os exemplos destacados, reafirmamos a nossa solidariedade com a juventude que por todo o mundo luta e resiste, muitas vezes em condições muito adversas, sob a guerra ou sob a perseguição permanente, como no caso da Palestina e da Colômbia.

O desenvolvimento dos processos de libertação nacional na América Latina tem-se complexificado. A par da conquista de importantes direitos no plano da juvenil e popular, coexistem e avançam também forças oportunistas e reforçam-se as burguesias nacionais de cada país. Não obstante o seu inegável valor no quadro actual, sobretudo pela oposição que fazem ao imperialismo norte-americano, é importante salientar que os projectos de integração na região são espaços de integração capitalista (a ALBA, o Mercosul, a Telesur, etc.), independentemente da sua apresentação como “socialistas”, sendo elas na verdade

medidas que reforçam a soberania nacional sem horizonte da construção do socialismo. Importa pois, continuar a acompanhar e a aprofundar o conhecimento sobre estes processos.

Foram importantes no plano internacional e nacional as lutas de solidariedade com a Palestina e o Líbano, aquando da agressão de Israel a estes dois países (em 2006), tal como no massacre israelita ao povo palestino da Faixa de Gaza (em 2009). Destacam-se ainda as importantes acções para assinalar os 5 anos da ocupação do Iraque, a solidariedade com o povo das Honduras na luta contra o golpe de estado promovido pelo imperialismo no país, e pela libertação imediata e incondicional dos “Cinco Heróis” Cubanos.

Nos últimos anos o chamado “movimento anti-globalização” (nas suas diferentes expressões, desde acções de contestação às políticas das organizações internacionais do imperialismo, aos Fóruns Sociais Mundiais ou Regionais), com as contradições inerentes às suas origens e abrangente composição, tem assumido um papel de afirmação de bandeiras de luta como o combate à guerra e ao neoliberalismo. Destaca-se a diminuição de actividade do espaço dos Fóruns Sociais Mundiais e das suas ramificações regionais e nacionais, bem como um abandono relativo por parte dos meios da comunicação social dominante da promoção destes eventos, algo a que não será indiferente o maior espaço que forças conseqüentes foram ganhando nos FSM, combatendo com mais força as concepções de instrumentalização e manipulação das lutas à escala internacional promovida por forças que outrora dominavam os FSM.

A JCP acompanha e participou nas reuniões de organizações de juventude comunistas da Europa realizadas na República Checa (2006), Turquia (2007) e Espanha (2008). Entendemos que no momento que vivemos, urge resistir e acumular forças que lutem contra o imperialismo. Consideramos que a derrota do imperialismo não será amanhã, (não obstante as suas contradições e mesmo vulnerabilidades, serem cada vez mais evidentes), e que para a superação desta realidade há que reforçar a ampla frente de luta anti-imperialista, que no plano da juventude, encontra na FMJD um espaço privilegiado. Assim, esta tarefa é a prioridade da JCP no plano internacional. Entendemos que a eventual criação de uma estrutura de organizações de juventude comunistas, ou passos no sentido da formalização das reuniões que têm tido lugar na Europa, não reflecte ou contribui para as necessidades de luta do momento histórico que vivemos.

A realização da campanha de comemoração dos 90 anos da Revolução de Outubro foi um importante momento do trabalho da JCP no esclarecimento da juventude portuguesa sobre as conquistas do socialismo na URSS, o impacto da Revolução de Outubro à escala mundial (incluindo nas raízes do nosso país) e da necessidade da construção de um mundo socialista.

A luta pela convergência de todas as classes e camadas anti-monopolistas numa vasta frente de luta anti-capitalista e

anti-imperialista é uma tarefa fundamental no momento actual. O melhor contributo que uma organização revolucionária da juventude pode dar à luta mais geral contra o capitalismo é a luta a nível nacional, fortalecendo a consciência dos jovens, reforçando o movimento associativo juvenil e estudantil, dirigindo a luta de massas.

A luta pela paz e contra o imperialismo e o esclarecimento dos jovens sobre a situação internacional é uma tarefa fundamental da JCP. Simultaneamente a solidariedade com os povos vítimas das ameaças, ingerências e agressões do imperialismo assume importância decisiva, cabendo-nos corresponder ao seu esforço envolvendo a juventude na realização de mais e diversas acções de solidariedade internacionalista.

O capitalismo não é o fim da história. A vida confirma a essência exploradora, opressora e desumana do capitalismo. Houve e há experiências que demonstram que é necessário e é possível viver em igualdade e com justiça social. A luta da classe operária, dos trabalhadores e da juventude, em cada país e em todo o mundo, pela conquista dos seus direitos e realização das suas aspirações, é o caminho determinante para fomentar e desenvolver as potencialidades revolucionárias que existem e, assim, caminhar em direcção à construção do socialismo e do comunismo. É com o socialismo sempre no horizonte, que desenvolvemos o nosso trabalho diário, nas pequenas e grandes batalhas. Estamos certos de que só o socialismo trará aos povos e à juventude a realização dos seus sonhos e aspirações, garantindo a participação da juventude no país, como força criativa e transformadora, um mundo de paz duradoura e cooperação, sem exploradores nem explorados, *“sociedade sem classes, sociedade de abundância, de igualdade social, de liberdade e de cultura para todos, de iniciativa e criatividade colectiva e individual, sociedade de trabalhadores livres e conscientes na qual o trabalho será não apenas uma fonte de riqueza mas uma actividade criadora e uma fonte de alegria, de liberdade e de valorização pessoal e na qual a paz, a saúde, a cultura, o repouso, o recreio, um meio ambiente equilibrado, a acção colectiva e o valor do individuo serão componentes da felicidade humana.”*²

² Programa do PCP

2. Situação Nacional, as políticas e os direitos da Juventude

2.1 Evolução das políticas de juventude

A vida dos jovens portugueses é actualmente mais difícil e precária do que em 2006, fruto das políticas de direita dos sucessivos governos, e em especial pela acção do anterior e o actual Governo do PS. A negação e destruição dos direitos da juventude consagrados na CRP tem orientado a estratégia de criação de uma geração sem direitos disponível para quase tudo em troca de quase nada.

A ofensiva desencadeada contra o emprego com direitos, a destruição da escola pública, a privatização e elitização do ensino superior; as dificuldades no acesso à habitação; a mercantilização da cultura e do desporto; o ataque às liberdades e aos direitos democráticos; tem marcado de forma muito rápida e profunda a acção do governo PS. A esta ofensiva encontra-se associada uma concepção da limitação e destruição da capacidade reivindicativa e interventiva da juventude, e controlo da sua acção e potencial transformador.

Caracterizando a população juvenil do ponto de vista demográfico, esta tem estado a diminuir nos últimos anos, sendo cada vez menor o seu peso no total (26,3% no 3º trimestre de 2009). Entre Janeiro de 2009 e Janeiro de 2010, houve uma quebra de 5,8% da população entre os 15 e os 34 anos, com maior significado no grupo entre os 15 e os 24 anos (-9,3%), mas ainda assim de assinalar no grupo dos 25 aos 34 anos (-5,8%).

A maioria da população jovem dos 15 aos 34 anos é activa (67,9%, valor superior à população total). Quase 1/3 é inactiva, sendo muitos estudantes.³

2.2 Educação

A educação, **como a defendemos, deve ser** um factor de emancipação do ser humano e parte estruturante da formação integral do indivíduo. Deve ser não só um elemento de valorização pessoal, mas também colectiva. Dela depende o desenvolvimento e progresso da sociedade. É um direito universal.

Ao Estado compete, conforme a CRP, garantir a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar; modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho; garantir a todos os cidadãos, o acesso aos graus mais

elevados do ensino; estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino.

Integrado na orientação mais geral das estruturas capitalistas de privatização dos serviços públicos e funções sociais do Estado, a educação a todos os níveis de ensino tem sofrido um feroz ataque, em particular nos últimos anos, pondo em causa o sistema educativo público, tal como o defendemos e a CRP o consagra. Isto porque a educação desempenha um papel de destaque para o sistema capitalista. Ela é um importante instrumento para a dominação ideológica (e por conseguinte, para a perpetuação do sistema); constitui um dos negócios mais lucrativos do mundo; organiza a formação de mão-de-obra de acordo com as necessidades do capital e reproduz ou acentua a estratificação da sociedade.

O actual sistema de ensino sofreu, desde o último congresso da JCP, profundas e complexas alterações, pondo cada vez mais a Escola Pública ao serviço da perpetuação das assimetrias e injustiças sociais, aprofundando o seu carácter de reprodução das relações de classe e da ideologia dominante, reservando o acesso ao conhecimento para as elites e atribuindo à maioria dos jovens apenas a oportunidade de adquirir competências profissionais necessárias ao mercado capitalista. A degradação da qualidade do sistema de ensino com o objectivo de hierarquizar os estudantes, criar mão-de-obra barata e descartável com o mínimo de qualificações, confirma que as políticas educativas exercidas pelos sucessivos governos não têm em conta os objectivos, os anseios e os direitos dos estudantes, e as necessidades de desenvolvimento económico do país.

Este ataque tem sido protagonizado pelas estruturas de poder político, subordinadas ou representantes directas dos interesses do capital, que, em Portugal, assumem a face dos sucessivos governos do PS, PSD e CDS-PP (sozinhos ou em coligação).

Como resultado destas políticas, Portugal é o país da UE com o maior índice de analfabetismo e baixos níveis de literacia, com os maiores índices de abandono e insucesso no 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário e com a maior taxa de abandono dos estudantes entre os 18 e os 24 anos e aquele com a menor proporção da população jovem que frequenta o Ensino Superior.

Em 2001, 63% da população activa tinha no máximo os nove anos de escolaridade obrigatória, 21% possuía escolarização secundária (completa ou incompleta) e apenas 11,8% escolarização superior quando na UE a média é de 46% para o secundário e 24% para o superior (mais do dobro).

3 INE, Estatística do Emprego, 3º trimestre de 2009

Em termos absolutos, em 2001, na faixa etária entre os 15 e os 29 anos, 17 187 indivíduos não tinham qualquer nível de ensino, 163 575 tinham completado o 1.º ciclo de escolaridade, 351 766 indivíduos tinham concluído o 2.º ciclo de escolaridade, 400 468 indivíduos tinham terminado o 3.º ciclo, 835 924 indivíduos tinham acabado o Ensino Secundário e 525 328 indivíduos tinham completado o Ensino Superior.

A defesa intransigente de uma educação pública, gratuita, de qualidade, democrática e para todos é um elemento **fundamental** para o desenvolvimento do país e melhoria das condições de vida da juventude, para a democratização do sistema de ensino e para a democracia em geral. Esta concepção implica uma ruptura com a política de direita e a participação de todos os agentes educativos - em particular os estudantes - na sua definição e concretização.

2.2.1 Ensino Básico e Secundário

O estado do ensino Básico e Secundário caracteriza-se pelo desinvestimento e elitização. As desigualdades aprofundam-se e caminha-se para a privatização e para a destruição da democracia neste nível de ensino.

O abandono escolar é cada vez mais frequente e desceu muito pouco face a 2005 (38,6% em 2005 e 36,3% em 2007) e está muito acima da média da UE27 (15,2%). Apenas 53,4% dos jovens dos 20 aos 24 anos tinha o ensino secundário em 2007, contra 78,1% na EU27.⁴ A elevada taxa de abandono escolar está profundamente ligado aos elevados custos do ensino - materiais, manuais escolares, alimentação, transportes -, das sucessivas barreiras impostas no prosseguimento dos estudos e da degradação das condições económicas e sociais. Devido ao progressivo aumento dos custos do ensino, uma grande maioria das famílias não tem condições económicas de modo a conseguir manter os seus filhos na escola e cada vez mais o sistema de Acção Social Escolar (ASE) é insuficiente face às necessidades existentes, tanto no número de estudantes abrangidos, como nos apoios prestados. Vários estudos revelam que só no início de cada ano lectivo é exigido às famílias que despendam em média 600€ por cada estudante em despesas escolares, nas quais a fatia dos manuais escolares tem um peso determinante.

O governo PS promoveu uma enorme campanha de propaganda mediática sobre o Programa “Magalhães”, “E-escolinha” e “E-escola” que não corresponde ao desenvolvimento de uma estratégia definida de promoção das Tecnologias da Informação e Comunicação ao serviço do povo e do país, mas antes a uma gigantesca oportunidade de negócio - para o qual utilizou verbas da Acção Social Escolar - para as operadoras de telecomunicações e multinacionais informáticas, pois são muitos os estudantes que têm de pagar pelo computador e pelo serviço de internet, com o qual assinam contrato de fidelidade.

2.2.1.1 Cursos Gerais e Profissionalizantes

A JCP defende a existência de **vias** de ensino que, apesar de diferenciadas em vertentes mais generalistas, mais

tecnológicas ou profissionalizantes, sejam entendidas num plano de igualdade e dignidade, quer do ponto de vista do reconhecimento social, quer das condições de frequência do ensino secundário e acesso ao ensino superior, quer das garantias oferecidas de uma formação integral do indivíduo.

Dessas alterações, uma das mais significativas no aprofundamento do caminho antes evidenciado é a criação, em grande número, de cursos profissionalizantes dentro das escolas secundárias com o objectivo de que esta via de ensino abranja mais de 50%. Actualmente são abrangidos mais de 650 000 jovens. Segundo objectivos do governo e a sua visão de classe, o conhecimento técnico deve ser para os filhos dos trabalhadores que não podem por razões económicas aceder a outros níveis de ensino mais elevados, e o conhecimento mais geral e teórico maioritariamente para as classes dominantes. O «Programa Novas Oportunidades», confundindo competências, qualificações profissionais e habilitações académicas e não assegurando a qualidade e rigor necessários para a obtenção destas habilitações, visa resolver estatisticamente o problema dos baixos índices educativos dos portugueses, reduzindo artificialmente a taxa de abandono escolar e o insucesso escolar e também a taxa de desemprego, desfalcando até as expectativas e o direito de acesso ao conhecimento efectivo a quem o frequenta.

Os estudantes da via profissionalizante deparam-se com uma série de dificuldades: direccionados para as piores instalações da escola; inexistência do mínimo de recursos materiais necessários; um regime de faltas excessivamente rígido, injusto e limitador; estágios não remunerados, e muitas vezes desajustados em relação à formação adquirida, servindo apenas como mão-de-obra gratuita para muitas empresas, a maior parte das vezes sem receber subsídio de transporte e de alimentação.

Ficamos assim com um fosso de conhecimento cada vez maior no ensino Secundário e Básico devido ao aprofundamento das diferenças e desigualdades entre as duas vias de ensino, a geral e a profissionalizante - uma direccionada para a formação da elite do conhecimento, outra para a formação técnica de mão-de-obra barata e qualificada.

2.2.1.2 Sistema de Avaliação

A Lei de Bases do Sistema Educativo estipula que o Sistema de Avaliação das capacidades e conhecimentos dos estudantes tem de ser contínuo. A lei refere que a avaliação contínua deve ser em função da aquisição de conhecimentos, evolução, criatividade, raciocínio, comportamento, empenho, atitude, pontualidade, assiduidade, entre outros parâmetros evidenciados pelos estudantes. Uma avaliação contínua, além de justa, é pedagogicamente mais eficaz e benéfica para os estudantes.

A realidade vivida pelos estudantes é outra pois o sistema de avaliação tem vindo a ser cada vez mais pontual, devido às barreiras eliminatórias impostas com vista a elitização do ensino e à visão mercantilista da educação que impinge ao estudante um conjunto de conhecimentos preconcebidos em níveis, sem estimular o seu raciocínio e criatividade. Outra condição fundamental para a garantia de uma efectiva

⁴ INE, Estatística do Emprego, 3º trimestre de 2009

avaliação contínua é o combate à sobrelotação das turmas.

Os estudantes enfrentam hoje uma enorme barreira de classe de filtração e divisão do ensino: os exames nacionais que avaliam apenas em duas horas o trabalho de anos de estudo (que valem 30% da nota final da disciplina ou mesmo 50%, caso a disciplina seja específica) através de uma prova igual para todos os estudantes, apesar dos seus contextos de aprendizagem serem muito diferentes. Os exames nacionais constituem, assim, uma clara divisória entre os estudantes – entre os que têm melhores condições sócio-económicas para estudar em escolas com mais condições, adquirir livros de apoio para exames, ter todos os materiais de estudo ao seu dispor (computador em casa, calculadoras gráficas, etc), poder pagar explicações cuja procura aumenta e ter um ambiente familiar propício ao estudo e entre os filhos dos trabalhadores, grande maioria da população, incapazes de fazer face a todas estas necessidades impostas por um sistema de ensino feito para quem o pode pagar.

Esta imposição de uma avaliação pontual, baseada em exames ou em testes intermédios, descaracteriza o sistema de ensino, elitiza-o, compartimenta conhecimentos, deturpando-o pedagogicamente, passando o objectivo essencial do processo educativo a ser a nota do exame, mais do que o conjunto de conhecimentos entretanto adquiridos. As aulas, os currículos e os exercícios passam a ser orientados para o exame e, mais do que a capacidade de interpretação crítica, é desenvolvida a capacidade de memorização. Os exames são ainda utilizados como meio para a ofensiva ideológica ao propagarem a visão do governo ao serviço do grande capital.

O papel dos professores, entre outros, é determinante no sistema educativo. A degradação das suas condições de trabalho tem reflexos negativos em todo o processo educativo. O governo PS insiste na sua exclusiva responsabilização pelas insuficiências existentes e avançou com a imposição de aulas de substituição. Face à ausência de condições concretas para a ocupação dos tempos não lectivos (determinados ou não pela ausência do professor) de forma a contribuir para o desenvolvimento científico, social, cultural e desportivo dos estudantes, o governo opta por manter os estudantes fechados numa sala, sem actividades e nem sempre acompanhados.

2.2.1.3 Acesso ao Ensino Superior

O actual sistema de acesso ao ensino superior é injusto, aprofundando a elitização da educação, impondo barreiras de acesso a um ensino superior já altamente elitizado. O sistema de “*numerus clausus*”, ligado a todos os outros entraves à progressão no ensino, enquanto restrição quantitativa global, é um número prefixado de vagas no ensino superior público que, ao contrário de há uns anos atrás, é superior ao número de estudantes que a ele concorrem, sendo que no ano lectivo de 2002/03 apenas 66,3% dos estudantes transitou do ensino secundário para o ensino superior e que neste mesmo ano apenas 46 000 estudantes concorreram ao ensino superior público quando o número de vagas era de 49 000. No entanto, existe um

conjunto de cursos (particularmente na área da saúde, mas também noutras) onde continuam a ficar de fora milhares de estudantes, revelando assim que o sistema de ensino não está adaptado às necessidades do país e às aspirações dos estudantes.

É importante considerar o conjunto de factores que leva à diminuição de candidatos a este grau de ensino:

- A falta de investimento na educação e a sua profunda elitização.

- As sucessivas reformas na educação que têm vindo a implementar cada vez mais barreiras à conclusão do ensino secundário e até mesmo do ensino básico. De facto, são cada vez menos os estudantes que concluem o ensino obrigatório, como nos mostram as últimas estatísticas, relativas ao ano de 2002/03, segundo as quais a taxa de retenção era de 13% com tendência para crescer. É importante referir o facto de 45,2% dos jovens portugueses entre os 18 e os 24 anos terem abandonado os estudos, passando para o mercado de trabalho sem terem concluído o ensino obrigatório.

- A falta de acompanhamento e de informação aos estudantes sobre as especificidades e objectivos dos cursos, assim como sobre as saídas profissionais. Este tem também sido um factor de desmotivação e desinteresse para os jovens.

- O encaminhamento dos estudantes, a maioria filhos de trabalhadores e com recursos económicos reduzidos, para a via profissionalizante do ensino com vista a uma rápida entrada no mercado de trabalho.

- Sistema de expectativas desenvolvido em torno do sistema de *numerus clausus* que leva a que muitos estudantes nem concorram ao que realmente aspiram por saberem ser praticamente impossível entrar, criando-se por esta via a ilusão de que maior parte dos estudantes entram na primeira opção.

- O desordenamento existente na rede pública quanto à oferta de cursos, fundamentalmente resultante da ausência de uma planificação prospectiva das necessidades da educação / formação da população portuguesa. O PCP foi o único partido que apresentou (em 1999) um projecto de lei que previa a extinção progressiva do “*numerus clausus*” que não chegou a ser discutido.

2.2.1.4 Autonomia e Gestão

A JCP defende uma gestão democrática e participada das escolas, em que todos os elementos da comunidade escolar possam dar o seu contributo e opinião, em particular os estudantes, com vista a construção de uma escola pública que melhor sirva os interesses da população e do país.

Os sucessivos governos têm aprofundado a desresponsabilização do Estado sobre as escolas públicas, a destruição da gestão democrática, ancorados numa suposta autonomia das escolas criando as condições para a privatização do Ensino.

O diploma de Autonomia e Gestão escolar do governo PS do

anterior mandato pôs fim à gestão democrática e colectiva das escolas com a extinção dos Conselhos Executivos eleitos e o surgimento da figura do Director da escola (que pode ser ou não da comunidade educativa), órgão unipessoal nomeado pelo novo Conselho Geral de Escola (antiga Assembleia de Escola), que centraliza em si a gestão financeira, pedagógica e administrativa das escolas. O Director está ainda directamente dependente do Ministério da Educação que o pode demitir, se assim entender. Surge, então, uma figura que serve para aplicar as medidas do governo nas escolas. A autonomia pedagógica das escolas é uma ilusão num enquadramento legal que na prática consagra apenas a autonomia financeira.

O diploma prevê e estimula ainda a entrada de entidades privadas no Conselho Geral de Escola, passando estas a ter voto na gestão da escola. Ao mesmo tempo, diminui a participação dos estudantes, sendo que nem a Associação de Estudantes está representada no órgão. Este é um claro avanço no sentido da privatização de escolas e serviços com entidades privadas a ter peso na gestão das escolas, na sua perspectiva de lucro que vai contra a escola pública e para todos, como consagrada na CRP.

Esta foi ainda uma forma encontrada pelo governo para se desresponsabilizar das questões financeiras, empurrando as escolas públicas para uma pseudo-autonomia, privilegiando as entidades privadas. Os Directores das escolas passam a ter a responsabilidade de gerir autonomamente as suas escolas sem a transferência dos respectivos meios financeiros, o que na grande maioria dos casos significa que estes têm de recorrer às entidades privadas, entregando os bares, cantinas e reprografias para que, desta forma, as escolas possam obter maiores receitas e prosseguir a sua normal actividade.

A administração central tem vindo a ficar com cada vez menos responsabilidades no que diz respeito ao ensino público e, com a passagem das escolas básicas para a competência das autarquias, esta desresponsabilização tem vindo a aumentar.

Caminha-se então no sentido da gestão das escolas ficar à mercê dos privados e do grande capital e dos seus interesses.

2.2.1.5 Estatuto do aluno

Este estatuto, designado por regime disciplinar, define, para além de outras questões como os direitos e os deveres dos alunos, as sanções a aplicar aos mesmos no caso de estes terem alguma atitude dentro da escola que “prejudique o seu normal funcionamento”. A questão da indisciplina tem sido abordada pelos sucessivos governos como um mero problema administrativo, vendo os estudantes e encarregados de educação como os únicos causador e intervenientes. Ignoram, assim, as condições socio-económicas e o ambiente familiar do estudante, não admitindo qualquer ligação destas ao comportamento dos jovens. O estatuto do aluno, aprovado pelo governo PS do mandato anterior, segue a linha de ataque à liberdade e direitos dos estudantes. Vendo as escolas num clima de indisciplina diário que não corresponde à realidade, promovendo casos pontuais na comunicação social, como

forma de legitimar a cação governativa, reprime os estudantes, tornando esta questão o centro da vida escolar.

O estatuto surge dando mais poder aos Directores para reprimir os estudantes numa perspectiva de “código penal” para as escolas, usando mesmo expressões como “arguido” ou “pena”. A sua perspectiva é sempre de exclusão do meio escolar, em vez de inclusão, bem evidente em medidas como a transferência de escola ou a suspensão que abrem muitas vezes caminho ao abandono escolar. O combate a problemas como o da indisciplina tem de passar pela melhoria das condições das escolas e da vida dos jovens, pelo apoio social e pedagógico no processo educativo e pela participação dos estudantes numa escola que promova a integração social e onde todos conheçam e participem activamente na definição dos seus direitos. Entendemos que para se solucionar e se combater estes problemas da indisciplina nas escolas é necessário que exista uma análise cuidada de cada situação, enquadrada na sua raiz social, encarando caso a caso e fomentando a integração dos jovens na vida escolar. A primeira proposta de estatuto ignorava também o papel das Associações de Estudantes dentro das escolas, mas, graças a uma proposta do PCP na Assembleia da República, estas passaram a estar representadas.

Além de atacar e oprimir os estudantes, o novo estatuto do aluno trouxe consigo um regime de faltas injusto e absurdo que obriga à realização de provas no caso de se atingir o limite de faltas (mesmo justificadas). Este regime põe entraves à justificação de faltas e cria um clima de desconfiança na escola.

2.2.1.6 Condições materiais e humanas

Para uma educação de qualidade são necessárias condições materiais e humanas dignas nas escolas. Mas esta continua a ser uma insuficiência do nosso parque escolar ao longo das últimas décadas se foi degradando profundamente, devido ao desinvestimento e desresponsabilização dos sucessivos governos em relação à escola pública.

O governo PS no anterior mandato lançou, para, alegadamente, dar resposta às más condições das escolas, o programa de modernização do parque escolar que consistiu na formação de uma Entidade Pública Empresarial (a EPE - Parque Escolar) que ficou responsável pela recuperação e construção de escolas. Trata-se, portanto, de passar para a responsabilidade de uma Empresa Pública Empresarial (EPE) a gestão do património do parque escolar nacional. Esta EPE, tem a possibilidade de ser privatizada como outras empresas públicas no passado. Explorando as escolas tendo em vista a obtenção de lucro. Apesar deste necessário investimento de recuperação e modernização continuam a existir muitas escolas em Portugal sem equipamentos gimnodesportivos, bibliotecas, laboratórios, material informático, equipamento audiovisual, salas de convívio, condições sanitárias e material indispensável ao bom funcionamento das aulas.

Outra insuficiência é a falta de investimento na contratação e formação de professores, auxiliares da acção educativa e outros técnicos. Os professores continuam a acumular

diversas disciplinas, para já não falar na sobrelotação das turmas: uma turma pode chegar a atingir os 40 alunos.

2.2.1.7 Educação Sexual

A educação do indivíduo deve incluir tudo o que a este diz respeito, potenciando o seu desenvolvimento integral e completo. O conhecimento de todas as questões que integram a vida humana tem de estar acessível a todos. A sexualidade, aspecto natural e indispensável da nossa existência, deveria ser também encarada com a naturalidade que lhe é inerente, pelo que as questões da sexualidade deveriam ser abordadas de uma forma transversal e sem tabus.

A educação sexual está prevista na lei desde 1984, reforçada em 1999 pelo PCP, e foi regulamentada em 2000 por força da luta estudantil. Apesar dos sucessivos governos nunca se terem mostrado disponibilidade para avançar com a sua aplicação, mais uma vez foram as grandes lutas dos estudantes levadas a cabo no ano lectivo 2008-09, e não só, obrigou à aprovação uma lei que prevê a sua aplicação ainda no ano lectivo de 2009/2010. De referir que, no entanto, o actual Governo PS ainda não regulamentou para poder ser aplicada nas escolas, e não foram disponibilizadas verbas para a sua implementação.

Este é um direito e uma necessidade urgente da juventude portuguesa pois Portugal é o segundo país da UE com o maior número de mães adolescentes e jovens infectados com doenças sexualmente transmissíveis. Podemos ainda observar que, como consequência da desinformação da juventude e da população em geral, 40% dos **portugueses** nem sempre usa preservativo, mesmo tendo mais do que um parceiro sexual, e que 20% da população admite usá-lo muito raramente.

2.2.1.8 Participação dos Estudantes

O envolvimento dos estudantes nas Associações de Estudantes, nos grupos informais e nos órgãos de gestão da escola assume particular importância.

No quadro da ofensiva contra a escola pública, gratuita e de qualidade, existe também uma grande ofensiva contra **as conquistas** de Abril. São muitos os atropelos à participação democrática dentro e fora das escolas.

A intervenção dos estudantes é diminuída ao mínimo nos Conselhos Gerais (um aluno do regime diurno dia e um do regime nocturno) e nos Conselhos Pedagógicos, afastando assim os estudantes da gestão das escolas.

As Associações de Estudantes são também alvo de grandes ataques. A ingerência por parte dos Directores na sua vida continua a persistir e a agravar-se, assim como as dificuldades financeiras, a falta de apoios aos dirigentes associativos e o longo e burocrático processo de legalização das Associações de Estudantes. Assiste-se ao impedimento da existência de Associação de Estudantes, a processos eleitorais impedidos ou manipulados (em que muitas vezes é o próprio director da escola que tenta impor critérios ou organizar os processos eleitorais), a entraves às actividades

da Associação de Estudantes ou à proibição de Reuniões Gerais de Alunos. Estes são ataques comuns e diários à democracia, autonomia e liberdade de organização dos estudantes.

Estes ataques derivam de uma opção política concertada que o governo introduz nas escolas e estão intimamente ligados ao entendimento dos sucessivos governos em relação à liberdade de organização e participação dos estudantes. Estes tentam transformar a escola numa linha de montagem educacional, que forma o indivíduo apenas para o mercado de trabalho sem direitos, e pretendem criar uma geração não reivindicativa e desconhecadora dos seus direitos, limitando a participação democrática.

Por uma Educação Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática e para todos, ao serviço dos estudantes, do povo e do País a JCP defende e propõe:

- A gratuidade dos manuais escolares e de todos os outros materiais de apoio.

- A gratuidade do passe social a todos os estudantes.

- O reforço da Acção Social Escolar, através do alargamento do número de alunos abrangidos e do aumento do valor dos apoios, de forma a garantir a igualdade de oportunidades no acesso, frequência e sucesso no ensino, nomeadamente com a construção de residências para os estudantes deslocados e de outras infra-estruturas, assim como a existência de bolsas de estudo para estudantes.

- Um ensino profissionalizante com os recursos materiais e humanos necessários à aprendizagem; que contribua para o desenvolvimento de cada indivíduo de forma completa e universal; que seja digno e com igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior; que seja ajustado às reais necessidades do país.

- Uma avaliação realmente contínua, onde os estudantes sejam avaliados ao longo do ano tendo em conta a sua evolução em todos os campos da sua aprendizagem e o fim dos Exames Nacionais.

- A criação de condições para que se efective um acompanhamento real por parte do orientador escolar ao longo do percurso escolar de cada estudante.

- O acesso ao Ensino Superior como um princípio universal e exige o fim progressivo do “*numerus clausus*”, enquanto sistema de restrição quantitativa global. Simultaneamente reivindicamos a criação de um novo sistema de acesso ao Ensino Superior que tenha em conta as necessidades de desenvolvimento do país e as opções dos estudantes, através da avaliação contínua e articulando com provas nacionais de capacidade, sem carácter eliminatório e que se mantenham até ao fim do “*numerus clausus*”, permitindo assim uma uniformização dos critérios de seriação dos candidatos ao Ensino Superior.

- A revogação do diploma de Autonomia e Gestão.

- Uma escola em que exista lugar para uma verdadeira democracia onde os estudantes sejam ouvidos e possam

participar em pé de igualdade com toda a comunidade educativa, com particular destaque para o papel da Associações de Estudantes.

- A revogação do Estatuto do Aluno e a inclusão dos direitos e deveres de todos os agentes educativos nos regulamentos internos das escolas.

- Um maior investimento do Estado na rede nacional de escolas a todos os níveis, de forma a que se crie uma maior eficácia na rede pública, dotando as escolas das condições materiais e humanas necessárias a uma boa aprendizagem dos estudantes.

- A criação das condições materiais e humanas nas escolas para que os períodos não lectivos sejam potenciados na valorização científica, cultural, social e desportiva dos estudantes.

- A redução do número de alunos por turma até um número máximo de 20.

- A existência de outros técnicos nas escolas nomeadamente os psicólogos, técnicos de animação sócio-cultural, técnicos de saúde, entre outros.

- A aplicação imediata da educação sexual, de uma forma interdisciplinar; a criação de gabinetes de apoio à sexualidade nas escolas, dotando-as de máquinas de preservativos e garantindo a distribuição de métodos contraceptivos gratuitamente.

- A valorização do papel das Associações de Estudantes, dos delegados de turma e da sua participação na vida activa da escola e das Reuniões Gerais de Alunos.

- A efectiva entrega dos regulamentos internos das escolas aos estudantes, como estímulo à sua participação na vida escolar

- A redução dos programas escolares a a sua adaptação por forma a serem menos desfasados da realidade, passando estes a incluir áreas temáticas como o ambiente, a toxicoddependência, o património histórico, transmitindo sempre os valores da democracia e da paz, permitindo aos estudantes uma reflexão e discussão, valorizando o sentimento pela descoberta e pelo espírito crítico, ajustando desta forma os programas às necessidades de desenvolvimento do país, motivando o interesse e uma melhor preparação dos estudantes.

- Uma escola laica, como garantia do respeito pelas opções religiosas de cada um.

2.2.2 Ensino Superior

O acesso à **educação** esta e aos mais elevados níveis de conhecimento é um direito de todos, mas infelizmente hoje não se verifica uma política de justiça e igualdade para o Ensino Superior – seja nas condições de acesso, sucesso e frequência.

Investir neste grau de ensino é não só permitir a valorização pessoal do indivíduo, dotando-o de uma formação integral que o prepare para a vida profissional e seja consciente do seu papel de intervenção política, social e cultural, mas também investir no desenvolvimento do país, que dotado de quadros técnicos e superiores tem mais ferramentas para traçar o seu desenvolvimento colectivo e defender a sua soberania.

Desde o 8º Congresso da JCP, verifica-se um aprofundamento brutal da ofensiva contra o Ensino Superior Público, não só através da continuidade de políticas antidemocráticas já estabelecidas, como a Lei do Financiamento, mas principalmente através de machadadas recentes que o governo PS e seus aliados tentam fazer passar como sendo realidades inevitáveis e imprescindíveis, decorrentes da suposta “modernização” do Ensino Superior. Neste grupo inclui-se a implementação total do Processo de Bolonha, o novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e a criação da figura dos empréstimos na Acção Social Escolar (ASE) que, no concreto, afastam cada vez mais estudantes do Ensino Superior, acabam com a gestão democrática das escolas e abrem caminho à total privatização deste grau de Ensino.

2.2.2.1 Processo de Bolonha

O Processo de Bolonha é um conjunto de directivas europeias que, sob a capa de uma suposta “solução” para as maleitas de que padece o Ensino Superior, não mais visam senão o aprofundamento da sua elitização, privatização e mercantilização.

A primeira alteração que trouxe foi a estruturação da maior parte dos cursos em 3 ciclos. Um 1º ciclo, de 3 a 4 anos, correspondente ao anterior Bacharelato (designação ainda usada por toda a Europa para este ciclo e que em Portugal tem o nome de Licenciatura), um 2º ciclo correspondente à anterior Licenciatura mas com a designação de “Mestrado”, e um 3º ciclo designado por “Doutoramento”.

Desde o último Congresso, podemos constatar que as intenções do Processo de Bolonha se concretizaram naquilo para que a JCP já há muito alertara: a divisão dos ciclos serviu apenas para aumentar o valor das propinas e criar mais barreiras com *numerus clausus* de acesso; o financiamento das instituições foi reduzido com as consequências estruturais e pedagógicas daí decorrentes; a formação do 1º ciclo é insuficiente e a própria formação dos ciclos seguintes é virada não para a formação integral do indivíduo, mas para a resposta às necessidades do capital; a gestão democrática das instituições foi substituída pela entrada de entidades privadas na mesma e consequente afastamento dos estudantes dos processos de decisão e discussão (com drástica subalternização do papel das Associações de Estudantes) e, no que respeita à mobilidade interna e externa, verificam-se os mesmos problemas de sempre.

No plano da divisão por ciclos, vários cursos mantiveram a mesma estrutura de 5 anos (mas com uma divisão por ciclos que **conduz à** diferenciação de preços), outros passaram só para 1 ciclo. Com 2ºs ciclos que chegam a atingir valores de 18000 euros por ano e com restrições de acesso através da

imposição de *numerus clausus* (médias de acesso e vagas), é hoje uma realidade que muitos jovens não acedem ao Ensino Superior por reconhecerem que um 1º ciclo é insuficiente e não terem condições económicas para prosseguir nos estudos, ou então entram e ficam com uma formação meramente técnica por não existirem vagas de acesso ao 2º ciclo.

No plano pedagógico, muitos problemas foram aumentados, nomeadamente o excesso de carga horária e de trabalhos, redução de épocas de exames e extinção de épocas de recurso e restrições no acesso à avaliação contínua. Os problemas resultantes das reformas curriculares em ciclos (como as fusões e concentração de várias disciplinas numa só) expõem os problemas infra-estruturais das instituições que não têm condições para suportar números tão elevados de estudantes ao mesmo tempo numa mesma sala de aula, num laboratório ou numa biblioteca, nem tão-pouco materiais que possam ser utilizados por todos, priorizando o fim de disciplinas como História e Filosofia como forma de amputar e formatar o tipo de conhecimento adquirido.

Sob a capa da modernização e aproximação da escola ao mundo do trabalho, os executores destas políticas promoveram as filosofias da “aquisição de competências” e “aprendizagem ao longo da vida”, que põe a claro o objectivo do capital de dotar os indivíduos de uma formação insuficiente e de competências técnicas muito específicas, segundo as necessidades actuais do Capital. Ao mesmo tempo, responsabiliza-se em excesso o aluno pela sua formação, desvalorizando o papel do professor, o que mais não é do que uma artimanha para esconder as insuficiências materiais das instituições e promover as desigualdades, pois cada estudante está muito dependente das condições económicas e materiais que tem que a sua condição sócio-económica lhe permite. É ainda através de todas estas dificuldades que se consegue colocar entaves à vida social do estudante, com todas as implicações que isto tem para a sua formação integral e capacidade reivindicativa e de associação.

A falsa promessa de mobilidade, que serviu para legitimar um Sistema Europeu de Ensino Superior que mais não é um ranking de escolas a nível europeu que permite dividir as instituições em escolas de primeira e de segunda, está hoje em pior situação do que antes do Processo de Bolonha: ainda são só os estudantes com maior capacidade financeira que acedem ao programa Erasmus (apenas 1% dos estudantes portugueses adere a este programa), número que tende a reduzir-se pois ao aumento das propinas e do custo de vida não corresponde um aumento real nem do número de bolsas e apoios, nem do valor dos mesmos. No que refere à própria mobilidade interna, não existe facilidade nas equivalências – situação até agravada pela arbitrariedade de cursos e reformas curriculares que o Processo de Bolonha promoveu pelo país.

O direito ao trabalho é também afectado com o Processo de Bolonha, pois a promoção do conceito de “empregabilidade” subentende que cabe ao indivíduo a responsabilidade de encontrar (ou não) emprego, ao invés de ser o Estado a criar as condições para garantir o direito ao trabalho e traçar também as prioridades nacionais que garantam o seu desenvolvimento e soberania nacional.

Prova disto é a lógica mercantilista aplicada à existência de cursos, pois é o interesse do capital que determina quais são extintos ou então abertos “ano sim, ano não”, através da legislação que corta o financiamento aos cursos que tenham menos de 20 estudantes inscritos (muitas vezes áreas estratégicas para o país).

O Processo de Bolonha aprofunda, de facto, a elitização e a privatização do Ensino Superior, opôndo-se ao Ensino Público, Gratuito, Democrático e de Qualidade para todos, constitucionalmente consagrado e direito de todos. É um instrumento do capital cujos objectivos são hoje ainda mais claros e, de acordo com eles, é impossível modificá-lo de modo a que esteja de acordo com as expectativas e necessidades dos jovens portugueses e do País. Apesar de ser hoje uma realidade, não é irrevogável e é essencial a dinamização da luta pela saída do sistema do ensino superior português do Processo de Bolonha e reconfigurá-lo autonomamente dentro do espaço internacional.

2.2.2.2 Financiamento

O financiamento é a questão central do Ensino Superior, pois é através deste que se garante ou compromete a qualidade e o acesso e frequência democrática aos mais elevados graus de conhecimento. A introdução de propinas, em 1991, e o seu progressivo aumento é proporcional à política de desresponsabilização e subfinanciamento da parte do Estado. Entre 1997 e 2009, as propinas aumentaram 452%.

As propinas são o meio principal para a elitização do acesso e frequência do Ensino Superior. Na maior parte das instituições o valor do 1º ciclo ronda os 1000€, e pode chegar aos 18000€ no 2º ciclo, o que torna extremamente difícil que os filhos dos trabalhadores acedam a este grau de ensino, e que muitos estudantes se “transformem” em números para a taxa de abandono escolar.

Portugal é dos países na Europa onde as famílias e os estudantes mais peso têm no financiamento da sua própria educação. Isto prova que esta Lei de Financiamento acentua o papel do estudante como responsável pelo financiamento do seu curso como se de um investimento individual se tratasse, desresponsabilizando o Estado daquele que é o seu dever, aprofundando a lógica da educação como serviço e não como um direito de todos.

Ao mesmo tempo em que aumenta as propinas, taxas e emolumentos, o governo procede a cortes orçamentais gigantescos no Ensino Superior (os cortes no Orçamento de Estado ascendem a mais de 30%, desde 2005) votando as instituições à asfixia financeira, muitas vezes sem verbas para o seu funcionamento corrente; estas vêm-se obrigadas a, por sua vez, aumentar as propinas e, como essa “receita” é insuficiente face às carências drásticas de apoio do Estado, abrem-se as portas para a privatização das escolas, seja no plano dos serviços seja no plano das condições materiais e humanas, o que provoca mais injustiças e elitização no Ensino.

Apesar de todas as deficiências pedagógicas, materiais e humanas decorrentes deste modelo de financiamento, criam-se mecanismos como o injusto sistema de prescrições que, tendo entrado em vigor desde o último congresso, é o perfeito exemplo de filtração e responsabilização exclusiva

do estudante pelo seu insucesso.

É de realçar também que, nos últimos quatro anos, só o PCP e o PEV e a JCP defenderam, de acordo com a Constituição da República Portuguesa e as necessidades e anseios dos jovens e do País, a revogação desta Lei de Financiamento e a gratuidade do Ensino Superior. Desde o PS (responsável directo das políticas de direita nos últimos quatro anos), ao PSD (que defende que os estudantes trabalhem em “regime de voluntariado” nas instituições do Ensino Superior para ajudar a pagar os seus estudo e que o financiamento estatal deve ser feito através de objectivos contratualizados com as instituições, à boa maneira empresarial), passando pelo CDS e pelo próprio BE (defende uma diminuição de propinas), só o PCP foi capaz de apresentar na Assembleia da Republica uma proposta de lei que prova que, no concreto, existe outra solução capaz de permitir que o Ensino seja gratuito e com mais investimento e qualidade, haja vontade política para tal.

Impedir a elitização e privatização do Ensino Superior, com vista à realização e valorização pessoal e também do progresso do País, só será possível através do fim das propinas e da substituição desta Lei de Financiamento, tal como o PCP apresentou nesta legislatura, por uma que tenha como objectivo garantir um Ensino Público, Gratuito, Democrático e de Qualidade para todos, a verdadeira Escola de Abril.

2.2.2.3 Acção Social Escolar (ASE)

A ASE tem o papel de garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso, frequência e sucesso escolar, pela superação de desigualdades económicas, sociais e culturais. Não se trata de uma forma de caridade para com os que mais dificuldades têm, mas sim um direito universal essencial para a democratização do Ensino Superior. Deve assegurar que nenhum estudante fique de fora do sistema de ensino e lhe são garantidas todas as condições para o sucesso escolar e realização pessoal, independentemente da sua condição económica.

A ASE inclui os apoios directos – bolsas de estudo – e os apoios indirectos, como alojamento, transportes, apoio médico, serviços de alimentação, cultura e desporto.

Nos últimos 4 anos agravou-se o desinvestimento na ASE, aprofundando os problemas existentes, e assistiu-se a um avançar de políticas elitistas e com vista à sua privatização, nomeadamente através da concessão de serviços e da efectivação do sistema de empréstimos.

O número de bolsas e o valor das mesmas são constantemente reduzidos, criando várias dificuldades aos estudantes; para além de que o seu sistema de atribuição coloca entraves e padece de burocracias que causam várias injustiças. Verifica-se cada vez mais também o sistemático atraso no pagamento das bolsas, que chegam a arrastar-se durante meses, empurrando os estudantes para situações gravíssimas, como a necessidade de recorrer a Bancos Alimentares para comer, como foi notícia na Covilhã ou em Coimbra. Os estudantes são forçados a abandonar o Ensino Superior ou a enveredar pelo sistema de empréstimos, exemplo crasso da desresponsabilização do Estado da sua verdadeira função social, endividando, por um lado, os

estudantes, e pagando, por outro, os juros destes empréstimos à banca, aumentando os seus dividendos. Estima-se que cerca de 6500 estudantes terão já recorrido a este sistema.

No plano das cantinas e residências, aprofundam-se os problemas existentes desde o último Congresso, com degradação drástica das condições materiais e humanas, insuficientes para o número de estudantes que as utilizam e dos que necessitariam de as utilizar e não o podem fazer. Tanto o preço do prato social como o das residências aumentou e começa a assitir-se ao pagamento extraordinário de serviços em residências que deveriam estar à livre disposição dos estudantes, tais como arcas congeladoras e máquinas de lavar roupa. É cada vez mais avançada a linha de encerramento e privatização das cantinas, sendo que nos últimos 4 anos avançou a ideia de que as residências são o próximo passo a privatizar.

Também o desporto no ensino superior, que deveria permitir o acesso à prática de actividade física a milhares de estudantes a preços mais acessíveis (ou mesmo gratuitos), é alvo de ataques. A parte lucrativa, como os ginásios e estádios, é retirada da gestão das AAEE e colocada nas mãos de privados. Na parte da cultura, devido ao subfinanciamento estatal, promove-se a ideia da privatização das infra-estruturas e do mecenato como única maneira de subsistir.

Existem ainda discrepâncias entre o Ensino Universitário e Politécnico no que diz respeito à ASE, nomeadamente nas bolsas de estudo que no Politécnico têm cerca de metade do valor das que são concedidas no Universitário. No Ensino Privado, a ASE é praticamente inexistente.

2.2.2.4 Gestão Democrática

A gestão democrática e participada das instituições do Ensino Superior foi uma conquista do 25 de Abril. Ao longo dos anos, a presença dos estudantes nos vários órgãos de gestão, em paridade com os professores, revelou-se da maior importância para a dignificação dos órgãos e para o aprofundamento da democracia nas escolas.

Infelizmente, estes princípios, a par do reconhecimento das AAEE enquanto legítimas estruturas de organização estudantis e a gestão das escolas de acordo com os interesses do país, têm sido constantemente atacados, sendo o novo RJIES a machadada final.

O RJIES obriga a uma total reorganização dos órgãos de gestão, com a extinção de alguns, a criação de outros (como o Conselho Geral ou o Conselho de Gestão) e a manutenção de outros, mas com composição e competências diferentes (nomeadamente o Conselho Pedagógico). O RJIES retira estudantes dos órgãos de gestão e, onde ainda podem participar, perdem representatividade; ao mesmo tempo, em alguns órgãos, é totalmente subvertido o conceito democrático, através da nomeação de estudantes pelo reitor ao invés da sua eleição pelos seus pares.

No Conselho Geral, por exemplo, órgão mais importante de gestão das instituições de Ensino Superior, além da representatividade dos estudantes ser muito reduzida,

obriga-se as instituições a abrir portas a “entidades externas de reconhecido mérito”, o que, na prática, se verifica que são representantes de empresas, privadas, nomeadamente grandes grupos económicos, ou personalidades dirigentes dos partidos da burguesia dominante e que passam a ter palavra na definição do rumo que as instituições devam seguir – nomeadamente que cursos devem ou não abrir e que valores de propinas praticar. Certamente que defenderão os seus próprios interesses, anulando a soberania nacional do país nesta matéria.

O RJIES potencia também a passagem de instituições a Fundações, ou seja, instituições públicas de direito privado – cuja lógica de gestão é a de empresas privadas com vista à obtenção de lucro. Apesar da resistência inicial da maior parte das instituições do ensino superior, a chantagem do governo, através do favorecimento de financiamento daquelas que aceitam mudar os seus estatutos, resultará num passo terrível rumo à destruição do Ensino Superior Público. Actualmente passaram a Fundação a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, o ISCTE e o Instituto Politécnico de Leiria encontra-se em processo de passagem.

Desde os últimos quatro anos também se concretizaram ameaças há muito denunciadas pela JCP: a criação da figura do director, e a nova concentração de poderes no Reitor (que antes estavam distribuídos por vários órgãos de gestão); a criação da figura do Provedor do Estudante – com o objectivo claro de substituir o legítimo papel das AAEE na defesa dos direitos e interesses dos estudantes; a legitimação de estatutos que violam os mais fundamentais direitos de organização, associação e manifestação dos estudantes – actividades como a praxe já foram proibidas por várias instituições, as acções de luta serão certamente as próximas.

O RJIES põe em causa a autonomia e a gestão democrática das instituições e limita direitos conquistados com a luta dos estudantes.

2.2.2.5 Qualidade, Insucesso Escolar e Questões Pedagógicas

Um Ensino de qualidade é um direito concreto, inerente e inalienável ao sistema educativo, que assenta na garantia das melhores condições pedagógicas, humanas e materiais, numa escola pública, gratuita, democrática e inclusiva que, ao invés de reproduzir as desigualdades sociais, produz as condições de igualdade de oportunidades de frequência e sucesso para todos.

O Estado deve assegurar a existência de infra-estruturas, equipamento e pessoal que permitam o atingir deste objectivo; no entanto, através do subfinanciamento, são muitos os problemas pedagógicos com que os estudantes se deparam: degradação, inexistência ou insuficiências de edifícios, salas de aula e de estudo, bibliotecas, refeitórios, residências, livros, sebatas, computadores, material de laboratório, escassês de pessoal docente e não-docente. São assim aumentadas as assimetrias entre quem possui, à partida, condições materiais e económicas melhores e aqueles que dependem do sistema de ensino para o seu próprio desenvolvimento.

O Processo de Bolonha veio aprofundar estes problemas. Os novos conteúdos programáticos procuram criar um exército de mão-de-obra pouco qualificada e “não pensante”, em vez de cidadãos activos e reivindicativos. A própria forma de obter, através de uma carga horária e de trabalho pesadíssima e excessiva, de produção “em massa” de trabalhos, potencia esta formatação ideológica. A própria promoção do e-learning, como alternativa viável ao ensino presencial e não como um sistema complementar, vem no sentido da responsabilização exclusiva do aluno pela sua aprendizagem.

Outros problemas surgiram nos últimos quatro anos, como o encerramento compulsivo de universidades de cursos e disciplinas com as consequências óbvias para a vida dos estudantes. De referir que grande parte das instituições privadas está deteriorada e não garante o mínimo de condições aos estudantes que as frequentam, provando que, quando a lógica do lucro se impõe sobre o sistema educativo, a qualidade desce.

A sobreposição de exames, os exames intermédios (que podem assumir várias formas de avaliação), a elitização do acesso à avaliação contínua e a deturpação da sua essência, o facto de não ser permitido que o aluno faça um exame para 20 valores e o fim de épocas de avaliação são barreiras pedagógicas que contribuem para o insucesso escolar dos estudantes.

A questão central da qualidade e da pedagogia é o financiamento do ensino, pois sem dinheiro não há salas, nem professores, nem materiais; no entanto, ao mesmo tempo que todos os anos subfinancia o Ensino Superior, o Governo continua a responsabilizar exclusivamente os estudantes pelo insucesso escolar, nomeadamente através do sistema de prescrições – quando claramente o Ensino Superior, hoje, não esbata as desigualdades socio-económicas antes as reproduz e aumenta.

2.2.2.6 Estágios

Os estágios são um importante elemento para a formação e qualificação dos indivíduos. No entanto, a maioria dos cursos não tem estágio integrado no currículo. Nos cursos que ainda têm, a generalidade dos estágios não são remunerados ou deixaram de o ser (como os estágios da via-ensino) e não têm apoios.

O facto de grande parte dos cursos não ter estágio no plano curricular, leva muitos estudantes a ter que procurar o próprio estágio, com remunerações mais baixas do que os outros trabalhadores ou mesmo sem remuneração. Com as dificuldades de emprego que os jovens sentem, muitas empresas aproveitam-se dos jovens licenciados que, não conseguindo mais nada, submetem-se a trabalhar sem qualquer remuneração. Para além das despesas correntes do curso, os estagiários são muitas vezes duplamente deslocados (exemplo evidente no caso dos cursos de Enfermagem) e têm várias despesas com habitação e transportes, entre outras, pagando para trabalhar, quando deveriam ter direito a remuneração, da mesma forma que qualquer outro trabalhador pois exercem, na prática, uma profissão.

Em alguns cursos, o governo criou um exame nacional no final do estágio, que é mais uma forma de dificultar aos estudantes a progressão do seu curso. Com o Processo de Bolonha, os cursos que têm estágio passaram-no para o 2º ciclo, o que afasta muitos estudantes, que não podem comportar o exponencial aumento das propinas do 2º ciclo.

2.2.2.7 Saídas Profissionais

As políticas de direita levadas a cabo pelos sucessivos governos revelam a ausência de uma política estrutural de emprego, pondo em causa o direito ao trabalho com direitos. Em Portugal, é cada vez maior a percentagem de desemprego entre os licenciados e é, ao mesmo tempo, dos países da UE com menor qualificação da população.

A abertura e encerramento de cursos no Ensino Superior tem em conta a lógica de mercado e não as reais necessidades do País, subordinando-se aos que o capitalismo considera fonte de rendimento ou benéficos à sua manutenção.

Com Processo de Bolonha acentua-se também a tónica, desde o início dos cursos, de que os estudantes devem prestar trabalho gratuito em empresas e procurarem estágios (não remunerados) para benefícios de currículo.

As Ordens, por seu lado, têm uma visão corporativista e promovem a divisão dos trabalhadores segundo a sua área profissional; facilitam assim a exploração de mão-de-obra, além de muitas delas promoverem obrigatoriamente estágios não-remunerados e realizarem exames (muitas vezes pagos com valores exorbitantes) para que indivíduos já formados possam exercer a profissão para a qual já estudaram no Ensino Superior, em cursos reconhecidos pela autoridade competente: o MCES.

2.2.2.8 Subsistemas

2.2.2.8.1 Ensino Superior Público Universitário

Embora exista um conjunto de questões transversais no Ensino Superior Público Universitário, a verdade é que existem muitas disparidades entre estas instituições, ao nível de financiamento, recursos e objectivos (veja-se o caso das instituições que se pretende transformar em Fundações e por oposição, outras que sofrem definhamento financeiro). Procura-se, também dentro deste subsistema, promover instituições de 1ª e de 2ª.

As políticas de direita levadas a cabo pelos vários governos (o actual PS e os anteriores PS, PSD e PP) reflectem-se em vários aspectos do Ensino Universitário. Se já há vários anos a JCP colocava a necessidade de dotar os cursos de plenos modelos pedagógicos, hoje reafirmamos essa premente necessidade que, ao contrário do que muitos afirmavam, não foi resolvida com a implementação do Processo de Bolonha. Pelo contrário, Bolonha tem retirado a variadíssimos cursos disciplinas estruturantes para a formação integral do estudante e fechado muitos outros.

Isto acontece essencialmente por dois motivos: o primeiro é o escasso investimento e as consequências disso (por exemplo, o caso da Universidade de Évora), que as levam à redução de professores, ao não investimento na aquisição de materiais e à degradação de infra-estruturas.

O outro motivo é o Processo de Bolonha, que transformou a licenciatura em 1º ciclo, ou seja, o antigo bacharelato. Este 1º ciclo é caracterizado pela falta de verdadeira formação e, pela formação “a correr”, tendo como objectivo dar a mínima escolarização necessária aos estudantes para que estes sejam exclusivamente quadros técnicos quando ingressarem no mercado de trabalho, favorecendo assim os interesses económicos do capitalismo. Por consequência disto, temos hoje estudantes que terminam os seus cursos sem ferramentas suficientes, tendo uma única perspectiva sobre determinada matéria, na sua esmagadora maioria, a perspectiva do capital de que são exemplo claro os cursos de economia.

Uma outra questão que caracteriza o Ensino Universitário, é a falta de componente prática. Se no ensino politécnico há necessidade de mais disciplinas teóricas, no Ensino Universitário passa-se o contrário e, agravado por Bolonha, deparamo-nos com disciplinas teóricas que têm mais créditos que as práticas (por exemplo, no 1º ciclo do curso de Teatro na Universidade de Évora, a disciplina teórica de História da Dança no séc. XX vale 5 créditos enquanto que a disciplina de técnicas do actor vale 2,5 créditos), querendo isto dizer que só devemos aprender o “necessário”. Tudo o que extrapola o dito necessário fica para quem pode pagar o 2º ciclo.

Podemos então concluir que é fundamental que o Ensino Universitário seja uma das fontes de formação integral do indivíduo e também de desenvolvimento social, cultural e económico do país. Para que isto aconteça é crucial que o Governo PS assuma a sua responsabilidade para com os estudantes e a Constituição da República Portuguesa, investindo na Educação e criando as condições pedagógicas necessárias que os estudantes e a JCP reivindicam.

2.2.2.8.2 Ensino Superior Politécnico

O ensino superior politécnico, com um ensino de carácter mais prático e técnico, assume grande importância, nomeadamente no que diz respeito à diminuição das assimetrias regionais, estando estabelecido em várias capitais de distrito e concelhos, evitando assim a concentração das instituições de Ensino Superior apenas nos pólos tradicionais, como Lisboa, Porto e Coimbra. A descentralização do Ensino Superior, nomeadamente de um ensino mais virado para o mercado de trabalho, permite aos estudantes o envolvimento com o meio em que estão inseridos, sendo assim um importante precursor para o desenvolvimento regional.

Os sucessivos governos têm sido protagonistas de políticas que remetem as escolas de ensino politécnico para escolas de segunda, discriminando-as e insistindo em manter um modelo binário desadequado à realidade das escolas, e que fomenta que os estudantes do ensino politécnico sofram de uma forma ainda mais agravada os problemas do ensino superior no geral.

É flagrante a discriminação existente do ponto de vista financeiro a estas instituições, no que diz respeito ao financiamento das instituições e da Acção Social Escolar (menos 50% das bolsas e são servidos com menos 50% das residências). As dificuldades de financiamento que vivem as escolas de ensino politécnico faz com que muitas delas vejam degradadas as suas condições materiais e humanas. Esta discriminação também se verifica no que diz respeito ao reconhecimento das licenciaturas, à impossibilidade de formação do seu próprio corpo docente, a limitações existentes na atribuição de graus e na investigação. O facto de muitos cursos do ensino politécnico não poderem leccionar o 2º ciclo, contribui cada vez mais para o seu esvaziamento, o que empurrará muitos estudantes para fora do ensino superior, abrindo caminho ao encerramento de cursos superiores e à proliferação de cursos de especialização tecnológica, como já se verifica em várias instituições de ensino politécnico.

Todo este quadro poderá levar ao encerramento de algumas instituições o que, a acontecer, comprometerá a conquista de Abril da cobertura nacional de Ensino Superior.

2.2.2.8.3 Ensino Superior Privado

O crescimento do Ensino Superior Privado é uma consequência do desinvestimento por parte dos sucessivos governos PS, PSD e PP no Ensino Superior Público.

Sendo os custos cada vez mais acrescidos no Ensino Superior Público, com o valor das propinas altíssimo e a insuficiente ASE, muitos estudantes acabam por ir para instituições privadas que não exigem que se tornem estudantes deslocados. O sistema de acesso ao ensino superior representa uma barreira para muitos estudantes que, não conseguindo ter notas para entrar em cursos das instituições públicas, são obrigados a recorrer ao privado. O ensino nocturno é praticamente inexistente nas instituições de ensino público, o que faz com que a única opção de inúmeros trabalhadores-estudantes sejam as instituições privadas. Também ocorre que muitos cursos não existem no Ensino Superior Público, apenas no Ensino Privado. Pode-se dizer que a maioria dos estudantes é levada a recorrer ao Privado pelas insuficiências do Público, sendo inclusivamente a composição social dos seus alunos mais baixa (salvo algumas escolas de elite). Podemos também constatar que este subsistema é apoiado pelo Estado, sendo mesmo por ele financiado, como refere a Lei de Bases do Sistema Educativo.

As instituições de Ensino Privado, regendo-se pela lógica do lucro, remetem para segundo plano as necessidades dos alunos, facto que se reflecte na prática de preços exorbitantes nas propinas e nos vários serviços e na falta de condições materiais e humanas que se reflecte na baixa qualidade do ensino em muitas instituições privadas. Também se reflecte em situações como a do encerramento compulsivo da Universidade Internacional e da Universidade Moderna, não tendo em conta as necessidades e o futuro dos seus alunos.

Nestas instituições os estudantes encontram uma grande restrição no que diz respeito aos seus direitos. Não existe

contratualização entre a instituição e o estudante, o que o sujeita a arbitrariedades da direcção destas escolas, como o aumento das propinas ao longo do ano ou o aumento das taxas e emolumentos. O acesso à ASE também é muito mais restrito neste subsistema. Para estas restrições, em muito contribui a falta de representatividade dos estudantes nos órgãos de gestão.

Por uma Educação Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática e para todos, ao serviço dos estudantes, do povo e do País a JCP defende e propõe:

- A revogação da Lei de Financiamento do Ensino Superior e a sua substituição por uma que estabeleça a gratuidade deste nível de ensino.

- O fim das propinas, e de todas as taxas e emolumentos.

- O reforço significativo das verbas do Orçamento de Estado para o Ensino Superior;

- A retirada imediata de Portugal do Processo de Bolonha e a reconfiguração do sistema de ensino de acordo com o que está constitucionalmente consagrado.

- A revogação do RJIES e sua substituição por um regime que garanta a autonomia e a gestão democrática nas escolas.

- Um Ensino Superior que dê resposta às aspirações dos estudantes e às necessidades do país, livre de ingerências do capital, em todos os aspectos, nomeadamente nos currículos e saídas profissionais.

- Uma ASE pública e universal, com apoios directos e indirectos, em todos os ciclos de estudos, e seu reforço orçamental significativo que permita cumprir o seu papel de superadora de dificuldades. A atribuição de bolsas cujo valor dependa dos reais custos de frequência do ensino superior.

- Um sistema de ASE que abranja os estudantes do ensino privado enquanto este não tiver carácter supletivo e que essa responsabilidade seja partilhada pelas instituições de ensino e não seja utilizada como forma de financiamento directo do Estado aos privados.

- O alargamento do acesso dos estudantes do Ensino Superior Privado a cantinas e residências públicas enquanto subsistirem barreiras à entrada no Ensino Superior Público (como o *numerus clausus*) numa fase de transição para o Ensino Superior Público, Gratuito, Democrático e de Qualidade para todos, que responda às necessidades do país.

- A atribuição de bolsas que não tenha em conta o insucesso escolar, até serem resolvidos os problemas estruturais que levam ao insucesso escolar.

- A revogação da legislação sobre empréstimos bancários garantindo que o Estado assume a responsabilidade e o financiamento necessário da ASE, ao invés de financiar a banca com o pretensão apoio social.

- Uma aposta na melhoria e promoção dos serviços de saúde e dos serviços educativos com a criação de locais de estudo

e de trabalho.

- A realização de um estudo socio-económico sobre os estudantes do Ensino Superior, que permita actualizar e aferir sobre as suas condições económicas e se os apoios fornecidos realmente garantem a prossecução de estudos e a realização de objectivos.

- O aumento de apoios na área desportiva e cultural, com o desenvolvimento de estruturas de apoio à prática desportiva e a dinamização de eventos culturais.

- Um sistema único de ensino superior que preserve as diferenças, especificidades e objectivos diferenciados de cada subsistema. O fim das discriminações e a valorização do Ensino Politécnico.

- O carácter supletivo do Ensino Privado e que este seja fiscalizado pelo Estado

- A obrigatoriedade de contratualização entre estudante e instituição do Ensino Superior Privado, por forma a defender os estudantes deste subsistema de arbitrariedades ao longo do seu percurso académico.

- A integração de estágios em todos os cursos, a sua justa remuneração e apoios para os estagiários.

2.2.3 Ensino Profissional

As diferentes necessidades do país, no que diz respeito à sua estratégia de desenvolvimento, quer ao nível da qualificação da população portuguesa, quer ao nível das necessidades de desenvolvimento do tecido produtivo nacional dão uma dimensão estratégica quanto à importância do ensino profissional no nosso país.

As **vias** de ensino são de carácter profissionalizante, envolvendo diferentes áreas de conhecimento e com uma distribuição geográfica que, apesar de desequilibrada, envolve todo o território nacional.

No entanto, verifica-se que a maioria das áreas de formação nas escolas profissionais não tem em conta as necessidades de desenvolvimento do sector produtivo dos distritos nem do país, estando limitadas, por exemplo, a hotelaria, marketing, turismo, entre outras.

A política dos sucessivos governos é de desvalorização deste subsistema de ensino e de desresponsabilização do Estado, o que se traduz na gestão privada da maioria dos estabelecimentos de ensino.

Em muitas regiões (nomeadamente no Alentejo), a estratégia do Governo é fechar as escolas do ensino secundário e substituí-las por escolas do profissional.

Os cerca de 40.000 estudantes que actualmente frequentam o ensino profissional optam por este subsistema de ensino não apenas por razões que se prendem com a falta de condições de frequência no ensino secundário, mas também por opção própria, tendo por objectivo ter contacto com tipologias de ensino de carácter mais profissionalizante com forte componente prática.

O financiamento deste subsistema de ensino encontra-se dependente, no essencial, de apoios comunitários e de receitas próprias/propinas. As actuais perspectivas de diminuição de verbas por parte da UE (uma vez extinto o Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal - PRODEP), colocam em risco muitas escolas. Por outro lado, assiste-se a uma crescente dinâmica de aumento de propinas com reflexos também na elitização deste **subsistema** de ensino.

Os atrasos no pagamento de subsídios de alimentação e transporte têm sido uma prática continuada, bem como, o aumento generalizado dos preços praticados e os valores exorbitantes para a recuperação de módulos.

Porque promove um contacto regular com o mundo do trabalho, o estágio assume um papel fundamental na formação e avaliação dos estudantes do ensino profissional.

Em detrimento de princípios pedagógicos e em favor da formação ideológica, em muitos casos, as empresas utilizam os estagiários como tarefeiros (que não tendo nenhuma especialidade, desempenham todo o tipo de tarefas) exigindo deles trabalho não remunerado e horas de trabalho extraordinário – educando assim milhares de jovens na base da aceitação do capitalismo e do seu modelo de exploração.

As condições materiais e humanas, acompanhando as insuficiências da restante rede de ensino, são insuficientes. Edifícios provisórios e a necessitarem de intervenções urgentes, equipamentos degradados, material de apoio insuficiente e obsoleto, etc. A maioria das escolas não possui refeitório sendo este um elemento fundamental para qualquer escola. Existem também insuficiências ao nível dos recursos humanos para funcionamento da escola como auxiliares de acção educativa. Mas se, por um lado, se identificam graves carências, é também verdade que algumas beneficiam de boas instalações e equipamentos, fruto em muitos casos de parcerias com empresas privadas o que significa a demissão do Estado das suas obrigações.

Os alunos são também alvo de uma exigente carga horária que lhes retira tempo para qualquer actividade extra curricular e vida pessoal, sejam elas desportivas, de convívio, como também se torna um grande impedimento à formação de Associações de Estudantes que exigem trabalho e tempo de que os alunos não dispõem

Uma das outras dificuldades colocadas aos estudantes prende-se com a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Apesar de estar previsto na lei, as dificuldades colocadas aos estudantes do ensino profissional são maiores do que as do ensino secundário. Em muitos casos, a preparação dos estudantes está desligada do actual modelo de acesso ao ensino superior e o reconhecimento da sua qualificação não existe por parte dos estabelecimentos de ensino superior.

O governo criou ainda as chamadas bolsas de mérito destinadas, não aos estudantes com dificuldades financeiras, mas sim aos que obtêm melhores classificações. Esta medida enquadra-se nas múltiplas formas de aprofundar a elitização

do ensino.

A JCP entende que o ensino profissional deve ser dotado dos meios necessários para cumprir os seus objectivos.

Por uma Educação Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática e para todos, ao serviço dos estudantes, do povo e do País a JCP defende e propõe:

- Um claro e sério investimento público neste subsistema de ensino que se assume, cada vez mais, como um importante objectivo para uma estratégia Nacional que garanta um futuro de crescimento ao serviço do País, dos interesses do Povo e dos Trabalhadores.

- A adopção de um sistema de financiamento do ensino profissional que garanta a igualdade de oportunidades entre estudantes no acesso ao ensino profissional.

- A eliminação das propinas e de qualquer outra forma de pagamentos.

- O desenvolvimento de mecanismos de apoio aos estudantes através do pagamento de subsídios de alimentação, transporte e alojamento.

- A adopção de políticas que garantam a igualdade de oportunidades entre os estudantes do profissional e secundário no acesso ao Ensino Superior.

- A criação de condições de acesso ao emprego com direitos por parte dos estudantes que terminam a sua formação em cada uma das escolas.

- A criação de cursos profissionais que se enquadrem as necessidades de cada distrito e do país.

2.3 Ciência e Tecnologia

Em Portugal, o Sistema Nacional de Tecnologia e Ciência tem vindo a ver a sua componente pública cada vez mais enfraquecida, por via da desresponsabilização do Estado perante este seu papel essencial. Os cortes orçamentais têm provocado problemas estruturais às Universidades, Politécnicos e Laboratórios que produzem ciência, pela via da investigação e desenvolvimento. Existe um sub-aproveitamento dos avanços e dos trabalhos produzidos em Portugal e uma cada vez maior dependência do investimento privado para o sucesso dos projectos de I&D. Importa também referir o profundo desperdício para o país que significa quer o elevado número de jovens licenciados no desemprego, ou o seu emprego em actividades que nada têm a ver com a sua área de formação superior.

Os sucessivos Governos têm optado por não contratar novos quadros superiores, investigadores e técnicos para o trabalho no sector público de I&D, o que tem resultado num número crescente de bolseiros de investigação científica (maioritariamente jovens) que, no âmbito de um estatuto de bolseiros, acabam por desempenhar tarefas de profissionais de carácter permanente sem que tenham, no entanto, o estatuto de trabalhadores, garantindo um contingente de

mão-de-obra sem direitos de quem o próprio Estado dispõe. Na verdade, a maioria destes bolseiros é efectivamente um investigador ou um técnico de investigação e, embora corresponda ao segmento cuja actividade mais contribui para a produtividade no campo científico português, continua sendo a mais precária de todas.

A prática de desvalorização do trabalho em que assentam as políticas de direita do actual Governo estende-se ao trabalho científico e reflecte-se na política para o Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e a todas as áreas da política de Investigação e Desenvolvimento, visível na actuação da Fundação para a Ciência e Tecnologia quando recorre a bolseiros até para o preenchimento de vagas e postos de trabalho administrativos dos seus próprios serviços. A degradação do valor das bolsas constitui um importante factor de perda de atractividade e competitividade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional que atinge os cerca de 20% desde 2002, data da última actualização do seu valor pelo Governo.

Continua ainda por garantir o direito à carreira de investigador no quadro do ensino superior.

O Governo PS, no quadro da sua investida propagandística, deu grande destaque às questões da Tecnologia, anunciando o chamado “Plano Tecnológico”. Este plano tem vindo a concretizar-se pelo avanço dos interesses do grande capital em Portugal e contém as orientações claras para o desmantelamento das características do Sistema de Ensino Superior Público. Por um lado, a materialização do Plano já se veio a verificar nos acordos com a Microsoft, os quais vêm atribuir a esta empresa a capacidade de intervir directamente na construção dos programas de ensino, bem como a de publicitar o seu produto e formar os jovens para a sua utilização exclusiva; por outro, retrocessos democráticos como o chamado “cheque-ensino” são colocados como objectivos deste Plano.

Relativamente ao desenvolvimento de software livre, o Governo português continua a não investir nem a criar as condições para que este tipo de programação possa servir de base às operações informáticas no país, sendo que esse passo constituiria uma garantia de independência e soberania do país, bem como uma significativa redução de custos do Estado e dos utilizadores, para além da libertação do conhecimento científico da propriedade exclusiva dos grandes grupos capitalistas.

2.4 Emprego

O direito ao emprego e ao emprego com direitos é uma conquista de Abril consagrada na CRP e o garante uma vida digna para os trabalhadores.

Desde o 8º Congresso da JCP, a situação do emprego juvenil sofreu profundas alterações negativas. E esta área tem sido um alvo estratégico para os sucessivos Governos PS e PSD, com ou sem CDS, e respectivas políticas de direita. **Com** o argumento da crise o Governo PS, cumprindo o seu papel de defensor do capital e dos grandes grupos económicos, desencadeou uma ofensiva contra os trabalhadores, em especial os jovens, para que sejam estes a pagar a crise

provocada pelo sector financeiro e especulativo. Desta forma está assegurada a contínua acumulação de riqueza dos grandes grupos económicos, assim como, a proletarianização e empobrecimento dos trabalhadores particularmente dos jovens.

A destruição do aparelho produtivo nacional, de que é exemplo a Sorefame e a Siderurgia nacional entre muitos outros, transforma o país num país prestador de serviços extinguindo milhares de postos de trabalho. Paralelamente a esta opção política, assiste-se a uma estratégia de aumento dos ritmos de trabalho como forma de compensar os despedimentos injustificados e manter os índices de produção. Desta forma as empresas conseguem produzir a mesma quantidade reduzindo o número de trabalhadores. Aproveitando os ventos da crise, os grandes grupos económicos colocam em prática o que sempre pretenderam fazer, despedimentos colectivos; uso e abuso do lay-off; deslocalização de empresas, tudo às claras e com total conivência do Governo PS.

A manutenção de uma bolsa de desempregados, “exército industrial de reserva”, é uma necessidade inerente ao sistema capitalista. O patronato utiliza a elevada taxa de desemprego para reduzir o valor do trabalho e aproveita-se do aumento de mão-de-obra disponível para reduzir o poder reivindicativo dos trabalhadores.

Como elemento central da estratégia do governo e do patronato, os trabalhadores do sector público têm sofrido várias ofensivas. Refugiando-se no argumento que estes trabalhadores são “privilegiados” procura-se impor um nivelamento por baixo do conjunto de direitos adquiridos por todos os trabalhadores. O ataque aos trabalhadores da administração pública é um ataque a todos os trabalhadores. No decurso do programa de mobilidade, – que o patronato defende que seja aplicado com mais ferocidade – por cada dois trabalhadores que saem da administração pública apenas um é admitido, degradam-se serviços tendo como objectivo final a sua privatização, e a natureza do seu estatuto está a ser posta em causa através da introdução em grande escala do regime de contracto individual de trabalho.

Continua-se a assistir a um decréscimo do emprego nos sectores primário e secundário, e a um acréscimo significativo no sector terciário (serviços), 61% dos trabalhadores trabalham neste sector de actividade, sendo que muitos destes são jovens.

Os jovens até aos 34 anos representam 34% da população activa no nosso país, reflectindo este dado a importância do emprego juvenil para a economia nacional.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a actual taxa de desemprego ronda os 10,2%, mas se tivermos em conta a taxa de desemprego corrigido este valor chega aos 12%. Esta taxa contabiliza os “inactivos disponíveis” – trabalhadores desempregados com disponibilidade para trabalhar, mas que não fizeram diligências para arranjar emprego nas últimas quatro semanas, o sub emprego visível - todos os trabalhadores que trabalham menos de 15 horas por semana por não encontrarem emprego com horário completo, os trabalhadores dos POC (Programas

Ocupacionais) e ainda desempregados que são enviados para cursos profissionais.

De realçar que a taxa de desemprego feminino até aos 24 anos atinge o valor de 22,4% de longe superior aos valores médios.

No entanto, a taxa de desemprego nos jovens até aos 24 anos é de 19,2%, muito superior à taxa de desemprego na restante população activa. De salientar ainda que a taxa de desemprego entre os trabalhadores licenciados até 24 anos é de 27,5%.

Para limitar a luta e resistência das novas gerações de trabalhadores é desenvolvida dentro e fora das empresas uma violenta ofensiva ideológica, de que são exemplos mais expressivos: a ideia de inexistência de classes (nomeadamente da classe operária) e conflitos entre elas, da ideia que direitos adquiridos são privilégios, da naturalidade e inevitabilidade de menos direitos e regalias para as novas gerações de trabalhadores, da alteração da designação de trabalhadores para colaboradores, da ideia que os trabalhadores do sector público são privilegiados face aos do privado, da chantagem permanente entre aumento dos salários e aumento do desemprego, da crescente pressão para afastar os trabalhadores dos seus sindicatos de classe.

2.4.1 Código do Trabalho

O Código do Trabalho insere-se numa estratégia concertada do patronato de redução dos direitos fundamentais dos trabalhadores, em especial dos jovens.

Elaborado pelo Governo PSD/CDS, alterado para pior por este Governo PS, fornece a cobertura legal a atitudes que já eram consumadas pelo patronato e que visavam retirar direitos aos trabalhadores. Este Código do Trabalho é um dos mais violentos ataques feitos aos direitos dos trabalhadores desde o 25 de Abril de 1974.

O Código do Trabalho agora aprovado tem em vista facilitar os despedimentos, legalizar a precariedade laboral e liquidar, a pretexto de simplificar o regime de caducidade das convenções colectivas, a importante conquista que a contratação colectiva representa. A eliminação do princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador constitui um grave retrocesso no Direito do Trabalho e na relação entre trabalho e capital. A definição do tempo de trabalho, pedra angular da exploração, e a histórica conquista do horário de trabalho das 8 horas diárias e 40 semanais, são hoje postas em causa pelo Código, que possibilita a imposição pelo patronato de horários de trabalho que podem ir até às 12 horas diárias e 60 horas semanais, sem o pagamento de trabalho suplementar, com graves consequências na organização da vida pessoal dos trabalhadores.

Actualmente tem-se assistido a uma pressão por parte das entidades patronais para bloquear a contratação colectiva. A caducidade desta, visa criar um vazio na regulação e regulamentação do trabalho presente nas convenções colectivas. Através da generalização dos contratos individuais de trabalho tenta-se instrumentalizar e dividir os trabalhadores, quebrando assim os seus laços de solidariedade.

A polivalência instituída pelo Código do Trabalho representa uma imposição ao trabalhador de prestar todas as «funções afins ou funcionalmente ligadas», obriga-o a desempenhar funções para as quais não tem formação, nem obrigação contratual de desempenhar. A polivalência permite à entidade patronal ter menos trabalhadores a desempenhar mais funções. Não surge assim, qualquer ligação desta polivalência com a formação e a valorização profissionais.

2.4.2 Legislação laboral da Administração Pública

Este pacote legislativo do anterior Governo PS não esteve desligado das campanhas ideológicas lançadas contra a Administração Pública e os seus trabalhadores, que começaram por ser acusados de privilegiados, com o objectivo de lhes retirar direitos e ao mesmo tempo degradar os serviços Públicos duramente conquistados, com o objectivo de os privatizar, desresponsabilizando-se das suas funções sócias do estado.

Estas alterações da legislação laboral da Administração Pública, foi dos maiores ataques na retirada de direitos após o 25 de Abril, que vem agravar a vida de todos os trabalhadores e em particular a dos jovens trabalhadores que aspiravam na administração pública mais estabilidade e melhores condições de trabalho.

O regime de contratos trabalho em funções públicas ligado à inconstitucionalidade da lei dos vínculos carreiras e remunerações que elimina todas as carreira profissionais, para passar a haver só três, generaliza a precariedade, tendo em conta que os trabalhadores deixaram de ter o vínculo público, de ter o quadro de pessoal para passar a ter mapas de pessoal, onde os seus contratos de trabalho são negociados todos os anos sempre debaixo da dependência orçamental do serviço, para manter os mesmo trabalhadores, ou até para as suas promoções, no quadro do SIADAP – Sistema integrado de avaliação e desempenho da Administração pública, que introduz o conceito de inadaptação, condiciona o direito à progressão e promoção nas carreiras pela imposição das quotas e permite igualmente que as entidades empregadoras façam dele mais um instrumento para, individualizar as relações no trabalho, intimidar, inibindo o gozo de direitos pelos trabalhadores.

2.4.3 Trabalho precário

O trabalho precário atinge 60% dos trabalhadores até aos 25 anos, que são confrontados com contratos laborais precários, sendo a excepção aqueles que auferem de um vínculo laboral efectivo. A generalização dos contractos a termo, dos recibos verdes e até a ausência de qualquer vínculo contratual tem contribuído para a intensificação e diversificação das formas de exploração. No caso dos jovens à procura do primeiro emprego, situações existem em que a pretexto da “experiência profissional” não existe qualquer tipo de remuneração.

A generalização de contratos de vínculo laboral precário – de

duração diária, semanal, quinzenal, mensal, semestral – tem sido regra, inclusivamente para postos de trabalho permanente.

De modo a reduzir o emprego permanente, muitas empresas recorrem ao subaluguer de mão-de-obra a outras empresas ou criam empresas a partir da empresa mãe. Neste sentido, tem sido uma constante nos últimos anos o aumento exponencial das Empresas de Trabalho Temporário (ETT).

Este tipo de empresas leva a cabo estratégias de negação de direitos laborais adquiridos, actuando de modo a fomentar a competitividade e o individualismo, como forma de dividir e manipular os trabalhadores. As ETT's proliferam como um novo modelo de exploração que ignora os direitos dos trabalhadores.

As ETT's são a maneira encontrada pelos grupos económicos para contornar os direitos dos trabalhadores, nomeadamente, no que toca à estabilidade no emprego. Muitas empresas adoptam estratégias de eliminação de postos de trabalho, ou extinção de diversos serviços ou secções, para posteriormente, através do recurso à sub-contratação de mão-de-obra, garantirem o seu funcionamento. O Patronato pretende, essencialmente com esta actuação, a redução de custos, o aumento de lucros, em paralelo com a eliminação de postos de trabalho nos quais os trabalhadores eram abrangidos por salários mais elevados, e melhores condições sociais e laborais (vínculos contratuais permanentes, direito à segurança social, etc.).

As ETT's não podem ser confundidas com uma necessidade objectiva de trabalho pontual, normalmente assegurado por jovens. Neste tipo de trabalho, raramente os direitos dos trabalhadores são respeitados e as remunerações costumam ser muito baixas. A existência de ETT's é favorecida pela conivência da acção dos sucessivos governos, fundamentalmente pela inércia de actuação, e ausência de uma efectiva política de fiscalização das arbitrariedades e ilegalidades praticadas.

Devido aos baixos salários praticados, muitos jovens vêem-se hoje empurrados para situações de duplo-emprego. Cada vez mais, esta realidade é uma necessidade, pois assistimos ao aumento do custo de vida e à perda do poder de compra por parte dos portugueses. O duplo-emprego representa, na maior parte dos casos, a garantia frágil da independência económica dos jovens, numa redução da qualidade de vida e das condições de segurança dos jovens trabalhadores.

2.4.4 Salários

O baixo nível salarial da generalidade dos trabalhadores no nosso país tem reflexos ainda maiores junto da juventude. O decréscimo do valor real dos salários tem sido um elemento central na política de distribuição da riqueza. O salário mínimo nacional (SMN), valor não só de referência para a generalidade das tabelas salariais, como para os valores praticados no primeiro emprego, é dos mais baixos da UE.

Desde 1 de Janeiro deste ano o SMN passou a ter o valor de 475 euros, quantia esta, que apesar de insuficiente, só foi

possível assegurar com a forte posição da CGTP-IN e dos trabalhadores portugueses.

Para além disso, os jovens são muitas vezes discriminados em termos salariais, ainda que desempenhem a mesma função que outro trabalhador. A entidade patronal refugia-se no argumento da menor experiência, ou recorre ao estatuto de estagiário como forma de diminuição do valor do salário a pagar.

Muitas vezes as entidades patronais e os sucessivos governos recorrem à argumentação que só pode haver emprego se houver contenção salarial. Nada mais errado, uma vez que a redução dos salários reais leva à redução do mercado interno, que se traduz no agravamento do défice e tem consequências nefastas para o aparelho produtivo nacional e com a destruição deste o respectivo aumento do desemprego.

Devido à política de baixos salários praticada e ao aumento dos preços dos bens de primeira necessidade (como alimentação, habitação, etc.), o poder de compra dos trabalhadores é cada vez menor. Muitos, principalmente os jovens, têm de recorrer ao crédito para conseguirem pagar as contas do dia-a-dia (como por exemplo os empréstimos à habitação), desta forma é cada vez maior o número de portugueses endividados, o que os coloca numa posição ainda mais desfavorável perante a entidade patronal, levando assim à diminuição da sua capacidade reivindicativa.

2.4.5 Segurança Social

A CRP consagra o direito de todos os portugueses à segurança social, responsabilizando o Estado pela criação de um sistema unificado, descentralizado, com garantias sobre o seu financiamento. O sistema público de segurança social assenta nos princípios da universalidade e da solidariedade, isto é, responsabiliza todos os cidadãos a contribuírem para as finalidades do sistema e co-responsabiliza o Estado no seu financiamento e funcionamento. E tem sido, desde a sua criação, um alvo de ataque por parte dos sucessivos governos.

Com o Governo PS, o ataque à segurança social intensificou-se.

A proposta do Governo PS de, em 2010 reduzir, a taxa social única às empresas que tiveram ao seu serviço trabalhadores a receber o SMN em 2009, reduz as receitas da Segurança Social em 30 Milhões de euros. Significa isto, que o Governo passa a pagar parte do SMN às empresas com as contribuições do sistema previdencial.

Refugiando-se em falsos argumentos como o aumento da esperança média de vida e da “insustentabilidade” financeira do sistema, aumentou-se a idade da reforma e tenta-se privatizar o direito à mesma, quer através da deslocação das contribuições e poupanças dos trabalhadores para o sistema financeiro privado, quer através da criação de fundos de base profissional ou de complementos contratados individualmente (PPR). Com o objectivo de não só desresponsabilizar o Estado das suas funções sociais mas também favorecer, ainda mais, os bancos e as seguradoras.

Junto da juventude, o Governo joga com a relativa distância com que a mesma encara estas preocupações. Mas na verdade, o que está em causa é a eliminação deste direito para as novas gerações de trabalhadores.

É neste quadro de ofensiva geral do capitalismo contra os direitos sociais adquiridos, que aparecem os ataques ao subsídio de desemprego cuja incidência é de grande relevância junto da juventude.

O subsídio de desemprego, como prestação social do Estado, é um factor de estabilidade socio-económica do trabalhador desempregado. A culpabilização dos desempregados pelas elevadas taxas de desemprego (que tem vindo a crescer), insere-se na estratégia do Governo de lavar as mãos da sua responsabilidade face a este problema, sustentando a argumentação de que para obrigar à procura de emprego seria necessário reduzir o período de tempo a que se tem direito ao subsídio de desemprego.

Segundo dados do INE, no 3º trimestre de 2009, o número de desempregados atingiu 547 mil portugueses, e apenas 162.500, ou seja, 28% é que recebiam subsídio de desemprego. O Governo PS numa tentativa de diminuir a despesa da segurança social efectuou uma alteração aos critérios de acesso ao subsídio de desemprego e a uma redução do mesmo. O período de descontos mínimo para ter direito ao subsídio foi alargado, o trabalhador precisa de 450 dias de trabalho (15 meses) nos 24 meses anteriores ao desemprego, acresce a isto a obrigatoriedade do trabalhador, durante o período em que se encontra desempregado, aceitar todas as propostas de trabalho mesmo que não tenha formação para tal.

2.4.6 Formação profissional, higiene e segurança no trabalho

A formação profissional para os jovens trabalhadores é insuficiente. Na esmagadora maioria dos casos a entidade patronal desresponsabiliza-se dessa obrigação. A existência de um elevado número de jovens a frequentar os centros de formação profissional não significa uma atenção maior a esta questão, antes pretende camuflar as elevadíssimas taxas de desemprego que existem no nosso país. A maioria dos jovens procura esta formação com o objectivo de obter formação equivalente à escolaridade obrigatória ou ao ensino secundário.

A realidade tem demonstrado uma profunda desadequação entre a oferta de formação profissional e as expectativas dos jovens e as necessidades do país.

A intensificação da exploração, o aumento dos ritmos e horários de trabalho aliado à repetição da mesma tarefa durante a jornada de trabalho, leva a um crescimento do número de jovens trabalhadores afectados com doenças profissionais, como doenças músculo-esqueléticas (tendinites).

As questões da segurança e higiene no trabalho são subordinadas à lógica da desresponsabilização da entidade patronal. Muitas vezes, não são asseguradas aos trabalhadores as condições mínimas de desempenho da sua

actividade, sendo mesmo negligenciada a difusão das informações relativas à higiene e segurança no local de trabalho.

2.4.7 Trabalho infantil

Em Portugal, após a diminuição do número de crianças a trabalhar - devido à intensa luta travada, nomeadamente pela CGTP-IN - assiste-se novamente ao agravamento deste fenómeno devido à deterioração das condições económicas da população. O lucro criminoso que algumas empresas obtêm continua a verificar-se em alguns sectores mais tradicionais da nossa economia. O patronato recorre à mão-de-obra infantil, porque é mais barata e maleável. Este tipo de trabalho é o mais confortável para a entidade patronal uma vez que não tem de assegurar qualquer direito à criança trabalhadora. A ausência de políticas concretas de combate a este fenómeno, a par da falta de fiscalização das entidades competentes, tem sido constante, ao mesmo tempo que se observam tentativas de legalização do fenómeno, através de iniciativas de algumas autarquias, como as “Férias Ocupadas”, cuja regulamentação apresenta o trabalho como um valor educativo.

Assim, a JCP propõe e defende:

- Uma política de emprego, com vista ao pleno emprego, como previsto na CRP;
- O direito dos jovens a um emprego com direitos, concretizando-o através de uma política económica e laboral que assuma como prioridade o combate ao desemprego e à precariedade do emprego juvenil, promovendo desde logo o 1º emprego com direitos e estabilidade;
- O cumprimento do princípio “a um posto de trabalho permanente corresponda um trabalhador com vínculo laboral permanente”, eliminando qualquer discriminação em função da idade ou categoria profissional (nomeadamente em relação ao estagiários);
- O aumento do salário mínimo nacional, de modo a alcançar 600€ até 2013, representando um aumento significativo do poder de compra de muitos trabalhadores e servindo de referência para as restantes actualizações salariais;
- A revogação das normas mais gravosas do Código do Trabalho;
- O fim do boicote por parte das entidades patronais à negociação da contratação colectiva e ao exercício dos direitos aí consagrados;
- O fim das políticas de contenção salarial e o aumento real dos salários;
- Alargamento dos critérios de acesso ao subsídio de desemprego;
- A promoção do emprego público;
- Direito ao sistema público de segurança social;
- A diminuição para 35 horas semanais do horário de trabalho;

- A efectivação do direito à formação profissional, responsabilizando as empresas, de forma a valorizar os trabalhadores;

- A limitação do tempo a que as empresas podem recorrer ao trabalho temporário;

- A fiscalização rigorosa das empresas de trabalho temporário, de modo que estas não sejam um meio de manutenção fraudulenta de contratos a prazo e de fuga à legislação laboral;

- O respeito pelo princípio “a trabalho igual, salário igual”, e a consequente regulamentação da Lei que impede a discriminação salarial em função da idade ou sexo;

- A erradicação do trabalho infantil com a efectiva fiscalização e punição das entidades empregadoras de menores de 16 anos;

- O cumprimento efectivo da legislação relativa à higiene e segurança e saúde no trabalho e o combate firme à tragédia dos acidentes de trabalho;

- A adequação dos ritmos de trabalho às capacidades humanas e não o oposto;

- A criação de pausas activas, onde os trabalhadores possam fazer pequenos exercícios de movimentos contrários àqueles que fazem durante a jornada de trabalho.

2.5 Trabalhadores-estudantes (TE'S)

Com o aprofundamento das políticas de direita, tanto na área da educação como do trabalho, a situação dos trabalhadores-estudantes tem, desde o último Congresso, tem vindo a agravar-se.

O TE, entre outros, tem o direito a ter horários de trabalho específicos para poder frequentar as aulas ou, caso isso não seja possível, a ter horas de dispensa semanais; o direito a marcar férias de acordo com as suas necessidades escolares “salvo se daí resultar incompatibilidade com o mapa de férias elaborado pelo empregador”; o direito a beneficiar de licenças; o direito a faltar justificadamente, e sem perda de remuneração, até dois dias por cada prova de avaliação.

Porém, o estatuto tem bastantes limitações e restrições, acentuadas com a entrada em vigor do novo Código do Trabalho. A isto junta-se o facto grave e frequente de nem as instituições de ensino nem as entidades patronais o respeitarem.

Para que um estudante possa usufruir do estatuto é necessário que apresente ao estabelecimento de ensino a sua inscrição na Segurança Social e/ou um conjunto de documentos incluindo declarações da entidade patronal. Ora, na maioria dos casos, a precariedade e a repressão a que os estudantes estão sujeitos não lhes permite nem fazer prova da sua condição de trabalhadores e muito menos negociar com o patrão horários, horas de dispensa, licenças ou os dias para exames.

Valendo-se do facto da legislação não obrigar (apenas indicar) à existência de uma época especial para a realização de exames, muitas escolas têm vindo recentemente a acabar com ela.

Embora a lei o preveja, os estabelecimentos de ensino não mantêm os serviços de secretaria e as bibliotecas a funcionar no horário pós-laboral.

Na mesma linha, os Governos têm encerrado os cursos nocturnos nas instituições públicas de ensino. Actualmente são muito poucas aquelas que têm horário pós-laboral, tanto no ensino secundário como no superior. Tal medida promove a proliferação de cursos nocturnos nas escolas privadas, sendo esta mais uma forma de o Estado se desresponsabilizar das suas funções e de fomentar a privatização da educação. O encerramento dos cursos nocturnos no ensino público vem dificultar ainda mais a presença nas aulas por parte dos TE's empurrando-os para o ensino privado.

Com o aumento brutal das propinas no ensino superior, o número de estudantes que teve de recorrer a um emprego para ajudar a pagar os custos de frequência elevadíssimos aumentou significativamente, colocando cada vez mais dificuldades aos estudantes, em particular aos filhos das classes trabalhadoras, na frequência do ensino superior.

A JCP defende e propõe:

- A intervenção activa por parte do Governo na garantia do cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante;
- Que o Governo garanta as condições de financiamento que permitam o não encerramento dos cursos em horário pós-laboral e permitam o seu funcionamento em condições dignas;
- A (re)abertura nas escolas públicas dos cursos em horário pós-laboral.
- O alargamento dos horários das bibliotecas públicas.

2.6 Participação e movimento juvenil

O Governo do Partido Socialista tem defendido e aplicado desde 2005 uma orientação geral de descaracterização do movimento juvenil, principalmente do movimento associativo juvenil. O Governo PS desenvolveu uma política assente no desinvestimento, no retrocesso do apoio às associações juvenis e, muitas vezes em ingerência, governamentalização e instrumentalização do movimento juvenil.

Os graduais e graves cortes no Orçamento de Estado para o apoio ao movimento associativo juvenil foram agravados com a aprovação da Lei do Associativismo Jovem. Esta Lei obriga todas as associações juvenis a estarem inscritas na Rede Nacional de Associações Juvenis [RNAJ] para receberem apoios do Instituto Português da Juventude [IPJ] e da Secretaria de Estado da Juventude [SEJ], afastando

muitas centenas de associações juvenis de natureza informal, isto é que não têm personalidade jurídica ou órgãos dirigentes. Esta é uma Lei mais restritiva, mais limitativa, mais ingerente, mais burocrática, que torna mais difícil a participação juvenil.

A concepção partilhada pelas estruturas e partidos subservientes ao grande capital é necessidade da garantia da submissão e incapacidade reivindicativa do movimento associativo juvenil como condição essencial para o aprofundamento da política de direita de destruição dos direitos da juventude. Este governo pretende efectivar uma orientação de desmantelamento gradual do movimento associativo juvenil, por via essencialmente, do seu estrangulamento financeiro e da diminuição do seu peso junto dos jovens e do poder, transformando as Associações Juvenis em meras plataformas institucionais de forte carácter administrativo.

O Movimento Associativo Juvenil português, nas suas mais variadas expressões – desde as Associações de Estudantes às Associações de Base Local, passando pelos grupos informais de jovens – está confrontado com um cada vez menor apoio do Estado.

A acção do Governo PS e as opções de direita

Os sucessivos governos, e em especial o actual Governo PS têm remetido a política de juventude para uma “falsa transversalidade”. Recorrem a esta concepção, para na prática não efectivar nenhuma medida concreta e integrada de defesa dos direitos da juventude; antes encaram a política de juventude apenas como o pequeno conjunto de iniciativas relacionadas com algumas temáticas. Nas questões cruciais aprofundam a política de direita claramente prejudicial aos jovens portugueses, aos seus interesses, necessidades e aspirações.

A criação do Gabinete Interministerial para a Juventude, em meados de 2005, não teve até hoje qualquer reflexo positivo na vida da juventude portuguesa.

O IPJ e a Movijovem

A alteração à Lei Orgânica do IPJ trouxe graves consequências no que se refere à gestão democrática e acesso a este serviço público: encerramento de delegações e de extinção de serviços assegurados por delegações do IPJ; fim do assento do Conselho Nacional de Juventude no Conselho de Administração deste instituto.

O Instituto Português da Juventude, entidade pública que poderia constituir uma verdadeira ligação entre o Estado e o Movimento Juvenil Português, acaba por não ser mais que um mero receptor de uma parte da iniciativa juvenil.

O funcionamento do IPJ é centrado na filtragem de iniciativas juvenis a apoiar, e não tanto no estímulo à actividade juvenil, associativa ou individual. Uma grande fatia dos recursos do IPJ é consumida pelo funcionamento da própria estrutura e nas respectivas iniciativas, muitas vezes promovendo jovens quadros do partido no Governo, em detrimento do apoio ao Movimento Juvenil. A informação em torno das competências do IPJ junto da

juventude é insuficiente, afastando este recurso democrático e afirmando uma concepção muito limitada da política de juventude como a mera disponibilização de acessos à Internet, e um balcão para entrega de formalidades relacionadas com as associações Juvenis.

A Movijovem, tutelada pela Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, é a entidade responsável por promover a mobilidade dos jovens dentro e fora do País, possibilitando o contacto com o património cultural e histórico e pela gestão das Pousadas da Juventude. O Governo PS alterou a natureza desta entidade, transformando-a em EPE, tornando mais difícil o acesso à mobilidade de forma democrática e transversal. As camadas mais desfavorecidas da população juvenil continuam sem acesso a esta mobilidade aparentemente tão promovida.

No essencial, as entidades dependentes do Estado não têm servido os objectivos centrais a que se propõem, funcionando muitas vezes como observadores e, outras como promotores e executores das suas próprias medidas, sem envolver os jovens. Estas estruturas – o IPJ e a Movijovem – não funcionam como espaços de envolvimento e definição de orientações próprias, mas sim, prolongamentos do Estado e da sua visão limitada de Política de Juventude.

O Conselho Consultivo de Juventude (CCJ)

O CCJ é parceiro do Estado nas matérias de política de Juventude. Havia sido totalmente desprezado ao longo do Governo PSD/CDS-PP, e foi convocado duas vezes entre 2005 e 2009. Este passo, minimamente positivo, não representa um avanço significativo, uma vez que à convocação de reuniões devem consequentemente corresponder propostas directas para a política de juventude.

Os Conselhos Municipais de Juventude

Os conselhos municipais de juventude devem ser espaços de participação e discussão inter-associativos em cada concelho autárquico. Aferindo os principais problemas da juventude e do movimento juvenil, partilhando preocupações e experiências, acompanhando e aconselhando linhas de intervenção autárquica junto da juventude.

A actual Lei dos Conselhos Municipais de Juventude assenta numa tentativa de desresponsabilização do Estado central e do IPJ perante o movimento associativo, passando essa responsabilidade em grande parte para as autarquias locais que, de acordo com a Constituição da República Portuguesa não têm principais atribuições na área da juventude, sendo que a política de Juventude incumbe ao Estado central, ou seja, aos Governos.

Depois da chamada desmaterialização do IPJ, da retirada das estruturas de apoio e delegações regionais do IPJ, o PS pretende agora fazer gravitar o movimento associativo juvenil em torno do poder local. Esta lei teve como objectivo a criação de espaços artificiais de consulta juvenil, mas na verdade impõe um modelo burocrático de instituição federativa a todas as associações juvenis e estudantis do país, convertendo o que deveria ser um espaço consultivo

num espaço de discussão político-partidária e investido de capacidades representativas e executivas. A JCP entende que com estas medidas perdem as associações estudantis e juvenis, perde o movimento juvenil e ganha a burocracia e a instrumentalização do movimento associativo, e que estas orientações conduzem o movimento associativo juvenil e estudantil para a excessiva institucionalização e para o afastamento do seu trabalho real no terreno e em ligação com os jovens e estudantes de todos os concelhos do país.

A JCP defende e propõe:

- Revogação Lei Orgânica do IPJ.
- Revogação do Regime Jurídico do Associativismo Jovem.
- O aumento dos apoios à actividade e iniciativas das associações juvenis, considerar o associativismo não formal nos apoios do IPJ.
- Aperfeiçoamento do quadro legislativo que determina os critérios no acesso aos apoios e que a sua aplicação efectiva.
- Substituição do RNAJ por uma listagem de associações juvenis que reflecta a realidade do movimento associativo juvenil, extinguindo o objectivo de filtragem e limitação para aceder a apoios estatais.
- Funcionamento adequado e regular das “Lojas de Juventude” ou “Pontos Já”, envolvendo os jovens na sua dinamização e garantindo a isenção da informação prestada;
- O estabelecimento de preços iguais e acessíveis em todas as Pousadas da Juventude de forma a que não sejam reflexo da especulação imobiliária.
- Independência na constituição e funcionamento das associações face aos organismos estatais.
- Garantia da participação efectiva das organizações e associações juvenis na definição e desenvolvimento das políticas que envolvem os jovens junto do poder local, regional e nacional.
- O efectivo cumprimento do estatuto do dirigente associativo juvenil.
- A defesa e estímulo à imprensa juvenil nas localidades, nas escolas, nos locais de trabalho ou outros, como forma de expressão dos anseios e preocupações dos jovens.
- Respeito pelos direitos sindicais e de organização dos trabalhadores
- O aprofundamento e desenvolvimento da gestão democrática das escolas.
- Transparência e a celeridade no processo de constituição e legalização das AAEE e núcleos associativos.
- Respeito pelas AAEE, aos direitos de participação na vida escolar e na elaboração da política educativa.
- Garantia de condições técnicas e logísticas que permitam a

realização regular de Reuniões e Assembleias Gerais de Alunos (RGA's e AGA's).

- Revogação Lei dos Conselhos Municipais de Juventude, por uma outra lei que lhes atribua um carácter consultivo (pois a responsabilidade das políticas de juventude não é das autarquias, mas sim do estado) e reconheça da mesma forma associações formais e não formais;

2.7 Defesa Nacional

Na política de Defesa Nacional e Forças Armadas (FFAA) aprofundaram-se, nestes últimos quatro anos, os traços essenciais da política de direita seguida por anteriores governos. A revisão constitucional de 1997 pôs fim ao Serviço Militar Obrigatório (SMO) e conduziu à total profissionalização das FFAA. Esta medida integrou-se em objectivos mais profundos de alteração da sua natureza, doutrina e base organizativa, reestruturação, reequipamento, infra-estruturas militares, legislação e política de pessoal, com impactos negativos na condição militar.

Acentuou-se o conceito de segurança nacional, subvertendo o quadro constitucional, numa continuada tentativa de confundir os conceitos de Defesa Nacional e Segurança Interna (de que o recém-criado Sistema de Segurança Interna é expressão) e misturar os usos das respectivas forças, na base de compromissos externos, abrindo para o seu uso da componente militar no plano interno.

A Lei de Programação Militar, em vez da definição do nível de prioridade que assume a componente militar de defesa nacional, nomeadamente quanto às opções, aos volumes financeiros envolvidos e à forma de os conseguir, está prisioneira das exigências da NATO e da Força Europeia de Reacção Rápida, secundarizando assim o interesse nacional.

A questão é que não interessa ao grande capital umas FFAA compostas pela população em geral, pelos trabalhadores, pelos jovens e pelas diferentes sensibilidades. Interessa-lhes umas FFAA que defendam não aquilo que é o seu objectivo - a defesa da pátria, da independência, do território nacional e do seu Povo -, mas sim uma pequena elite militar profissional à disposição dos interesses imediatos do imperialismo.

Foi neste sentido que decorreu, ao longo de anos, uma inteligente campanha de descredibilização do SMO e das FFAA junto da Juventude.

A direita tudo fez para desacreditar as FFAA e a instituição militar, tornando-as cinzentas, frias, sem qualquer atractivo, explorando ao máximo e negativamente algumas das suas características e intensificando a degradação das condições de prestação do serviço militar, em particular do SMO.

Durante anos, apesar da denúncia e da luta da JCP e do PCP, manteve-se propositadamente um SMO desadequado face às realidades e necessidades nacionais, obrigaram milhares de jovens a cumprir o SMO sem condições dignas, utilizando-os como mão-de-obra barata para as questões logísticas e

de manutenção do dia-a-dia da instituição militar, muitas vezes sem proporcionar qualquer tipo de formação especializada e não garantindo o direito à recolocação no local de trabalho após o cumprimento do Serviço Militar.

Manteve-se entretanto o recenseamento militar obrigatório para rapazes e a partir deste ano também para raparigas. Instituiu-se o chamado dia da "defesa nacional", usado como instrumento ideológico para valorizar a NATO e o militarismo, em que milhares de jovens passam um dia nos quartéis, assim como, um sistema paralelo de voluntariado por um período não superior a 12 meses e que não entra no sistema de profissionalização.

Assistimos também, e por outro lado, grandes acções de campanha de propaganda do Serviço Militar em escolas secundárias, fóruns de juventude e outros locais de concentração de jovens.

Acrescenta-se ainda que a base de recrutamento actual para as FFAA está nas classes mais desfavorecidas e exploradas. São os jovens que na ausência de emprego e de emprego com direitos, são muitas vezes aliciados a integrarem as FFAA com remunerações elevadas sempre que disponíveis para participar em "missões" no estrangeiro.

Pela mão do Governo PS, temos também assistido nos últimos tempos a uma tentativa de redução de um conjunto de direitos sociais e democráticos alcançados após o 25 de Abril. Tais medidas têm contado não só com a resistência e a luta de praças, sargentos e oficiais, bem como, com a solidariedade activa do PCP e da JCP.

A JCP defende e propõe:

- Que a defesa nacional deve ter por objectivo a garantia da liberdade, da democracia, a independência e soberania do país. A participação dos trabalhadores é o garante de que as FFAA estarão ao serviço da defesa da paz e da vontade popular.

- A rejeição da participação das FFAA portuguesas em acções armadas de ingerência noutros países, muitas vezes disfarçadas de missões de paz, mas efectivamente utilizadas ao serviço dos interesses políticos, económicos e militares do imperialismo.

- O fim da participação portuguesa em forças de reacção e guerra, bem como a utilização dos nossos meios militares e territoriais para estes fins, de que é exemplo a Base das Lajes.

- Que as FFAA não podem ser um corpo fechado e profissionalizado e que se tome como fundamental a ligação e a participação das massas juvenis nas FFAA, por um período adequado à instrução militar.

- A criação de um SMO inclusivo para rapazes e raparigas.

- Defendemos um serviço militar que a todos obrigue, que seja encarado não só como um dever mas, acima de tudo, como um direito inalienável dos jovens na participação efectiva na defesa e soberania nacionais. Entendemos, que a par de uma profunda reestruturação das FFAA, é fundamental a dignificação do SMO, das condições em que

este é prestado, de forma a torná-lo atraente, útil, criativo, que tenha em conta as aptidões e vocações dos jovens que nele participam, que garanta a manutenção do posto de trabalho e da remuneração aquando da incorporação, a remuneração com valor idêntico ao auferido antes da incorporação tendo como valor mínimo o SMN bem como, a valorização das especializações técnicas e de investigação. Só com uma ampla participação popular nas FFAA se garante que também esta instituição seja democrática e o espelho da sociedade.

- Medidas claras de dignificação material, social e de exercício profissional dos militares em regime de contrato, a existência de uma rede de apoio à inserção destes jovens no mercado de trabalho quando terminem o seu tempo de serviço militar.

- O reconhecimento de um conjunto de direitos de participação dos militares, ainda hoje restringidos, no sentido da sua dignificação.

2.8 Saúde

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi uma das importantes vitórias alcançadas com a revolução de Abril. Efectivou a saúde como um direito universal, gratuito e para todos. Só assim é possível seguir no caminho do desenvolvimento económico e progresso social. No entanto, o que se tem verificado nos últimos anos, é a crescente desresponsabilização do estado por este serviço, que a todos devia servir, independentemente da sua classe.

Tem-se verificado a intenção dos sucessivos governos (PS e PSD, com ou sem o CDS), em permitir que o SNS não consiga dar resposta às necessidades que o país necessita, deixando espaço aos privados para tomar conta desse espaço e financiando-os com dinheiro público.

Segundo o estudo *Euro Health Consumer Index*, em 2006 Portugal estava na 16ª posição em 26 países, passando em 2009 para a 21ª posição em 32 países, o que significa uma queda de 4,1%.

Em sintonia com o grande capital, são várias as formas que o governo encontrou para destruir o SNS, nomeadamente as políticas de encerramento de serviços básicos de saúde como os SAP's, urgências hospitalares, maternidades, etc., deixando intencionalmente espaço para que esse grupos financeiros possam crescer e tratar os doentes como clientes, como se de um serviço qualquer se tratasse, e não como pessoas que necessitam de cuidados de saúde. A luta das populações em alguns locais do país foi fundamental para travar os sucessivos encerramentos que têm sido levados a cabo pelo país.

A criação de taxas moderadoras e o seu aumento, assim como a criação de taxas de internamento, vão no sentido de tratar da saúde como um negócio, e não como um direito básico que deve ser garantido a todos.

Obviamente todos os serviços de saúde tocam aos jovens, mas os Centros de Atendimento a Jovens (CAJ) são-lhes especialmente dedicados. No entanto, não suprimem as

suas necessidades, seja pelos horários insuficientes, seja pela falta de divulgação, ou pela escassa oferta de serviços de saúde.

Existe também uma enorme falha na política de saúde de prevenção, nomeadamente nos jovens. Verificam-se algumas doenças nesta faixa etária - depressões, perturbações alimentares (desde a anorexia à obesidade), etc. - relacionadas com pressões económicas e sociais como o desemprego, dificuldades escolares, o repetido apelo a maus hábitos alimentares, assim como a estilos de vida desadequados à vida dos jovens, promovendo assim o sedentarismo e o individualismo. A gravidez precoce e não planeada, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) reflectem a falta de apoio aos jovens no que toca ao planeamento familiar e na ainda não implementada educação sexual. Observam-se cada vez mais jovens, e cada vez mais novos, a entrar no mundo do tabaco, do álcool ou da droga, fruto de um inexistente plano de combate a esta situação, que prejudica gravemente o seu desenvolvimento.

A despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) pela lei, e consequentemente a possibilidade de a realizar no SNS, veio permitir à mulher a sua realização em condições mais dignas e em maior segurança, que até então não existiam.

Continua sem existir o acesso a consultas de saúde oral e oftalmológica no SNS. Os «cheques-dentista» não resolvem o problema, e mais uma vez serve para o Estado financiar os privados. Os programas de promoção de saúde e prevenção da doença, nomeadamente na área da saúde mental, saúde reprodutiva e saúde nutricional, que requerem acompanhamento, apresentam um insuficiente número de profissionais, o que representa uma lacuna nos cuidados de saúde primários, além do facto de as intervenções serem avultadas e não suportadas pelo Estado.

Os últimos governos têm também marcado a sua acção com uma política laboral contra os direitos dos trabalhadores deste sector. Existe muita falta de profissionais de saúde e os postos de trabalho criados assentam numa situação gravíssima de precariedade.

Assim sendo, a JCP defende e propõe:

- Um SNS universal, geral e gratuito e defesa da melhoria das suas condições materiais e humanas.

- Abolição das taxas moderadoras.

- A efectiva separação entre o sector público e o sector privado.

- A admissão de mais profissionais de saúde no SNS.

- Defender os cuidados de saúde primários de proximidade, públicos e de qualidade, como o pilar fundamental do SNS, nomeadamente de saúde Oral e Oftalmológica.

- A abertura de Serviços de Atendimento Permanentes (SAP's)

- O desenvolvimento de programas de promoção de saúde e

prevenção da doença, nomeadamente da saúde dos jovens, e o combate ao tabagismo precoce, ao consumo nocivo de álcool e drogas e a promoção de hábitos de vida saudáveis.

- Efectiva concretização do direito de todos terem um médico e enfermeiro de família, tal como recomenda a OMS.

- Veiculação de informação direccionada à juventude, no sentido de informar de todos os serviços de saúde disponíveis, centros de rastreio, centros de aconselhamento e atendimento aos jovens.

- Rastreio gratuito de doenças infecto-contagiosas como a SIDA, a hepatite B e C e a tuberculose.

- A vacinação contra o cancro do colo do útero até aos 26 anos, gratuita e garantida pelo SNS.

- O acesso a todas as grávidas, de forma gratuita, a todos os exames e ecografias, nem como ao diagnóstico pré-natal.

- A realização de campanhas de prevenção de doenças e da promoção da saúde direccionadas para os jovens, integradas na Saúde Escolar.

- A defesa intransigente da manutenção das áreas de saúde existentes, a reabertura das que fecharam e a criação de novas que façam falta;

- O melhoramento do SNS de forma a proporcionar um atendimento atempado e de acordo com as necessidades dos utentes.

2.9 Droga e Toxicodependência

A Organização Mundial de Saúde declara que o consumo abusivo de drogas conduz à dependência e que, para além das lesões físicas e psicológicas, o consumo excessivo e continuado de drogas de alto risco conduz a graves problemas de relacionamento social, de baixo rendimento escolar, incapacidade profissional, de desinserção e exclusão. O consumo de drogas provoca graves consequências pessoais e sociais. É um factor de degradação das plenas capacidades do indivíduo, um factor de desumanização e destruição, um factor de dominação e de perda da liberdade, um factor de alienação social e política.

O fenómeno da droga e da toxicodependência não pode ser desligado do sistema capitalista. A droga constitui um instrumento do capitalismo de controlo de massas – a título de exemplo, recorde-se a estratégia de distribuição e venda de drogas pela CIA e o FBI, em bairros pobres norte-americanos, com o objectivo de neutralizar movimentos sociais. A toxicodependência é um sintoma de profundos problemas sociais e encontra raízes no caldo de cultura gerado pelas desigualdades sociais, pela pobreza, pelo desemprego, pela dificuldade no acesso à saúde, à educação, à cultura, ao desporto e outras actividades de lazer.

Para além da sua função alienante, a droga constitui, para o sistema capitalista, uma fonte de lucro, num negócio dos mais lucrativos à escala mundial que vive às custas da dependência dramática de milhões de seres humanos. O fenómeno mundial da droga não apresenta indícios de se ter reduzido entre 1998 e 2007⁵ e o negócio associado é estimado em mais de 100 mil milhões de euros⁶. O negócio da droga associa-se ao branqueamento de capitais e interfere de forma significativa na economia mundial, sendo um factor de domínio não só económico, mas também político. O dinheiro gerado no comércio ilegal, depois de branqueado (crime grandemente facilitado pelos *off-shores*, incluindo o da Madeira), rapidamente entra no sistema legal e revelam-se como grandes beneficiários deste negócio os bancos multinacionais por quem passam milhões e milhões de euros.

Em Portugal, o quadro legal actual contou com a iniciativa e a proposta do PCP. A despenalização do consumo da droga e o entendimento do toxicodependente como um doente e não como um criminoso são o resultado da intervenção do PCP. Nenhum toxicodependente pode ser preso ou sujeito a outras sanções no âmbito do Direito Penal por consumir, sendo remetido para um regime próprio de ilícito de mera ordenação social, o que significa que a lei mantém um sinal negativo relativamente ao consumo de droga. No entanto, apesar das possibilidades criadas pelo quadro legislativo e pela intervenção empenhada dos técnicos do IDT, as políticas de direita prosseguidas pelo último governo do PS, têm-se caracterizado pelo economicismo, pela desresponsabilização e pela delapidação do carácter público dos serviços responsáveis em matéria da droga e da toxicodependência.

Para a JCP, o combate à toxicodependência não pode ser, em primeiro lugar, dissociado do combate aos problemas sociais que a maior parte das vezes se encontram na sua origem e deve ser sempre feito de forma integrada e transversal.

Componente necessária desse combate é a luta contra o narcotráfico e o branqueamento de capitais. A luta contra a droga, quer seja ao nível da prevenção, da redução de riscos e minimização de danos ou ao nível do tratamento, deve ser garantida totalmente por serviços públicos e a legislação e consequentes orientações estratégicas existentes actualmente devem ser aplicadas de forma determinada (ao invés do que tem sucedido por parte do governo).

Rejeitamos tanto entendimentos conservadores sobre o toxicodependente e o combate à droga, bem como o aproveitamento demagógico feito pelo BE em torno da legalização das “drogas leves”. A estratégia do combate à droga não deve ser pautada por iniciativas pontuais ou assentes em falsas dicotomias entre drogas leves e pesadas – que, na prática, têm contribuído para desviar a atenção da questão essencial: a do combate ao consumo. Não existe uma divisão clara e sustentada entre substâncias que possam ser consideradas “leves” e “pesadas”, mais tendo em conta a existência de substâncias químicas sintetizadas e o surgimento frequente de novas substâncias. Países que

5 Comissão Europeia, «Report on global illicit drug markets, 2009

6 OEDT, Relatório Anual 2009

enveredaram pela experiência da legalização de algumas substâncias, estão agora a reavaliar essas decisões e a proceder a recuos, face a consequências negativas verificadas (turismo da droga, não redução do consumo, etc.). Em relação à questão da destruição ou supressão do mercado ilegal da droga pela via da legalização de algumas ou todas as substâncias e consequente controlo desse mercado por parte do Estado, há que ter em conta na nossa reflexão que, na actual correlação de forças, estaremos a falar de um Estado capitalista que, pela sua natureza, procura a obtenção do lucro e a exploração e controlo do Homem. Bem conhecidos da população portuguesa são os exemplos de funções sociais do Estado concessionadas ou privatizadas, nomeadamente na área da saúde. Assim, qualquer medida relativa à droga deve ter sempre como objectivo a diminuição do consumo e do número de consumidores e deve sempre fazer parte de uma resposta integrada, transversal e cientificamente sustentada – critérios nem sempre presentes nas propostas de quem defende a “legalização”.

A precarização de todo o quadro de técnicos do IDT, já de si em défice, a sujeição do orçamento deste Instituto às receitas provenientes dos impostos sobre as actividades de jogo e o avolumar de outras responsabilidades (questões do alcoolismo) neste instituto sem que isso tenha significado qualquer melhoria de condições (bem pelo contrário), são provas elucidativas da total falta de empenho do PS na questão da prevenção e tratamento da toxicodependência.

A JCP defende e propõe:

- A adopção de políticas sectoriais que dêem resposta aos problemas sociais que estão na origem da toxicodependência.
- A consolidação e reforço do IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência – estrutura do Estado responsável pelo combate à droga e toxicodependência e a activa aplicação do actual enquadramento legal e orientações estratégicas no âmbito da prevenção, redução de riscos e minimização de danos e tratamento.
- O investimento e alargamento da rede pública de prevenção e tratamento da toxicodependência, em particular, a concretização pelo Estado do direito ao tratamento e reinserção dos toxicodependentes.
- A promoção de estudos nacionais continuados sobre a incidência dos fenómenos de consumo de drogas na população portuguesa, em particular nos jovens, assim como sobre as melhores formas legais e científicas de combate à toxicodependência.
- A adopção de um plano de intervenção em meio prisional, que abranja todos os estabelecimentos prisionais e dê resposta às necessidades de tratamento dos reclusos toxicodependentes.
- O reforço e multiplicação dos meios especializados no combate ao tráfico de drogas e branqueamento de capitais.

2.10 Álcool e alcoolismo

O alcoolismo e o consumo excessivo de álcool têm raízes sócio-culturais muitas vezes fundadas nas desigualdades sociais originadas pelo sistema capitalista. As fragilidades humanas causadas pela pobreza, o desemprego, os baixos salários, o descontentamento com o trabalho sem direitos, a dificuldade no acesso à saúde, educação, cultura ou ao desporto são terreno fértil para o consumo nocivo e dependente do álcool.

O consumo de álcool – seja ele um consumo excessivo, de risco, nocivo ou dependente – tem graves e vastas repercussões na saúde. Os estudos epidemiológicos realizados até ao momento apresentam o consumo de álcool na população portuguesa como um importante problema de saúde pública.

Em 2003, Portugal ocupava o 8º lugar do consumo mundial, com um consumo estimado de cerca de 9,6 litros de etanol *per capita*⁷. Entre 2001 e 2007 a prevalência do consumo de bebidas alcoólicas aumentou 3,5%, especificamente de 75,6% para 79,1%⁸. Este problema tem particular incidência sobre os jovens. Embora o consumo médio de álcool tenha vindo a decrescer na UE, a proporção de jovens e jovens adultos com padrões de consumo nocivos cresceu na última década em muitos dos países. A proporção da população portuguesa que iniciou o consumo de bebidas alcoólicas entre os 15 e os 17 anos representava em 2001 cerca de 30%, tendo este valor aumentado para os 40% em 2007⁹.

Os padrões de consumo de álcool nocivo são uma das principais causas de morte prematura. No que se refere à mortalidade, o álcool causa anualmente 1,8 milhões de mortes (3,2% do total)¹⁰. A percentagem de mortes atribuíveis ao álcool é maior nas idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos. São também origem de doenças evitáveis, de baixo rendimento escolar, de exclusão, de absentismo, tendo, para além disso, efeitos negativos sobre a capacidade de trabalho. É factor de risco para variadas doenças e está associado a comportamentos de violência doméstica, a desastres de viação e a acidentes laborais. 8,7% dos indivíduos a exercer uma profissão diz ter um consumo nocivo de álcool¹¹.

Os padrões de consumo de bebidas alcoólicas e, sobretudo, as tendências cada vez mais marcadas entre os menores de idade para o «consumo esporádico excessivo» (*binge drinking*) poderão ter efeitos perniciosos sobre a saúde a longo prazo e aumentar o risco de danos sociais. O álcool afecta, portanto, pessoas que bebem num padrão de consumo nocivo, com danos mas sem dependência, e inúmeras pessoas que, apesar de não beberem

7 Dados do *World Drink Trends* (2005), citado por Plano Nacional de Redução dos Problemas Ligados ao Alcool, IDT, 2009

8 Estimativa do II Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Geral – Portugal 2007 (Balsa et al., 2008), citado por Plano Nacional de Redução dos Problemas Ligados ao Alcool, IDT, 2009

9 Balsa et al., 2008, citado por Plano Nacional de Redução dos Problemas Ligados ao Alcool, IDT, 2009

10 OMS, 2005, citado por Plano Nacional de Redução dos Problemas Ligados ao Alcool, IDT, 2009

11 Balsa et al., 2008, citado por Plano Nacional de Redução dos Problemas Ligados ao Alcool, IDT, 2009

regularmente, apresentam consumos esporádicos excessivos com consequências potencialmente graves, bem como um número incalculavelmente maior de pessoas que sofrem danos sociais, mentais, emocionais e materiais, causados pelo consumo próprio ou de outros¹².

A JCP defende e propõe:

- A adopção de uma política que dê resposta aos problemas sociais que estão na origem do alcoolismo e do consumo excessivo do álcool.

- A formação específica dos profissionais que produzem, servem e vendem bebidas alcoólicas, de forma a assegurar uma protecção mais eficaz dos consumidores ou potenciais consumidores.

- A concretização da proibição de fabrico de bebidas alcoólicas dirigidas especificamente às crianças e adolescentes.

- A adopção de medidas de fiscalização do código da publicidade, que proíbe a publicidade a bebidas alcoólicas em eventos onde participem menores, como actividades culturais e desportivas, assim como a efectiva penalização dos infractores.

- A reestruturação dos serviços resultantes da integração das estruturas de Alcoologia no IDT, salvaguardando a sua qualificação e reforço, promovendo respostas específicas e tecnicamente sustentadas, bem como o desenvolvimento da rede alcoológica, com equipas de alcoologia em todos os Centros de Saúde, criando condições nomeadamente para a existência de acções específicas para os jovens.

- O efectivo cumprimento da lei no que concerne à proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos, a pessoas notoriamente embriagadas e a pessoas que apresentem anomalias psíquicas.

2.11 Direitos sexuais e reprodutivos

Tal como noutras questões, a revolução de Abril permitiu um avanço significativo no que toca ao esclarecimento e conquista de direitos e foi determinante para a quebra de alguns tabus e preconceitos, mas, pelo que se verifica nos dias de hoje, ainda muito há a fazer.

A sexualidade pode constituir uma forma de enriquecimento pessoal ou, pelo contrário, pode tornar-se fonte de sofrimento. Aspectos sócio-culturais como padrões de moral sexual e reprodutiva, determinam papéis sexuais distintos e, por vezes, inadequados, entre homens e mulheres, assim como comportamentos que nem sempre são os mais aceitáveis para a vivência de uma sexualidade feliz.

Apesar de a educação sexual já estar legislada desde 1984, há mais de 26 anos, continua por aplicar. A luta dos estudantes pela implementação da educação sexual nas

escolas, também defendida pela JCP, deu frutos e o novo governo já foi forçado a falar na sua aplicação, mas até ao momento ainda continua por aplicar.

As consequências da falta de educação sexual continuam a verificar-se na gravidez indesejada e precoce que ocorre maioritariamente entre mulheres que procuram usar métodos contraceptivos, mas que usam métodos inseguros ou utilizam métodos de forma inadequada por desconhecimento. O aumento de casos de pessoas infectadas com o VIH-SIDA também se deve ao facto de o preservativo não ser usado em muitos casos.

Apesar da conquista do acesso gratuito à pílula do dia seguinte em 2001, esta realidade não se verifica em muitos casos. O mesmo se verifica em relação aos outros contraceptivos, que continuam a não ser disponibilizados de forma gratuita nos locais frequentados pelos jovens e em farmácias.

Apesar do oportunismo do PS e do BE em insistirem na via do referendo para a resolução da questão da despenalização da IVG, que poderia permitir que este flagelo continuasse, a despenalização da IVG foi uma importante vitória das mulheres, dos jovens e da população. A JCP sempre foi favorável à resolução deste problema pela aprovação de lei na AR o que, além do mais, teria permitido resolver de forma mais célere deste problema.

Muitas mulheres que antes recorreriam à clandestinidade para realizar a IVG têm agora acesso a este serviço com condições de saúde e higiene dignas. Existem ainda muitos hospitais distritais que não realizam IVG's, como os de Évora e Guarda, o que dificulta o acesso a este direito. Muitas unidades de saúde, devido à falta de profissionais, encaminham as IVG's para clínicas privadas, gerando um negócio de canalização de dinheiro público para os privados.

Contudo ainda se continuam a verificar abortos clandestinos, é necessário acompanhar a aplicação desta Lei para defender, em todos os casos, os direitos das mulheres.

A orientação sexual de cada um não pode ser motivo de qualquer tipo de discriminação laboral, económica, social, cultural ou jurídica. A assumpção da orientação sexual faz parte de uma sexualidade livre de preconceitos e feliz.

A JCP defende e propõe:

- A garantia a todos os jovens do acesso à informação correcta e sem falsos moralismos que permita a cada jovem adoptar uma atitude esclarecida e responsável perante a sua sexualidade, objectivando também a prevenção das IST's.

- Uma educação sexual dirigida aos jovens, que proporcione a formação e o diálogo e que contribua para o combate ao desconhecimento relativamente a questões como a contracepção, as IST's, o aborto.

- Uma educação sexual sem falsos moralismos nem preconceitos, que demonstre que não fazem sentido as discriminações sexuais.

¹² Anderson et al., 2005, citado por Plano Nacional de Redução dos Problemas Ligados ao Alcool, IDT, 2009

- A JCP exige a introdução da Educação Sexual nos conteúdos curriculares abordada de forma transversal e em todos os graus de ensino.

- A distribuição gratuita de preservativos, nomeadamente nas farmácias e nas escolas do ensino secundário e superior, bem como a prescrição gratuita dos restantes métodos contraceptivos, incluindo a contraceção de emergência.

- Concretizar a comercialização da pílula RU 486 para prescrição hospitalar;

- A concretização do direito ao Planeamento Familiar, permitindo também o acesso aos jovens (raparigas e rapazes) menores de 18 anos sem a necessidade de acompanhamento familiar através de uma rede que contemple a distribuição gratuita de métodos contraceptivos e a vigilância da sua saúde sexual e reprodutiva.

- A garantia da saúde sexual e reprodutiva dos jovens pela existência de consultas médicas adequadas a indivíduos que iniciam uma vida sexual activa;

- Estender a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas a pedido da mulher e até às 24 semanas por razões Terapêuticas, assegurado pelo SNS (não permitindo que grupos económicos e financeiros possam via a lucrar coma prestação destes cuidados);

- A defesa de um imperativo civilizacional do respeito pela orientação sexual de cada pessoa, sem juízos de valor, impedindo qualquer tipo de discriminação social, profissional, jurídica ou outra, como aliás, defende a CRP;

- Acompanhar e apoiar de forma específica as mães e pais adolescentes tendo em conta as particularidades e especificidades de cada caso;

- O desenvolvimento de uma rede pública, gratuita de ensino pré-escolar, que possibilite o acesso a todas as crianças a partir dos 3 meses como forma de apoio aos jovens casais, nomeadamente aos de menores recursos;

- Evolução dos direitos para os casais em união de facto, aproximando-os dos direitos consagrados para os casais casados.

2.12 Igualdade entre homem e mulher

A igualdade entre Homem e Mulher é essencial para o desenvolvimento do país e a luta pela libertação das mulheres é parte integrante da luta pelo da aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, sendo para isso fundamental a participação das mulheres em todas as esferas da vida na defesa dos seus interesses e direitos e na luta pela sua emancipação.

A ofensiva contra os direitos das mulheres de aprofundamento das desigualdades e discriminações no trabalho, na família, na vida social e política surge profundamente ligada ao ataque aos direitos dos trabalhadores e das populações. A luta pelos direitos das mulheres é, portanto, parte integrante da luta pela ruptura

com a política de direita - uma ruptura necessária e condição incontornável para enfrentar as injustiças sociais e os retrocessos nos direitos das mulheres, para a efectivação da sua participação em igualdade e para um caminho da sua emancipação social e defesa face a todos os tipos de violência.

As discriminações laborais que atingem milhares de mulheres são das mais graves, nomeadamente na admissão, no salário, que muitas vezes é inferior ao dos homens (as mulheres auferem salários 23% abaixo dos auferidos pelos homens¹³), no incumprimento da legislação da maternidade, na progressão na carreira, ou no trabalho precário, pois a grande maioria destes trabalhadores são mulheres com idades inferiores a 30 anos. Os direitos de maternidade e paternidade não são respeitados, acontecendo mesmo exemplos de pressão e chantagem da entidade patronal e a não renovação de contratos a grávidas, bem como a obrigação da trabalhadora assinar uma cláusula contratual de compromisso a não engravidar.

As jovens mulheres têm, em média, níveis de escolaridade mais elevados do que os jovens do sexo masculino, sendo o seu peso mais significativo entre os que completaram o ensino superior (63% do total são jovens do sexo feminino)¹⁴. Mesmo assim, continuam em minoria nos cargos directivos. Apesar das elevadas qualificações, têm mais dificuldade do que os homens em arranjar o primeiro emprego, tendo a maior parte das vezes um salário inferior em relação a um homem com o mesmo nível de qualificação.

No âmbito das associações juvenis em Portugal, a percentagem de mulheres que as preside é muito inferior à dos homens. Num universo de mil associações juvenis, apenas 14% são presididas por mulheres e apenas 29% integram as suas direcções. Já no associativismo estudantil e no movimento sindical, os resultados são muito idênticos.

A prostituição é uma consequência da degradação das condições de vida e encerra em si o mais absoluto desrespeito pela dignidade dos seres humanos. A venda, o tráfico e a compra do corpo (maioritariamente mulheres) deve ser erradicada. Ao contrário do que a ofensiva ideológica propagandeia, não se trata de uma opção, mas sim uma imposição que tem origem nas profundas desigualdades e injustiças e a escala de valores imposta pelas classes dominantes no sistema capitalista. As tentativas de legalizar e naturalizar a prostituição correspondem a uma visão retrógrada e desumana da sociedade devendo ser combatidas.

A violência doméstica é uma realidade que afecta mulheres, mas também homens em menor escala, e é frequente, ao contrário do que se possa pensar, na juventude. A morte de 26 mulheres, em Portugal, no ano de 2009, vítimas de violência doméstica, revela a dimensão dramática desta forma de violência, sendo esta a principal causa de morte ou invalidez em mulheres dos 18 aos 42 anos, na UE.

13 Dados publicados nos Quadros de pessoal do Ministério do Trabalho e segurança Social, 2008

14 INE, Estatística do Emprego, 3º trimestre de 2009

Apesar de já terem sido dados avanços no que diz respeito à evolução da mentalidade e a questões legais, a construção da igualdade entre Homem e Mulher continua a enfrentar sérios problemas, consequência das acções contra a discriminação consistirem, com demasiada frequência, em retóricas e esforços pontuais.

A lei conhecida como “*Lei da Paridade*”, resultante do entendimento entre PS e BE, é uma medida demagógica e artificial que impôs quotas de participação feminina nas listas a apresentar pelos partidos políticos nas eleições e em nada contribuiu para a elevação da participação feminina na sociedade. Antes, é mais um passo na tentativa de ingerência na vida interna dos partidos e a criação de uma manobra de distração que tem por objectivo ocultar uma política que promove e alimenta a discriminação.

A JCP defende e propõe:

- Fim da discriminação salarial entre homens e mulheres.
- Igualdade no acesso ao emprego
- Cumprimento da CRP e condenação das empresas que discriminem as trabalhadoras, quer no que se refere aos direitos de maternidade, salário ou até mesmo à progressão na carreira.
- A condenação de qualquer prática de assédio sexual, nomeadamente no trabalho.
- O cumprimento da lei da publicidade, que proíbe o uso indiscriminado do corpo da mulher;
- O cumprimento da lei de protecção à maternidade e paternidade.
- Responsabilização do Estado pela criação de uma rede institucional de apoio às vítimas de violência e a existência de centros de acolhimento e reinserção social para mulheres em situação de risco.
- Instituição de uma Comissão Nacional de Prevenção e de Protecção das Vítimas de Violência.
- Reforço urgente dos meios técnicos e humanos da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- A existência de técnicos em todas as esquadras capazes de lidar eficazmente com as mulheres vítimas de violência.
- Um combate eficaz e articulado com as diversas autoridades ao tráfico e exploração sexual das mulheres.

2.13 Jovens com Deficiência

As pessoas com deficiência, nomeadamente os jovens, devem ter direitos que lhes garantam a possibilidade de uma vida independente e socialmente útil, eliminando as barreiras que impedem a sua integração na sociedade como cidadãos de pleno direito. A própria Constituição da República atribui especial responsabilidade ao Estado “na realização de uma política nacional de prevenção e

tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias”.

No entanto, os sucessivos Governos PS e PSD (com ou sem CDS-PP), por detrás de um discurso demagógico de preocupação social, lesam os jovens com deficiência, os jovens confrontados com múltiplas discriminações e os jovens com deficiências de grande dependência, não só por omissão, mas também por políticas de grande insensibilidade social: estando estes especialmente vulneráveis às situações de desemprego, pobreza e exclusão social, sofrem a “dobrar” com as políticas de direita.

No Ensino, a redução drástica de apoios educativos especiais (tanto de recursos humanos como técnicos) a par do encerramento de escolas (o que em muitos casos impossibilita a proximidade da família), segrega os jovens com deficiência, estimando-se que quase 40% das pessoas com deficiência seja analfabeta; no Trabalho, o incumprimento das quotas de emprego na Administração Pública e o fraco incentivo estatal à contratação impedem o acesso a um emprego digno e com direitos, obrigando muitos jovens a dependerem de subsídios que não lhes permitem ter condições de vida com dignidade; no Desporto, a falta de equipamentos adequados bem como a insuficiência de apoios aos jovens atletas (que ainda assim conquistaram e conquistam um palmarés invejável de medalhas e títulos mundiais em várias modalidades), demonstram a dificuldade em exercer direitos fundamentais, nomeadamente também no acesso à Cultura e à Saúde e no plano das Acessibilidades.

Assim, a JCP defende e propõe:

- Que as questões específicas das pessoas com deficiência, nomeadamente dos jovens, sejam tidas em conta de forma transversal em todas as políticas tomadas, contra a discriminação e pela inclusão plena, autónoma e útil, na sociedade;
- Que se reforce o apoio às necessidades e apoios educativos especiais (professores especializados, ajudas técnicas, condições arquitectónicas, equipamentos adequados) sustentados numa Escola Pública, Gratuita, de Qualidade, Democrática e verdadeiramente inclusiva, que permita assegurar a igualdade de acesso (a todos os níveis) e de sucesso no sistema educativo;
- O estrito cumprimento das quotas de emprego na Administração Pública, bem como a criação de incentivos concretos e eficazes à contratação de jovens com deficiência;
- Acriação de condições materiais e humanas para que nos estabelecimentos de saúde se possa detectar, avaliar e tratar precocemente as deficiências, bem como para o acompanhamento posterior dos jovens com deficiência e familiares;
- O apoio ao associativismo que actue nas áreas do apoio, educação, formação e integração dos jovens com deficiência, nomeadamente as Cerci;
- Que seja estabelecido um prazo para que sejam eliminadas as barreiras arquitectónicas de todos os edifícios e espaços

públicos, bem como a garantia de transportes e acessibilidades;

- Que se invista em projectos de adaptação do acesso à tecnologia aos jovens com deficiência, tendo em conta os diversos tipos de deficiência.

2.14 Ambiente e Qualidade de Vida

Na área do ambiente, os sucessivos governos têm aplicado políticas de direita que pactuam com a destruição e degradação ambientais, e a sobre-exploração dos recursos naturais levadas a cabo pela actividade do grande capital.

Nos últimos 4 anos o Governo PS aprofundou essa linha, nomeadamente no que toca à política de privatização da água ou de colocação de todo o ordenamento de território e conservação da natureza sob a direcção de grupos económicos e de interesses privados.

De um modo geral, estamos mais dependentes dos outros países; no plano energético, por exemplo, apesar de toda a propaganda do Governo em torno das energias renováveis, continua a ser praticada uma política de promoção das mesmas que é a que mais lucro dá ao capital e não uma que se traduza em menores custos para a sociedade, que promova o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e que abranja as múltiplas formas de utilização da energia.

Seguem-se orientações traçadas pelo Parlamento Europeu, que não têm em conta as especificidades nacionais, como por exemplo os importantes recursos hidroelectricos não explorados em Portugal (sendo este o recurso endógeno e renovável mais rentável). Isto tem implicações concretas na vida dos jovens, pois com a evolução da tecnologia hoje já é possível produzir energia de forma mais eficiente e rentável - no entanto os preços sobem constantemente devido à desresponsabilização do Estado neste sector, que o entregou de bandeja aos interesses privados.

No plano das alterações climáticas, sofremos as consequências de uma relação “predatória” inerente à natureza do capitalismo: para atingir o lucro máximo, e acumular e concentrar o capital, exploram-se, através da exploração do trabalhador e do trabalho, os recursos naturais e produz-se o mais possível (de preferência sem utilização de tecnologias menos poluentes, pois são mais caras), independentemente das consequências que daí surjam, como a emissão de gases com efeito de estufa e a destruição de ecossistemas. O Protocolo de Quioto e as resoluções saídas da Conferência de Copenhaga fazem parte de um esforço concertado pelo capitalismo de que este pode ter uma atitude mais “ecológica”, como se não fosse este o sistema que, a partir dos fluxos enormes de materiais e energia que mobiliza e da criação de quantidades colossais de resíduos, desertificasse terras, contaminasse solos e pescas, extinguisse espécies e permitisse que centenas de milhões de pessoas hoje estejam subnutridas, sem acesso a água e saneamento. Procuram ainda legitimar o condicionamento do desenvolvimento dos países mais pobres, através do mercado de quotas de emissões criado, que demonstrou ao longo dos anos que em vez de reduzir as

emissões de carbono pelos países mais poluentes, abriu espaço à criação do comércio de carbono – a verdadeira privatização do “ar”.

Todos os anos Portugal é fustigado pelos incêndios, e os sucessivos governos não investem na protecção das florestas, nomeadamente através da limpeza, do reforço dos equipamentos de combate a incêndios e dos recursos humanos; isto, associado à floresta de monocultura (pinheiro e eucalipto), à redução drástica da biodiversidade de vegetação nativa portuguesa e ao abandono agrícola, é altamente prejudicial para o país e para a qualidade de vida das pessoas.

A linha de privatização dos recursos naturais assume uma das suas maiores expressões na mercantilização da água que, no nosso país, conheceu a forma de a aprovação em 2005 da chamada Lei da Água. A concessão das praias e as condicionantes impostas ao seu acesso livre e gratuito são também disto exemplo.

A JCP valoriza o papel interventivo das autarquias CDU na defesa do ambiente e da qualidade de vida das populações, apresentando níveis de abrangência pelas redes de saneamento básico e tratamento de águas residuais muito positivos, e na mobilização das populações para a luta contra a privatização das praias e na conservação da natureza.

A destruição sistemática do planeta e os perigos eminentes da destruição na vida na Terra são intrínsecos ao próprio modo de produção capitalista, porque é uma economia de acumulação e não de manutenção; a natureza é um produto da transformação humana, por isso só o combate à visão capitalista da natureza e à sua apropriação privada, pode dar lugar a uma relação integrada entre o Homem e a natureza, só possível no socialismo.

A JCP defende e propõe:

- A aplicação de políticas de desenvolvimento económico e social que tenham a sustentabilidade ambiental e ecológica como factor de ponderação, conjugado com os factores de ordem cultural;
- A capitalização do conhecimento científico dos laboratórios do Estado, Universidades e Institutos Politécnicos para a determinação das políticas ambientais e energéticas;
- O envolvimento das populações de forma democrática e ampla na determinação das políticas ambientais e na fiscalização do ambiente;
- O aumento da informação e do estímulo à participação junto dos jovens, nomeadamente através de um reforço na educação ambiental;
- Dinamização e concretização da política dos 3 R's – Reduzir, Reciclar, Reutilizar;
- A ampliação das redes de Ecopontos e o estímulo à sua utilização;

- A implementação de um programa nacional para a limpeza sistemática de matas e florestas, bem como o reforço dos meios de prevenção e combate a incêndios, assumindo os bombeiros como a base dessa política;
- O incremento da coordenação entre organismos do Estado, com dignificação dos seus orçamentos, capacidades de fiscalização e dos seus profissionais;
- A efectiva fiscalização da actividade industrial e agro-pecuária, punindo consequentemente os poluidores que não cumprem a lei;
- O fomento das indústrias com recurso a tecnologias menos poluentes e das energias renováveis, com preponderante intervenção do Estado, também através do incentivo à investigação e desenvolvimento nessas áreas, garantindo a soberania nacional no plano energético;
- A revogação da Lei da Água e a aprovação de uma legislação que proteja os recursos hídricos enquanto património público e que salvaguarde o acesso à água como um direito;
- A promoção de políticas de incentivo e desenvolvimento da utilização do transporte público e de apoio ao passe social;
- Responsabilização do Governo pela dinamização de indústrias limpas e a investigação e desenvolvimento de tecnologias não poluentes;
- Uma legislação que garanta o direito à declaração de zonas livres de transgénicos e o efectivo direito à escolha no consumo de produtos;
- Apoio aos pequenos agricultores, incluindo os jovens, para manterem as suas produções, defendendo o meio-ambiente e mantendo vivo o mundo rural;
- A garantia do respeito pela vida animal, combatendo os maus-tratos e a destruição dos seus habitats naturais, na óptica da preservação do equilíbrio ecológico.

2.15 Interioridade e Insularidade

O desenvolvimento regional do país é político e socialmente desequilibrado, sendo afectado por fortes assimetrias que se reflectem de forma importante na vida da juventude portuguesa.

No interior do país e nas regiões autónomas, o desenvolvimento e investimento diferenciados têm maior impacto negativo junto das populações e dos tecidos económicos e produtivos.

2.15.1 Interioridade

O litoral é o alvo do investimento público, acentuando a desertificação do interior do país, incapaz de fixar a juventude, por falta de apoio do Estado e devido às orientações da UE.

A migração do interior para o litoral e para as capitais de distrito conduz à grande concentração populacional, desequilibrando o próprio desenvolvimento da qualidade de vida urbana. A vaga de emigração já equivale à atingida nos anos 40. A falta de condições para a emancipação e início de vida activa nas regiões interiores do país, a falta de emprego, a dificuldade de acesso a uma rede escolar e de saúde e mesmo ao desporto e à cultura, bem como a falta de mobilidade são factores determinantes que levam os jovens a abandonarem o interior.

O Estado deve garantir o equilíbrio e a racionalidade do investimento regional do país, garantindo uma rede escolar pública abrangente, uma rede de infra-estruturas de saúde e uma rede de transportes capazes de dar resposta às populações. Tem ainda o dever de garantir um tecido produtivo diversificado captando novos investimentos e impedindo o encerramento e destruição do aparelho produtivo instalado.

A política do Governo PS de encerramento de escolas, hospitais, centros de saúde, e outros serviços básicos para as populações confirma a estratégia irracional de abandono do Interior, a não solução das carências e debilidades existentes e, sobretudo, o agravamento das condições de vida destas populações, especialmente dos jovens.

É urgente uma inversão deste rumo, que privilegie o desenvolvimento racional do país, promovendo a fixação das populações no interior e garantindo uma melhor repartição da riqueza produzida, investindo no desenvolvimento do interior.

A política de ordenamento do território, submissa aos interesses do lucro pela via da construção civil, a uma escala nacional, deve também obedecer ao princípio do desenvolvimento regional justo e equilibrado, evitando o aumento da pressão urbanística e distribuindo melhor a população e a produção pelas regiões do país.

Consideramos que a regionalização e o aperfeiçoamento que esta implica para o regime democrático do país pode, em conjunto com a actuação do Poder Local Democrático, ser o ponto de partida para uma verdadeira mudança no que toca ao desenvolvimento regional. Pois nas Autarquias CDU a qualidade de vida é substancialmente melhor, com infra-estruturas ao serviço das populações sem interesses financeiros, como bibliotecas, pavilhões, auditórios, etc.

2.15.2 Insularidade

Nas regiões autónomas do país também se colocam grandes desigualdades, quer em relação às condições de vida do continente, quer em relação às diferentes regiões de um mesmo arquipélago ou ilha.

A desertificação e o êxodo juvenil também se têm vindo a sentir nas regiões autónomas, em grande parte devido à falta de emprego e postos de trabalho. O investimento que o Estado dedica a estas regiões deve ter maior incidência sobre a dinamização do aparelho produtivo.

Os jovens destas regiões são fortemente afectados pela falta de mobilidade, principalmente no que toca a deslocações ao

continente. Existem também dificuldades no acesso a bens fundamentais como a saúde, a cultura, o desporto e particularmente o acesso à educação, principalmente a instituições que tenham sede no Continente, já que essa oportunidade está reservada a quem a possa pagar. Quer o governo central, quer os governos regionais (PS e PSD nos Açores e Madeira respectivamente) não têm dedicado o suficiente investimento ao desenvolvimento das regiões autónomas, levando a uma profunda dependência regional do mercado turístico – restauração e hotelaria – onde se emprega grande parte dos jovens aí residentes, provocando, por sua vez, um desequilíbrio entre a formação dos jovens e o trabalho disponível.

2.16 Habitação

A questão da habitação é determinante para a emancipação e independência da juventude, correspondendo desde logo a uma necessidade básica de sobrevivência do ser humano e a um factor de desenvolvimento individual e colectivo.

O direito à Habitação é um dos objectivos programáticos da nossa lei fundamental, pela importância que representa na vida dos cidadãos, sobretudo dos mais jovens. O art.º 70º da Constituição de Abril afirma que “os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: c) No acesso à habitação”.

É, assim, uma das tarefas primordiais do Estado criar as condições que garantam o direito a uma habitação digna para os jovens. Plasmado na Constituição como uma necessidade e uma aspiração da juventude, o direito à habitação continua ainda por cumprir.

As constantes violações, deturpações, e ataques por parte dos sucessivos governos PS, PSD, e CDS-PP, ao direito à habitação inscrevem-se numa estratégia mais geral e profunda de ataque aos direitos democráticos – económicos, sociais, políticos e culturais – que sustenta uma política de direita, anti-popular e anti-juvenil.

A extinção do crédito bonificado em 2002; a diminuição das verbas do Incentivo de Arrendamento por Jovens; a extinção do IAJ; a inexistência de um plano de habitação para jovens, são reveladores do objectivo de criar condições de favorecimento e privilégio dos grandes grupos económicos.

A opção de classe é clara: a favor do grande capital, em detrimento dos trabalhadores, da juventude e do povo português.

A JCP defende:

- O cumprimento por parte do Estado do artigo 65º da CRP “Todos têm direito para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”; e do art.º 70º “os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: c) No acesso à habitação”.

- Revogação do Porta 65, e criação de um instrumento de apoio efectivo ao arrendamento por jovens, através da desburocratização das candidaturas e possibilidade de renovação, com valor máximo até 500 euros; e tendo por base uma taxa de esforço máxima de 20% com gastos em arrendamento assumida pelos jovens.

-A criação e definição de um plano público de habitação para jovens que assegure:

- Intervenção e reparação de casas devolutas [hoje rondam 1 milhão] com rendas a custos controlados pelo Estado, tendo em vista o rejuvenescimento dos centros históricos das cidades, e preservação do património existente;

- Criação e gestão por parte do Estado de fogos habitacionais especialmente para jovens, com rendas de custos controlados;

- Criação por parte do Estado de novos fogos habitacionais, nomeadamente de Habitação Social, fomentando o cooperativismo habitacional para os jovens;

- Apoio e incentivo à autoconstrução por jovens, à construção a custos controlados e ao acesso de baixo custo aos solos.

- Um programa nacional de habitação que tenha em conta as políticas de solos impedindo a especulação, e um inventário preciso dos agentes e meios disponíveis para a definição desta política;

- Uma política de controlo de custos que penalize a especulação que obrigue o sector privado e cooperativo a construir e recuperar fogos habitacionais com preços acessíveis à população;

-Promoção e desburocratização do acesso a programas de reabilitação de edifícios degradados e devolutos.

- O estabelecimento pela Caixa Geral de Depósitos de 0,5% como valor máximo de spread nos empréstimos à habitação;

2.17 Transportes

A mobilidade dos cidadãos pelo território, como direito essencial, deve ser garantida pelo Estado através de uma rede de transportes pública que cubra todo o território nacional de um forma equilibrada, com qualidade, regularidade e a preços socialmente justos.

Tal como outros sectores públicos, a política dos sucessivos governos tem sido a da submissão às directivas neo-liberais e, portanto, de desinvestimento e desresponsabilização e de entrega à exploração dos privados, sujeitando este direito à lógica do lucro, ao invés de responder às necessidades de mobilidade das populações.

Consequentemente, a rede de transportes públicos no nosso país tem grandes insuficiências no que diz respeito à cobertura do território nacional, a qualidade e frequência

dos meios de transporte diminuem e os preços praticados aumentam. De registar que, também ao nível da rede de transportes, é grande a disparidade de oferta entre os grandes centros urbanos de Lisboa e Porto e o resto do país, contribuindo para a agravar os problemas de interioridade.

Particularmente, a política prosseguida relativamente ao transporte ferroviário, seja através do encerramento de linhas e estações, do abandono ou da sua privatização, traz consequências particularmente graves para o isolamento de populações e para a desertificação de certas zonas do país. Ao mesmo tempo que desinveste num meio de transporte ecológico e favorável à dinamização do aparelho produtivo nacional, na medida em que constitui uma forma mais barata de transporte de mercadorias, o Governo potencia a construção de transporte ferroviário de luxo, ao acesso de poucos e longe das necessidades de mobilidade da maioria da população.

Os transportes escolares são hoje, na sua maioria, assegurados por privados com prejuízo significativo para os estudantes no que diz respeito à frequência e horários dos transportes.

Medidas como os passes 4_18 e Sub23 para estudantes do ensino básico, secundário e superior são aproveitadas de uma forma demagógica, dando a ideia de que resolvem todos os problemas de mobilidade, e não dão resposta às reais necessidades da juventude, para além de deixarem de fora grupos etários de estudantes de dimensão significativa.

A não existência de passes sociais para transportes de longo curso, nomeadamente para estudantes deslocados que necessitem, fruto da sua condição, realizar viagens entre o local de estudo e a terra de origem, afecta negativamente milhares de jovens que se vêem impedidos de se deslocar com a frequência necessária e aumenta, ao mesmo tempo, as despesas relacionadas com a educação.

A não existência de uma rede pública de escolas de condução – que o PCP propôs na Assembleia da República – não permite a obtenção de carta de condução ao acesso de todos, fazendo com que os preços praticados sejam muito elevados.

A JCP defende e propõe:

- Uma rede de transportes pública, com qualidade, a um preço socialmente justo e distribuída por todo o território nacional.
- Passes sociais e intermodais ao acesso de todos e, em particular, da juventude e a existência de passes de longo curso.
- Uma rede de transportes escolar pública e que dê resposta às reais necessidades dos estudantes e das escolas.
- A criação de uma rede pública de escolas de condução a custos acessíveis.

2.18 Racismo e xenofobia

Desde sempre o racismo e a xenofobia foram utilizados pelo capitalismo como instrumento ideológico para justificar as ofensivas sobre os direitos dos trabalhadores, como factor de divisão e manipulação das massas, principalmente nos momentos de maior crise em que as comunidades imigrantes são utilizadas como bodes expiatórios.

Para a JCP o que divide os seres humanos na sociedade é o seu papel no processo produtivo, a propriedade ou não dos meios de produção. A multiculturalidade advém da co-existência de diversas etnias e povos e é para a JCP, a garantia de uma aprendizagem constante e factor de integração.

A desinformação da comunicação social dominante, que muitas vezes fomenta ideias xenófobas e racistas, e a submissão dos sucessivos Governos e das forças da autoridade aos interesses exploradores do grande capital perante o aparecimento de organizações e movimentos xenófobos e racistas, demonstra que não existe contradição entre o capitalismo e o racismo.

2.19 Imigração

As principais causas da imigração radicam nas situações económicas e sociais dramáticas nos países de origem, como fuga à fome, à pobreza, ao desemprego, aos conflitos armados bem como a procura de melhores condições de vida e de trabalho.

Calcula-se que os trabalhadores imigrantes sejam cerca de 10% dos trabalhadores por conta de outrem e cerca de 4,5% da população portuguesa.

Actualmente as principais comunidades imigrantes e Portugal são a Cabo-Verdiana seguido da Brasileira, a Ucrainiana e a Angolana.

Trabalham, em número significativo, em sectores como a construção civil, hotelaria, restauração e comércio, agricultura, sendo na sua maioria, sujeitos a condições de trabalho precárias, ou mesmo fisicamente perigosas, tanto para trabalhadores regulares como irregulares, com elevados níveis de exploração, baixos salários, sem protecção social, com desrespeito pelos direitos e, em alguns casos, sujeitos a situações de abusos.

As alterações que se têm vindo a verificar no tecido popular e cultural da imigração em Portugal merecem um acompanhamento mais continuado por parte da JCP, de forma a potenciar a capacidade de intervenção e organização junto destas comunidades que tão confrontadas são com a exploração do trabalho sem direitos e com as faces mais ofensivas do capitalismo. Desde o emprego, à habitação, da saúde à educação, estas comunidades são confrontadas com um vasto conjunto de dificuldades, que começam com as burocracias e impedimentos à legalização e obtenção de vistos e licenças.

A JCP condena a submissão Governo PS às orientações da União Europeia quanto à política imigratória, marcadas por um cariz securitário, de natureza repressiva, como é o caso da «directiva de retorno» ao mesmo tempo que procura introduzir políticas comuns, privilegiando o sistema de quotas, bem como tomar medidas que visam implementar a imigração selectiva, como é o caso da denominada «carta azul».

A JCP propõe e defende:

- A flexibilização e desburocratização dos mecanismos de legalização para os imigrantes no momento da entrada no país e para os imigrantes residentes em situação ilegal;
- Eliminação das taxas e outras despesas associadas aos processos de legalização;
- A alteração para critérios objectivos dos requisitos necessários para requerer a naturalização, retirando o carácter arbitrário a muitas decisões do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- O fim do sistema de quotas, implementado pelo próprio PS, com o apoio do CDS-PP, incapaz de dar resposta à realidade da imigração em Portugal, o que se demonstra, inclusivamente, pelo seu incumprimento;
- Uma política de imigração que combata o racismo e a xenofobia e promova a integração dos jovens imigrantes, nomeadamente através de uma política de educação intercultural em que seja dada a devida formação aos professores e haja adequação dos currículos;
- Um apoio efectivo às Associações de Jovens Imigrantes, garantindo-lhes condições de exercício prático dos seus direitos;
- O progressivo alargamento dos direitos políticos aos cidadãos imigrantes em Portugal, considerando prioritariamente a capacidade eleitoral activa e passiva nas eleições para as autarquias locais;
- A alteração da Lei que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros, com a consequente consagração do direito de residência em território português e do direito ao reagrupamento familiar e com a limitação da discricionariedade dos poderes do SEF;
- O reforço dos direitos e garantias dos jovens imigrantes, em igualdade com os demais cidadãos, nomeadamente no que diz respeito à educação, à saúde, à segurança social, à cultura, ao desporto e à habitação;
- Um SEF humanizado, eficaz e respeitador dos direitos fundamentais com a abertura de mais postos onde há maior concentração de imigrantes;
- A revisão da legislação sobre o direito de asilo, reconhecendo o direito ao asilo por questões humanitárias e a revisão da lei da nacionalidade de modo a facilitar a aquisição da nacionalidade portuguesa;

- Uma Inspeção-Geral do Trabalho que fiscalize, combata e penalize com mais eficácia as empresas que utilizam trabalho clandestino;
- O combate à exploração do trabalho ilegal de estrangeiros através de um regime sancionatório dissuasor;
- A disponibilização dos meios necessários à aprendizagem da língua portuguesa de forma a contribuir para a integração dos imigrantes na sociedade;
- Um regime de obtenção de vistos de trabalho mais aberto e menos policial;
- Que Portugal defenda uma política na UE de alargamento da liberdade de circulação e dos direitos cívicos e sociais dos imigrantes e que combata as políticas xenófobas de fechamento que caracterizam as orientações dominantes como é caso a directiva de retorno.

2.20 Emigração e jovens luso-descendentes

A procura de melhores condições de vida, nomeadamente de emprego tem levado muitos jovens a emigrar.

Este fenómeno põe em evidência as políticas de recuperação capitalista dos sucessivos governos que, longe de cumprirem as promessas de mais desenvolvimento e riqueza para todos os portugueses, obrigaram e continuam a obrigar uma parte significativa da população a procurar lá fora o sustento para si e suas famílias.

As actividades predominantes dos novos emigrantes são a construção civil, a agricultura, a hotelaria e restauração, limpezas e indústria transformadora. No essencial, as mesmas quando dos principais surtos imigratórios do século passado.

É importante salientar que neste espaço temporal se acentua o processo neoliberal de desregulamentação das normas laborais, o que proporciona o desenvolvimento da contratação de trabalhadores por redes mafiosas de exportação de mão-de-obra, provocando uma grande exploração salarial e outras condições de trabalho próximas da escravatura.

Actualmente são 500 mil os trabalhadores que tiveram de emigrar havendo um crescimento de 18,7% de 2003 a 2006 sendo muito destes trabalhadores jovens.

A maior parte dos jovens trabalhadores que emigram agora são completamente esquecidos por parte do governo português não tendo nenhum tipo de apoio de informação sobre os seus direitos.

Assiste-se a um afastamento dos mais jovens ao seu país de origem muito por culpa de não haver investimentos por parte o estado português na divulgação da língua e da cultura.

O apoio ao movimento associativo dos emigrantes é muito

débil dificultando o papel que as associações devem ter.

Os nossos jovens emigrantes não podem ser ignorados pelos governos. São necessárias novas e justas políticas que dêem resposta aos anseios dos jovens emigrantes e luso-descendentes. São necessárias políticas que mantenham as relações destes com o país, a língua e cultura portuguesa.

A JCP defende e propõe:

- Mais investimento nos meios (humanos, técnicos e materiais) para manter os laços dos jovens com a língua e cultura portuguesa e um melhor aproveitamento dos meios já existentes;
- Mais financiamentos para o ensino da língua portuguesa nas comunidades emigrantes;
- Apoios para a formação de associações juvenis e para as actividades por si dinamizadas;
- Um melhoramento dos serviços consulares com vista a uma mais simples utilização, maior eficácia e a disponibilização de mais informação.

2.21 Poder local

O poder local surgiu da emancipação e expressão directa da vontade do povo, com características marcadamente democráticas e populares, na sequência da Revolução de Abril. Afirmou-se como um importante factor na melhoria das condições de vida e desenvolvimento.

Nos últimos anos, tem havido uma constante transferência de competências do poder central para o poder local, muitas vezes não se fazendo corresponder tais transferências com meios financeiros.

Muitas destas transferências são uma forma de o estado se desresponsabilizar por algumas matérias empurrando-as para o poder local, que não tem competência para tal, e muito menos meios financeiros. A habitação, a educação, o desporto, o apoio aos jovens deficientes e a eliminação de barreiras arquitectónicas, os apoios ao associativismo juvenil, à criação cultural, a acção social e também a própria saúde, são algumas das áreas pelas quais os governos se querem desresponsabilizar e passar a responsabilidade para o poder local, quando estas, segundo a CRP, são tarefas que cabem ao governo central.

A ofensiva ao poder local não passa apenas pela transferência incorrecta de competências, mas também por outras leis que têm sido aprovadas que vão no sentido de desfigurar o poder local tal como ele foi criado, no espírito de Abril: a Lei das Finanças Locais, que limita o investimento directo por parte das autarquias e condiciona a sua capacidade realizadora; a Lei da Paridade, que não afecta apenas o poder local, mas que condiciona a liberdade de criar listas de candidatos livremente.

As propostas de revisão Eleitoral para as Autarquias, com os seus executivos monocores escolhidos pelo presidente,

foram por enquanto afastadas. E, nesta derrota, os comunistas tiveram um determinante papel no esclarecimento e envolvimento de outros, impedindo a sua aprovação desta lei. Mas não há dúvidas, que o PS e PSD não desistirão deste caminho.

Nas últimas eleições realizadas em Setembro de 2009, apesar de em muitos locais termos subido o número de votos, os pactos entre outros partidos, em alguns casos, não permitiram a CDU continuar a gerir as autarquias.

As autarquias com maioria CDU continuam a demonstrar o desenvolvimento em torno de projectos que beneficiam as populações, nomeadamente para a juventude, através da construção ou reabilitação de infra-estruturas para o desporto, espaços para os jovens, como casas de juventude, piscinas, ou até mesmo bibliotecas e locais de acesso gratuito à internet. No apoio a iniciativas promovidas por jovens ou grupos juvenis, como por exemplo concertos, fóruns ou festivais municipais da juventude. Este trabalho não pode ser desligado da participação dos jovens nas listas e de jovens eleitos da CDU nos diversos órgãos autárquicos.

A JCP defende e propõe:

- Que exista um maior financiamento por parte do Poder Central ao Poder Local, que permita a este uma maior autonomia financeira e possibilidade da concretização dos seus projectos e objectivos, com o intuito de servir as populações.
- Criação de espaços municipais, como casas, fóruns e festivais municipais da juventude com a participação, intervenção e gestão dos jovens, nomeadamente através das associações juvenis, como forma de incentivo à discussão da vida e políticas locais.
- A criação de postos de trabalho nos municípios, através de políticas que incentivem a fixação de empresas nos municípios.
- A implementação da Regionalização, de modo a permitir um maior desenvolvimento regional, democrático e com mais participação juvenil.

2.22 Cultura

Devido à globalização capitalista, a monocultura começa a substituir a diversidade cultural que, na sua maioria, serve de veículo da mensagem de ofensiva ideologia capitalista contra os povos, os trabalhadores e as suas lutas.

A cultura não está desligada da sociedade capitalista em que vivemos, pelo que é muitas vezes submissa aos interesses da classe dominante.

A cultura é encarada como mercadoria e fonte de lucro, não como factor de desenvolvimento. Assim verifica-se uma crescente elitização no acesso à sua fruição e produção, colocando-a apenas ao alcance de quem possa pagar.

Os Estados capitalistas tentam limitar a criação e fruição

culturais, recorrendo a vários métodos como o desinvestimento na área da educação e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da juventude, uma vez que a cultura pela componente criativa que transporta, é uma arma dos povos contra a opressão e uma condição para a sua emancipação.

O ensino artístico é também um factor muito importante de desenvolvimento individual e colectivo da sociedade. O anterior Governo tentou acabar com o ensino artístico especializado público, empurrando para escolas privadas os que podem pagar e destruindo as públicas. O acesso ao ensino artístico deve ser estimulado e democratizado e é dever do Estado promovê-lo.

Os trabalhadores das artes e do espectáculo são confrontados pela instabilidade e precariedade laboral, por períodos de trabalho intercalados por grandes períodos sem trabalho e sem direito ao subsídio de desemprego. Esta situação faz com que sejam dos trabalhadores mais afectados pela falta de direitos. Também aqui se nota a desresponsabilização dos Governos pela área da cultura.

As políticas desenvolvidas pelos últimos governos têm sido no sentido da redução do apoio e investimento à criação e difusão cultural. Mesmo o movimento associativo juvenil ou cultural que desempenha um papel importante na criação e difusão cultural sofreu uma diminuição do seu financiamento estatal e depara-se com uma limitação dos seus direitos.

O trabalho da CDU nas autarquias tem feito a diferença e vai no sentido de democratizar o acesso à fruição e criação culturais através da oferta diversificada de produtos culturais e do apoio e incentivo à actividade associativa.

A JCP encara a cultura, não como um luxo, mas como um pilar fundamental da formação integral do indivíduo, essencial para emancipação individual e colectiva. Os jovens comunistas não aceitam a imposição de um conceito de cultura assente na concepção de mercadoria e na lógica do lucro. Defendemos a democratização da criação e fruição culturais, com estímulos ao desenvolvimento cultural específico da juventude, determinado pelas suas próprias vontades e participação.

A JCP defende e propõe:

- A democratização e a divulgação da nossa riqueza e diversidade cultural como factor fundamental para a igualdade e para o desenvolvimento da sociedade;

- O apoio efectivo às bandas de garagem, aos grupos de teatro, aos cineclubes, às bandas musicais, aos ranchos e a outras associações e movimentos culturais fortemente dinamizados e impulsionados por jovens;

- Uma grande aposta na promoção e divulgação da Língua Portuguesa como marco fundamental da nossa identidade cultural e como forma de potenciar a capacidade de comunicação do indivíduo;

- O alargamento da oferta cultural e artística de forma descentralizada, assegurando o Ministério da Cultura a

criação de rotas inter-regionais de programação cultural;

- A garantia por parte do Estado de assegurar o ensino artístico de forma gratuita e universal desde o ensino pré-escolar e até ao final do ensino básico curricular e extracurricular de forma a aprofundar as sensibilidades artísticas e as vocações de cada um e aguçar o espírito crítico e estético;

- Reforço da verba orçamental do Estado para a cultura e suas expressões, garantindo o seu papel na democratização da criação e fruição culturais;

- Medidas que apoiem e facilitem o acesso dos mais jovens à cultura em geral, garantindo a gratuidade do acesso, nomeadamente aos museus, às bibliotecas, aos espectáculos de companhias e orquestras nacionais, bem como a aplicação de preços especiais, ou mesmo gratuitos, para jovens em espectáculos de companhias estrangeiras, cinemas e locais de espectáculo em geral;

- Criação de uma rede nacional de espaços para a produção artística.

2.23 Prática desportiva e actividade física

O desporto é uma componente do desenvolvimento individual e colectivo essencial à plena formação do indivíduo. Defendemos a democraticidade da prática desportiva, ao invés da crescente elitização que as práticas desportivas têm vindo a sofrer, por responsabilidade directa do avanço das políticas de direita, dos retrocessos nos direitos dos trabalhadores e da juventude e do desinvestimento dos governos nesta área.

Portugal é o país da UE em que as doenças cardiovasculares se apresentam com maior incidência e preponderância no conjunto de mortes por doença. É também o país da UE com maior percentagem de crianças obesas.

Acresce ainda o facto de ser o país da UE com maior taxa de sedentarismo.

A prática desportiva constitui, além de um factor de diminuição de riscos para a saúde e de impulsionamento de um estilo de vida saudável, um momento privilegiado para o convívio e para o lazer.

O desporto escolar sofre de profundas carências, sendo que são ainda muitas as escolas básicas e secundárias que não dispõem de pavilhões gimnodesportivos ou de outras infra-estruturas desportivas. O Governo PS aponta como objectivo uma política de manutenção dos espaços existentes, sem investimento na criação de novos espaços onde se mostram necessários. O desporto escolar não é alvo de nenhuma política de promoção da parte deste Governo, numa grave omissão de rumo político que terá como consequência óbvia a diminuição do número de jovens que tomam contacto com a actividade física e desportiva.

O desporto e actividade física no trabalho também são quase inexistentes. Os trabalhadores de actividades

rotineiras com tendências a tendinites devem ter pausas para exercício físico ao longo do dia. A prática desportiva deve também ser promovida junto das empresas e locais de trabalho, de forma a combater o sedentarismo e promover o convívio fraterno entre trabalhadores.

O desporto de alta competição também não tem sido alvo do necessário apoio por parte do Estado, principalmente no que toca ao apoio aos atletas.

Defendemos um maior compromisso do Estado para com a alta competição, promovendo a prática generalizada, mas desenvolvendo e aprofundando o seu papel de apoio ao atleta, nomeadamente através do aumento das bolsas de alta competição, em valor e número e da sua isenção de IRS. Salientamos o papel do movimento associativo, juvenil e não só, verdadeiro promotor da prática desportiva e de actividade física saudável junto das populações e da juventude, de forma democrática, juntando milhares e milhares de jovens, de forma organizada, na prática desportiva competitiva e não competitiva, federada, semi-profissional ou amadora.

Salientamos também o papel dos eleitos da CDU nas autarquias, na defesa da prática democrática do desporto, no apoio ao movimento associativo desportivo e na construção de infra-estruturas desportivas para usufruto da população.

A JCP defende e propõe:

- O reforço dos apoios do Estado à prática desportiva, pela via do apoio ao movimento associativo juvenil, desportivo, cultural e recreativo, com incidência também nas regiões autónomas, nomeadamente através do apoio às deslocações necessárias ao desenvolvimento das iniciativas de competição;

- O fim da dependência das verbas dedicadas ao desporto do volume de receita dos jogos de fortuna e azar da Santa Casa da Misericórdia;

- O verdadeiro compromisso do Estado com a Educação Física e o Desporto Escolar, através da recuperação e construção de uma verdadeira rede de infra-estruturas desportivas nas escolas públicas;

- A abrangência do pré-escolar, e todos os outros ciclos de ensino numa efectiva política de promoção do desporto escolar;

- A redução significativa ou extinção das taxas de utilização das infra-estruturas desportivas municipais;

- A criação de infra-estruturas, de meios técnicos e humanos apropriados tendo em vista o fomento do desporto de alta competição. Tal passa, também, pela regulamentação do Estatuto do Atleta de Alta Competição;

- Uma prática desportiva universal, gratuita, saudável e que promova valores humanos, como a fraternidade e a amizade, entre os praticantes.

2.24 Justiça

Devido às políticas seguidas pelos sucessivos governos, o acesso à justiça e ao sistema judicial está cada vez mais elitizado. Nos últimos 4 anos, fruto das políticas seguidas pelo Governo PS esta situação agravou-se.

Na justiça, o carácter de classe acentuou-se nos últimos anos, desprotegendo os direitos e interesses dos jovens e dos trabalhadores e favorecendo os donos do capital. O aumento das custas judiciais aliado à ausência de apoio judicial efectivo torna o acesso à justiça, para a grande maioria da população, devido a razões económicas (elevadas taxas e custas judiciais) mais difícil e muitas vezes inacessível.

Esta situação agrava o acesso à justiça por parte dos trabalhadores que ficam impossibilitados de defender os seus direitos, nomeadamente direitos laborais.

O acesso à justiça é cada vez menos democrático e não pode ser apenas para quem pode pagar.

A JCP defende e propõe:

- O desenvolvimento de um sistema de justiça, independente do poder político e económico, ao serviço dos trabalhadores, do povo e da juventude;

- A eliminação das custas e taxas judiciais e um apoio judicial efectivo;

- A garantia da concessão de protecção jurídica a todos os que careçam de meios são prioridades à realização do Estado de Direito democrático.

2.25 Liberdade e Direitos Democráticos

A democracia, o desenvolvimento e respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais são interdependentes e reforçam-se mutuamente. Logo as diversas vertentes do regime democrático possuem um carácter inseparável. Se existe uma violenta ofensiva contra a democracia social e a democracia económica a que a juventude, os trabalhadores e as populações reagem com luta, o poder económico e o poder político recorrem à repressão, à intimidação e à limitação da liberdade e dos direitos individuais e colectivos.

Não existem direitos económicos, sociais e culturais por contraposição aos direitos políticos. A democracia política e a luta pelas liberdades são indissociáveis da luta contra o capitalismo.

Os ataques dos sucessivos governos, nomeadamente do actual governo PS, à vertente política da nossa democracia acentuam a degradação das condições de exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e acentuam a degradação dos direitos económicos, sociais e culturais, frutos da luta e património colectivo do povo português, marcas do grande projecto libertador que emanou da

Revolução de Abril e consubstanciadas na Constituição da República. Projecto libertador que restituiu ao povo português e à juventude direitos que são inerentes à condição humana, direitos que são inalienáveis e imprescindíveis do caminho rumo à sua emancipação.

A prepotência, a repressão das críticas e dos protestos, a desvalorização de direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, têm sido imagens de marca da governação do PS. Um ataque politicamente dirigido e concertado entre as várias ferramentas do capital, sendo a questão muito mais do que jurídica, uma questão política que deriva de opções de classe daqueles que vêm na luta um perigo para a manutenção do seu poder, sendo a lei apenas um dos seus instrumentos.

Esta ofensiva concertada e necessária para a sobrevivência do capitalismo e da exploração é transversal a vários planos da vida da juventude, dos trabalhadores e do povo português.

No **Trabalho** a situação agrava-se em especial para os jovens trabalhadores, a camada mais afectada pelos vínculos de trabalho precários. O vínculo instável decorrente dessa situação limita grandemente o seu direito à sindicalização, à luta organizada e à opinião e desacordo com a entidade patronal que determina a renovação do seu contrato. Os jovens trabalhadores estão, desta forma, mais facilmente sujeitos a pressões e intimidações, algo já de si profundamente antidemocrático.

Logo surgem os «códigos de conduta», os contratos e até a polícia a interferirem no seu direito à sindicalização, à discussão e intervenção organizada no local de trabalho. São centenas os exemplos que podem ser dados que se colocam no limite da humilhação, desrespeito pela condição humana, pela liberdade de expressão e organização. Distribuições de propaganda, reuniões sindicais, manifestações, protestos e piquetes de greve impedidos sofrem muitas vezes o ataque e a repressão das entidades patronais, do governo e das forças de segurança, usando frequentemente a força. Mas apesar de todos os constrangimentos colocados à sua liberdade de lutar, os jovens trabalhadores continuam a dar provas de coragem nas condições mais adversas lutando pelo direito ao trabalho com direitos.

Com o actual ataque aos trabalhadores e a aprovação do Código do Trabalho, pretende-se a retirada ou a limitação dos direitos de organização e acção sindical, a repressão aos dirigentes e activistas sindicais, reprimidos através do medo, e é condicionado o direito à sindicalização e à greve. Pretende-se limitar a liberdade de resistir e lutar.

Na **Educação**, diminui-se e ataca-se a participação dos estudantes na determinação da política educativa nacional e da gestão das escolas nos seus vários espaços, cada vez menos democráticos.

No **Ensino Secundário e Básico**, com a figura do Director em substituição da gestão e discussão democrática, do estatuto do aluno e a sua vertente penalizadora subjectiva (aqui entenda-se protesto como mau comportamento sujeito a punição) ou do contínuo ataque ao papel das Associações de Estudantes dentro do sistema educativo, a sua própria

existência, os seus processos eleitorais e os entraves à sua actividade. A luta dos estudantes é também muitas vezes reprimida num ataque concertado entre Governo, Directores das escolas e forças de segurança. Ataques à liberdade de propaganda, reunião, manifestação e protesto são frequentes com entraves a sua realização ou impedimento pelo recurso à força, ao medo e à intimidação. Muitas vezes sofrendo consequências ao nível disciplinar na escola ou ao nível jurídico com dezenas de estudantes identificados em lutas estudantis ou mesmo a responder por processos por exercerem o seu direito a lutar. A resposta a tais ataques tem sido e tem que ser mais protesto, mais reuniões e mais propaganda e os estudantes comunistas têm estado e têm que estar na linha da frente da resposta firme a estes ataques através da unidade da luta dos estudantes.

Nas escolas de **Ensino Superior** com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, o Governo retira a voz dos estudantes da direcção das escolas, atribuindo-lhes um papel decorativo, enquanto coloca empresas a decidir o rumo da educação do país. Ao mesmo tempo, no contexto da brutal elitização do Ensino Superior do nosso país, o Governo destrói o amplo património de luta e união dos estudantes das AAEE, criando a figura do Provedor do Estudante, indivíduo que deve ser uma espécie de advogado do estudante mal tratado, sendo que as estruturas representativas dos estudantes que promovem a defesa dos seus direitos e da educação para todos, através de manifestações e protestos, não fazem falta a quem anda a privatizar a educação pública.

3. As Lutas da Juventude e o Movimento Juvenil

3.1 Movimento Juvenil

A juventude organiza-se naturalmente em torno dos seus direitos, aspirações e interesses, mas também em torno de questões que o pensamento dominante lhes impõe para desviar da luta e pleno acesso aos seus direitos.

Ao longo dos anos os jovens têm-se unido em torno de questões como a luta pela educação e o emprego, pela paz e a solidariedade entre os povos, pelo direito à cultura ou à habitação, entre outros, fazendo da juventude uma força social com potencial transformador. É através da capacidade de se unir e lutar que a juventude resiste às políticas de direita, alcança novos e importantes direitos e faz recuar vários ataques a conquistas históricas do povo português.

Nos últimos quatro anos, dezenas de milhares de estudantes saíram à rua, reivindicando e defendendo a Escola Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade conquistada com a Revolução de Abril. No Ensino Secundário, exigindo o fim dos exames nacionais e um mais justo acesso ao Ensino Superior, a implementação efectiva da Educação Sexual tal qual a lei a consagra, a melhoria das condições materiais e humanas, o fim da *Empresa Parque Escolar* (EPE) e da privatização. No Ensino Superior, lutando pelo fim das propinas e por mais investimento, contra o Processo de Bolonha e o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), por mais e melhor Acção Social Escolar. No Ensino Profissional, reivindicando o fim da revisão curricular assim como o fim das propinas e o maior investimento nas escolas públicas. Por todo o país os estudantes expressaram o seu desacordo contra estas medidas.

Durante os últimos quatro anos também os jovens trabalhadores protestaram contra as políticas de direita, contra o desemprego e os vínculos de trabalho precários, pelo aumento de salários e pelo alargamento do período de atribuição do subsídio de desemprego. Destaca-se o papel da juventude nas manifestações promovidas pela CGTP - IN contra o desemprego e a precariedade, bem como nas comemorações do dia 28 de Março, onde a Interjovem / CGTP - IN teve um papel fundamental.

As comemorações do 1º de Maio e do 25 de Abril contaram, desde o último Congresso, com a participação de largas centenas de jovens portugueses.

Com os sistemáticos ataques, por parte dos vários governos ao movimento juvenil, os jovens têm encontrado diversas formas de se organizar. No sentido de dar resposta às suas

aspirações e interesses, organizam-se em associações de estudantes e juvenis, em sindicatos, em grupos informais ou

formais no seio das escolas, das empresas ou das suas

freguesias.

3.1.1 Movimento Associativo Estudantil do Ensino Básico e Secundário

Os estudantes são uma forte camada da juventude, organizando-se de acordo com os seus gostos, necessidades e aspirações. O desenvolvimento do país e da democracia não se pode desligar da participação e esclarecimento dos jovens na vida activa. A participação dos estudantes na definição da política educativa é extremamente necessária para que esta seja verdadeiramente ligada à realidade, para que cumpra e corresponda às necessidades e anseios dos jovens.

A acção democrática das AAEE na educação e na vida escolar continuam a ser desvalorizadas por parte do Governo. O modo como a legislação é desfavorável às AAEE permite que existam hoje vastas tentativas de ingerência por parte dos Conselhos Gerais e principalmente por parte dos Directores, adoptando o governo uma postura passiva em relação a estes ataques, que se estendem igualmente às dificuldades financeiras de cada AAEE.

As AAEE são as legítimas representantes dos estudantes, como tal, devem ser um espaço no qual os estudantes comunistas devem participar de forma reivindicativa na resolução dos problemas concretos e gerais da escola, sendo por isso importante a dinamização de listas para as AAEE em unidade com outros estudantes.

Os grupos formais ou não formais têm aumentado cada vez mais nas escolas, abrangendo cada vez mais estudantes. A JCP valoriza a criação destes grupos pois estimulam a participação, intervenção e discussão dos estudantes nas várias áreas das escolas, reflectindo a sua criatividade e capacidade organizadora, indo precisamente contra o que os sucessivos governos querem fazer dos estudantes. O envolvimento dos comunistas nestes grupos é fundamental para estimular a unidade entre os estudantes, através da dinamização de actividades e de acções tendo em vista a resolução de problemas existentes na escola.

É importante que a JCP aprofunde a discussão e intervenção dos comunistas nos órgãos de escola, tendo em conta a importância destes espaços para a resolução dos problemas dos estudantes e o contributo que pode ser aqui dado para a construção de uma escola mais democrática. Os jovens comunistas devem também consciencializar os estudantes do verdadeiro papel e valor destes órgãos, para que estes lutem contra o seu desmantelamento, que os sucessivos

governos vêm tentando impor.

Desde o último Congresso realizaram-se três Encontros Nacionais de Associações de Estudantes do Secundário e Básico (ENAESB), envolvendo centenas de dirigentes associativos. Nestes encontros, para além de se eleger a Delegação Nacional de AAEE, denunciaram-se as políticas do governo para o sistema de Ensino e decidem-se formas de combatê-las. A Delegação Nacional, composta por várias AAEE do país, desenvolveu uma grande cooperação entre AAEE das várias regiões, contribuindo assim para a definição da luta no ENAESB. É de destacar o desenvolvimento, progresso e solidez da Delegação Nacional de AAEE, que tem vindo a aumentar ano após ano.

A Confederação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico (CONFNAESB), fortemente partidária, tinha como principal objectivo impedir a luta pelos direitos dos estudantes, impondo-se como uma direcção acima das AAEE. Esta confederação deixou de existir devido ao seu alinhamento com as políticas de direita dos últimos governos, contrastando com o crescente descontentamento dos estudantes e das suas associações, que não se reviam nas suas posições de tentativa de boicote e descrédito da luta.

A luta é um instrumento por direito dos estudantes e deve ser encarada como uma prioridade na intervenção dos comunistas nas escolas, que devem estar presentes em espaços de unidade com os estudantes.

Desde o último Congresso a luta avançou e intensificou-se, realizando-se grandes acções de luta envolvendo centenas de milhares de estudantes por todo o país, seja com acções de âmbito nacional, seja em torno de questões específicas das escolas. No ano lectivo de 06/07, realizaram-se três dias nacionais de luta envolvendo muitos milhares de estudantes. No ano lectivo de 07/08, a luta intensificou-se ainda mais levando à rua durante todo o ano mais de 30.000 estudantes, consistindo em três dias de luta e muitos outros momentos de protesto. No ano lectivo de 08/09, face à violenta ofensiva do governo PS contra a escola de Abril, a luta foi mais longe, alargando-se a mais estudantes e escolas e dando avanços na organização e expressão do Movimento Associativo Estudantil. A Luta, sempre com os estudantes comunistas na linha da frente, agitando as massas estudantis, aumentou ainda mais a sua expressão de massas levando à rua mais de 70.000 estudantes durante todo o ano lectivo. De destacar os três dias nacionais de luta deste ano lectivo: dia 5 de Novembro, com mais de 30.000 estudantes em protesto; o 4 de Dezembro de 2008; o dia 24 de Março com mais de 90 escolas em luta por todo o país e muitos outros momentos de protesto. Deu-se ainda ao longo do ano lectivo 08/09 e no presente 09/10, grandes avanços nas lutas em torno de questões específicas de cada escola, de uma forma criativa e consequente, trazendo algumas vitórias aos estudantes, que viram resolvidos os problemas pelos quais lutavam. Esta é a prova de que a luta organizada (no âmbito nacional ou de escola), a dinamização da sua

preparação e o envolvimento dos estudantes e do Movimento Associativo Estudantil, através das suas AAEE e da realização de Reuniões Gerais de Alunos, traz vitórias e é o caminho para a efectivação dos seus direitos e aspirações.

A JCP está solidária com as lutas dos estudantes e continuará na sua vanguarda, em luta por uma Educação Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade para todos, a Escola conquistada em Abril, pelo papel interveniente das AAEE na definição das políticas educativas, por uma avaliação contínua e justa, ou seja, contra os exames nacionais e a nota mínima de 9,5 valores, pela gratuidade dos manuais escolares, pela redução do número de alunos por turma, pelo fim dos *numerus clausus*, pela revogação do Estatuto do Aluno e o seu regime de faltas, pela revogação do regime de gestão das escolas, o fim das aulas de substituição, pela verdadeira efectivação da implementação da Educação Sexual nas escolas, por melhores condições materiais e humanas, pela legalização das AAEE.

3.1.2 Movimento Associativo Estudantil do Ensino Superior

As Associações de Estudantes (AAEE) assumem também no Ensino Superior um papel fundamental na organização do Movimento Associativo Estudantil (MAE) e na defesa dos direitos dos estudantes. No entanto, mesmo sendo as AAEE a sua forma de organização por excelência, os estudantes têm encontrado várias formas de se organizar e por isso, o Movimento Associativo Estudantil vai muito para além das AAEE. As comissões de ano, os núcleos de curso, os grupos informais e movimentos unitários, as tunas e grupos de teatro, por exemplo, têm vindo a adquirir uma importância crescente na vida das escolas e dos estudantes, estando centrados em áreas, interesses e problemas mais concretos.

O MAE faz, ainda, bem mais do que apenas o seu papel. Hoje, com os cortes no financiamento para o Ensino Superior e especificamente para a Acção Social Escolar, são as AAEE as principais dinamizadoras do Desporto Escolar e de um vasto leque de iniciativas culturais, como por exemplo as semanas académicas que envolvem milhares de estudantes, entre muitas outras actividades.

O Ensino Superior que temos hoje, com o grande ataque de que tem sido alvo, o aprofundamento da sua elitização e privatização, influencia também o próprio movimento associativo e as suas características. Os elevados custos suportados pelos estudantes, a sobrecarga de trabalhos, a limitação de possibilidades de avaliação, afasta cada vez mais estudantes do Ensino Superior e afasta a possibilidade da maioria dos estudantes terem uma participação activa e regular na vida académica, levando ao esvaziamento dos vários espaços do MAE e a uma maior abertura para a instrumentalização e partidarização do MAE por parte da direita. O PS e PSD, essencialmente, muito investem no MAE, no sentido de bloquearem e boicotarem o verdadeiro propósito das AAEE e de se servirem delas para seu próprio benefício como formação de rampas de lançamento para o

seu futuro de dirigentes desses partidos.

Este esvaziamento e partidização trouxe também consequências para os espaços de discussão inter-associativos, nomeadamente o Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA). A crescente partidização da direita leva a que hoje, o ENDA seja um espaço burocratizado, vazio de discussão acerca dos problemas dos estudantes, contrário ao espaço democrático que deveria ser. Exemplo disto é o funcionamento através de workshops, painéis de discussão que não permitem a todas as AAEE a participação na maioria da discussão, na qual acabam por não se rever, pois pouco se fala acerca dos reais problemas e preocupações dos estudantes. O ENDA é ainda um espaço cada vez mais instrumentalizado e em que as ingerências e limitações da discussão no MAE ganham espaço, como é exemplo o convite feito aos grupos parlamentares e ao Ministro Mariano Gago para estarem presentes numa reunião. É necessário defender este espaço de discussão inter-associativo, combatendo esta forma de funcionamento e todas as tentativas de federalização do ENDA e de outras estruturas associativas, afirmando a necessidade de um espaço mais amplo e democrático.

A luta dos estudantes do Ensino Superior, apesar de um declínio e abrandamento iniciais, tem vindo a crescer desde o 8º Congresso. Os estudantes sentem cada vez mais necessidade de lutar contra os ataques que lhes são desferidos, contra a retirada de direitos, e cada vez mais se organizam na luta contra a materialização, nas suas escolas e cursos, desses ataques ao Ensino Superior Público e para todos.

Para a dinamização da luta, os grupos ou movimentos unitários, têm-se assumido cada vez mais preponderantes, tendo em conta a instrumentalização das AAEE pela direita e o consequente bloqueio que protagonizam à defesa dos direitos dos estudantes e de um Ensino Superior diferente.

A luta contra as propinas continuou, contra os cortes orçamentais e o sub-financiamento; a luta contra o Processo de Bolonha, com a implementação do sistema de dois ciclos e os custos brutais das propinas para o 2º ciclo, mas também contra todas as consequências danosas que Bolonha trouxe, nomeadamente a nível pedagógico, com a falsa avaliação contínua, a sobrecarga de trabalhos, a sobreposição de horários de cadeiras, o fim de épocas de avaliação ...; a luta por mais e melhor Acção Social Escolar, contra os empréstimos, que obrigou já no ano de 2009 o Governo PS a aumentar as verbas para a ASE em 10%; os estudantes lutaram ainda contra o RJES, proposto e aprovado pelo PS, tentativa óbvia de privatização e machadada final no Ensino Superior Público, com várias implicações: luta contra a possibilidade de passagem das instituições a Fundação de Direito Privado e a entrega da gestão do E.S. a empresas e grandes grupos económicos, ao mesmo tempo que se retiraram estudantes dos órgãos de gestão, luta por órgãos de gestão em que estejam representados aqueles que são os principais visados, os estudantes, de forma igualitária e com paridade, luta por um Ensino Superior Democrático, luta

contra a ingerência e tentativas de impedimento de actividades ligadas à praxe e à tradição académica, luta contra a tentativa de substituição do papel das AAEE, através da figura do provedor do estudante.

São exemplos significativos da luta que os estudantes têm desenvolvido, a manifestação no dia 18 de Outubro de 2007 em Lisboa; o dia 16 de Abril de 2008 – Dia Nacional de Luta - em que mais de 1000 estudantes saíram à rua por todo o país; o dia 12 de Novembro, também Dia Nacional de Luta, em que se concentraram e manifestaram em várias cidades e escolas do país cerca de 2000 estudantes, tendo no mesmo dia mais de 500 estudantes das escolas de Lisboa protestado na Assembleia da República contra o vergonhoso Orçamento de Estado para o Ensino Superior que Mariano Gago apresentava ali mesmo; o dia 24 de Março de 2009 – Dia Nacional do Estudante – assinalado, também, por estudantes de todo o país com diversas iniciativas, como concentrações com centenas de estudantes em Coimbra e no Porto e manifestação pelas ruas de Lisboa; a grande manifestação com estudantes vindos de vários pontos do país que culminou numa grande acção de massas, com mais de 4 mil estudantes em Lisboa, primeira grande manifestação contra as políticas deste Governo PS.

Contribuíram para estas grandes acções a dinamização de lutas pelos problemas específicos de várias escolas que, contrariando a ideia de que os estudantes não querem lutar, potenciou a intensificação da mobilização dos estudantes.

São exemplo destas lutas em cada escola ou sítio, pela resolução de problemas muito específicos e concretos, a grande manifestação com mais de 2000 estudantes do Politécnico de Beja em Outubro de 2008, a concentração de cerca de 200 estudantes na FLUP, a concentração e manifestação na FLUL com cerca de 150 estudantes, por um outro Regime de Avaliação, a luta dos estudantes de Teatro e Artes Visuais em Évora por melhores condições materiais, ou a luta dos estudantes da FDUC pelo fim do regime de prescrições.

3.1.3 Movimento dos estudantes do Ensino Profissional

Os estudantes deste subsistema de ensino continuam com dificuldades em se organizarem e dinamizarem AAEE, dificultando assim a luta organizada. Para além dos entraves impostos por parte de direcções das escolas, a excessiva carga horária dos estudantes do ensino profissional é um outro entrave à formação de AAEE, ainda que muitos estudantes tenham consciência da sua importância. Apesar destas dificuldades e do movimento associativo do Ensino Profissional ser débil ou quase inexistente, os estudantes mobilizaram e organizaram protestos por todo o país contestando as medidas adoptadas pelos sucessivos Governos e exigindo ser ouvidos nestas matérias.

Exemplo disso são as acções de luta em escolas profissionais

de Sintra, Covilhã, Guimarães e Entroncamento, seja pela melhoria de condições materiais, os elevados custos de alimentação e transporte, o atraso de subsídios ou o pagamento de taxas.

A JCP, desde o primeiro momento, solidarizou-se com a justa luta e reivindicações dos estudantes do Ensino Profissional e defende que só com o reforço da organização e da luta dos estudantes se poderá travar, e inverter, a privatização e outros ataques a este subsistema.

É importante continuar a desenvolver esforços para que os estudantes se possam organizar nas suas AAEE, criando associações e dinamizando a sua actividade e intervenção em torno da defesa dos direitos dos estudantes - o estudante comunista tem, neste quadro, um papel importante na dinamização e reforço do movimento associativo do Ensino Profissional.

3.1.4 Movimento dos Jovens Trabalhadores

Têm sido muitas as razões para lutar, num clima de agravamento das condições de trabalho e de vida dos jovens, em que os direitos fundamentais são ameaçados constantemente pelo patronato e por quem está ao seu serviço. Sem a luta corajosa dos trabalhadores, os ataques contra os seus direitos estariam ainda mais avançados.

A juventude encerra em si mesmo um enorme potencial revolucionário. É na luta que a esperança se transforma em acção e compromisso, em que os trabalhadores, em particular a classe operária, se afirma como motor da luta de massas e em que os jovens trabalhadores, na luta organizada pelos seus direitos, expressam os mais solidários e justos valores.

A luta organizada é a única forma de defender e conquistar direitos, onde importa a juventude, para o presente e futuro, saber que exercer direitos é a melhor forma de os garantir.

A luta dos trabalhadores e em particular dos mais jovens, pela fragilidade a que estão sujeitos, é travada num quadro marcado pelo confronto com o processo de reestruturação geral das condições de exploração de mão-de-obra e pela desregulamentação das relações laborais. A este facto acrescenta-se uma forte ofensiva ideológica e um ataque às liberdades de organização e garantias do movimento sindical.

Não obstante estas dificuldades criadas pelo poder dominante, ao serviço da burguesia e do grande capital, os jovens trabalhadores têm sabido contribuir fortemente na luta geral dos trabalhadores, que se tem vindo a intensificar, contra as políticas de direita dos sucessivos governos.

Num quadro de agravamento da exploração, os últimos anos caracterizaram-se por uma intensa, profunda e alargada luta

da classe operária e dos trabalhadores, das maiores desde a Revolução de Abril, onde os jovens trabalhadores se destacaram, convergindo para importantes e expressivas acções de massas, como a Greve Geral de 30 de Maio de 2007, entre muitas outras, das quais se destacam as grandiosas manifestações nacionais de 12 de Outubro de 2006, 2 de Março de 2007, 18 de Outubro de 2007, 5 de Junho de 2008; a luta dos trabalhadores desempregados (Movimento Trabalhadores Desempregados), luta dos trabalhadores da CP, EMEF e REFER, luta dos trabalhadores da Administração Pública, luta dos trabalhadores dos CTT, luta dos trabalhadores da EMEL. Ainda a luta dos jovens enfermeiros, dos trabalhadores dos hipermercados, do Complexo Grunding, da Saint-Gobain Glass, da Inapal Plásticos, da Portucel- Setúbal, do Grupo Bosch, da Vedior, da OGMA, da Aerosoles, da Groundforce, da Iberlin, da TAP, dos restaurantes e bares do Aeroporto de Lisboa, da Vistion Portuguesa S.A., da Drinking S.A., da área dos serviços, das cantinas e refeitórios.

Merecem também destaque a grandiosas lutas do 25 de Abril e do 1º Maio.

Estas lutas, contribuíram decisivamente para a perda da maioria absoluta PS e são hoje fundamentais para o combate à continuidade das políticas de direita por parte do PS, que não revogou e faz uso do Código do Trabalho, prosseguindo o ataque aos trabalhadores.

É tarefa essencial dos comunistas desenvolver estas lutas e trazer os jovens trabalhadores à JCP e ao seu partido de classe, continuar e solidificar a intervenção da JCP nas empresas e locais de trabalho, potenciando pequenas e grandes lutas pelos direitos dos jovens trabalhadores.

No quadro do movimento sindical, registam-se entre Congressos da CGTP-IN (2004 a 2008) cerca de 168 mil 194 novas sindicalizações, das quais 44 mil 654 (26,5%) são jovens trabalhadores e 86 mil 156 (51,22%) são mulheres, afirmando e reforçando esta organização, o seu projecto reivindicativo e como este se organiza.

No entanto, verifica-se ainda a existência de um elevado número de jovens trabalhadores não sindicalizados, consequência das represálias resultantes dos boicotes à sindicalização por parte das entidades patronais, da repressão no local de trabalho, mas também de carência de contacto e apelo à sindicalização, que importa reforçar.

A CGTP-IN é a maior organização social de massas, que organiza e mobiliza os trabalhadores na luta em torno dos seus problemas profissionais e sociais, que tem uma área privilegiada de intervenção a partir das empresas e locais de trabalho. Tem, na sua intervenção, o objectivo de combater a grave crise económica e social, valorizando o sector produtivo, o emprego com direitos, os salários e a contratação colectiva, combatendo as desigualdades sociais. Destacamos a acção da Interjovem, organização sindical juvenil da CGTP-IN, cuja intervenção é direccionada para os

jovens, procurando responsabilizá-los, com o objectivo de envolvê-los na dinamização das acções reivindicativas. Foi neste sentido que a Interjovem/CGTP-IN realizou a sua 6ª Conferência, em Janeiro de 2009, reforçando a sua organização para uma maior intervenção, na vanguarda do esclarecimento, na luta em defesa dos direitos e na resolução dos seus problemas concretos.

A realização da Estafeta Contra a Precariedade que percorreu o país de Norte a Sul, recolheu mais de 50 000 postais como forma de protesto contra este grande flagelo social.

O 28 de Março (Dia Internacional da Juventude), tem sido assinalado com grandes acções de massas, nomeadamente manifestações nacionais em Lisboa que já contaram com a participação de mais de 30 000 jovens trabalhadores de todo o país nestes últimos três anos, ficando marcado pela luta contra a precariedade, o desemprego e os baixos salários. Todas estas acções têm dado um forte contributo para o reforço da CGTP-IN, das lutas da juventude e do movimento sindical de classe.

3.1.4.1. Bolseiros de Investigação Científica

Desde o ultimo Congresso, os Bolseiros de Investigação Científica e a sua luta organizada, nomeadamente através da ABIC, procuraram analisar a sua realidade, denunciar os problemas da sua condição profissional e avançar com propostas concretas e exequíveis para a sua resolução. A todas o Governo PS respondeu ora com indiferença, ora com considerações genéricas, nunca concretizadas, sobre a necessidade de introduzir ajustamentos nas políticas vigentes.

Perante este quadro, os bolseiros lutam pelos seus direitos. Foram muitas as formas encontradas para reivindicar melhores condições laborais e o cumprimento essencial do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos. Entre muitas iniciativas, destacam-se: as concentrações e acções de protesto como as ocorridas em 30 de Outubro de 2006, 18 de Junho de 2007 e 23 de Setembro de 2009 frente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) ou a Assembleia da Republica convocadas pela ABIC; a participação na Greve Geral de 30 de Maio de 2007 ou a integração nos desfiles do 1º de Maio de 2006, 2007, 2008 e 2009 de delegações da ABIC.

Durante todo este período a luta dos bolseiros contou sempre com a solidariedade da JCP e do PCP, tendo sido apresentadas diversas iniciativas na Assembleia da Republica no sentido da contractualização de todos os bolseiros com as suas instituições acolhedoras que não estejam em formação - bolseiros de projecto, bolseiros de gestão de ciência, bolseiros técnicos e bolseiros de doutoramento; da adequação na cobertura em matéria de segurança social; da actualização do valor das suas retribuições e da introdução do principio da actualização mensal do seu valor.

3.1.5 Movimento do Trabalhadores-Estudantes (TE's)

Todas as dificuldades sentidas pelos trabalhadores-estudantes devido aos ataques de que têm sido alvo, reflectem-se naturalmente no movimento associativo estudantil de TE's, no qual se continuam a verificar poucos avanços. Tal reflectiu-se também no facto da Federação Nacional de Associações de Trabalhadores-Estudantes (FNATES) ter deixado de ter actividade.

No entanto, é de valorizar várias acções realizadas por parte dos TE's, como por exemplo o abaixo-assinado dinamizado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a exigir a época especial de exames para TE's (a qual havia sido retirada), conseguindo-se deste modo manter a época para TE's naquele ano lectivo; ou o abaixo-assinado dos estudantes de Sociologia de ensino nocturno do ISCTE, pelo alargamento do horário dos serviços académicos e da biblioteca, que conseguiram igualmente alcançar vitória nestas reivindicações.

Importa assim potenciar e reforçar a luta dos TE's, no plano de reivindicações sobre questões mais gerais e específicas sentidas por estes jovens.

3.1.6 - Conselho Nacional de Juventude (CNJ)

Relativamente ao CNJ, plataforma do associativismo juvenil de carácter nacional fundada há mais de 20 anos e representante da juventude, a JCP sempre defendeu que fosse um verdadeiro instrumento de unidade juvenil. Assim como um espaço de intervenção nos problemas sentidos pelos jovens, de denúncia da política dos Governos que prejudicam a juventude, de consciencialização de outras organizações e da opinião pública. Uma plataforma de diálogo, debate de ideias e consensualização de posições entre organizações nacionais de juventude. É nesta perspectiva que se desenvolve a intervenção da JCP no CNJ, procurando sempre contribuir para o reforço do movimento juvenil e para a resolução dos problemas da juventude, o que tem prestigiado a JCP junto de outras organizações de juventude.

Esta forma de intervir, natural pela organização que somos, assume particular importância num quadro em que alguns defendem um CNJ acima da luta política, desligado dos principais problemas que a juventude sente. Assim como pelo facto do CNJ continuar a assumir-se como um órgão conivente com a política dos Governos nas áreas ligadas à juventude. Tal é visível pelo tratamento de alguns temas apresentados nos planos de actividades, discussões nas comissões de trabalho e nas próprias Assembleias Gerais ou em várias tomadas de posição. Também se verifica na sua

acção o pouco envolvimento das organizações nas actividades, o não cumprimento de várias acções inseridas no plano de actividades e por vezes na própria discussão. A direcção do CNJ alterou-se desde o último Congresso, mas este conjunto de problemas continua a verificar-se. A JCP sempre contribuiu para o melhor funcionamento do CNJ, nomeadamente alertando para a necessidade de uma maior regularidade das Assembleias Gerais, exigindo o cumprimento do plano de actividades e envolvimento de organizações, uma maior articulação entre o CNJ com as suas representações externas, ou o apelo ao empenho das organizações pelo reconhecimento do Estatuto Jurídico do CNJ.

3.1.7 Associativismo Juvenil de Base Local

As associações cumprem um importante papel na nossa sociedade, sejam as de âmbito nacional, sejam as que se constituem e intervêm em meios mais pequenos.

Com a falta de uma verdadeira política de juventude, que dê resposta aos seus anseios e interesses, são as associações que acabam por cumprir este papel.

As associações crescem a partir da necessidade dos jovens se organizarem, participarem e intervirem em torno de diferentes interesses, gostos e vontades, sempre em busca da felicidade. Estas são também uma escola de aprendizagem de vida colectiva, de cooperação, de solidariedade, de generosidade, de humanismo e cidadania.

Em Portugal, são milhões os jovens que, em milhares de associações um pouco por todo o país, da mais pequena localidade às maiores cidades, em associações ou em grupos informais de jovens, dão um enorme e generoso contributo, na maior parte das vezes voluntariamente, criando e organizando actividades que dão resposta a várias questões como a educação, o desporto, o emprego, a paz, a música, o ambiente, o convívio, a cultura ou a luta contra o racismo e xenofobia

No entanto, são cada vez mais as dificuldades e imposições feitas às Associações Juvenis. As associações continuam a lutar contra a Lei do Associativismo Jovem de 2006, que apenas serviu para agravar a falta de financiamento e outros apoios por parte do Estado e tornar os processos mais burocráticos, exigindo que o Governo cumpra o dever.

Realizou-se no ano de 2007, em Lisboa, o 9º Encontro Nacional de Associações Juvenis de Base Local (ENAJ) e em 2009 o 10º ENAJ, promovidos pela Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ).

3.1.8 Encontro Nacional de Juventude (ENJ)

O ENJ foi, nas suas primeiras edições, uma iniciativa essencial para o movimento associativo de base local, como

espaço de participação na definição de políticas de juventude, um local de discussão das várias reivindicações das diversas expressões do movimento juvenil.

À semelhança de anteriores ENJ's – particularmente a partir do 8º, em 2001 – o 10º e o 11º ENJ, realizados em 2006 em Santo Tirso e em 2009 em Braga, respectivamente, prosseguiram os graves retrocessos no movimento do ENJ's.

Ao invés de uma discussão conjunta, inter-associativa do que devia ser, em todos os aspectos, o ENJ, este é apresentado ao movimento associativo juvenil de base local – que deveria ser o motor desta iniciativa – como uma iniciativa já preparada, apenas para os jovens irem. Mais uma vez, a direcção do CNJ, com um outro parceiro, assumiu por inteiro a organização, bem como a definição dos temas a serem abordados, bem longe das reais necessidades do MAJBL e das reais reivindicações e direitos da Juventude.

Para a JCP, um ENJ, verdadeiramente organizado pelas associações juvenis, que discuta os reais problemas e reivindicações da juventude e das suas organizações, continua a ser uma necessidade no seio do movimento juvenil português.

Assim, a JCP deve continuar a intervir para a revitalização do movimento dos ENJ's onde todas as expressões do movimento associativo juvenil possam participar, como espaço de discussão democrática e de reivindicação.

3.1.9 Outras formas de participação juvenil

A participação política juvenil não se esgota nos momentos eleitorais, apesar destas serem uma importante dimensão desta participação.

Assim como também não participam apenas em associações juvenis. A participação política dos jovens é muito rica e diversa e é um sinal de que os jovens participam nos assuntos e dimensões da vida que lhe dizem respeito. O movimento associativo não formal tem vindo a assumir cada vez maior protagonismo. A juventude move-se por gostos e interesses bastante diversificados, de forma espontânea ou mais organizada. As bandas de garagem, a arte urbana (de que o *graffiti* é exemplo), os grupos de apoio aos clubes desportivos e as dinâmicas criadas em torno de questões pontuais (de que a luta pelo direito à habitação é exemplo) que afectam sobretudo a juventude, são formas de participação importantes. Estes espaços não são de forma nenhuma "vazios" de conteúdo político, antes porém a grande maioria deles são reflexo do descontentamento sentido em relação às consequências das políticas de direita e do imperialismo, descontentamento este, possível de se verificar na letra de uma música ou no desenho de uma parede.

A realidade social na qual intervêm a juventude e a complexidade da sua intervenção torna impossível uma

caracterização de todos os fenómenos nos quais os jovens se envolvem.

3.1.10 As Juventudes Partidárias

As juventudes partidárias são em si uma importante expressão do movimento juvenil, mas também pelo facto de influenciarem as suas várias expressões.

As juventudes dos partidos com responsabilidades na política de direita nos últimos anos, mantêm a postura de desresponsabilizar-se a si e aos seus partidos das consequências das suas políticas.

No geral, excepção feita à JCP e à Ecolojovem – com um trabalho positivo não só no ambiente, mas também nas questões mais gerais que afectam a juventude – o objectivo dos partidos para o seu trabalho junto da juventude é tentar desviar as atenções dos reais problemas dos jovens, centrando a sua acção, essencialmente mediática, em questões laterais no que respeita à juventude.

Embora tentem transparecer pequenas diferenças em relação aos seus partidos, as organizações juvenis destes partidos têm, no essencial, os mesmos interesses e a mesma linha política.

A análise e aprofundamento do conhecimento sobre o posicionamento das várias juventudes partidárias no desenvolvimento da luta, da influência e organização que possuem, é um elemento importante para a análise da correlação de forças no seio do movimento juvenil.

3.2 Intervir para um movimento juvenil mais forte e reivindicativo

O movimento juvenil tem sido alvo de severos ataques que inclusivamente se têm vindo a agravar nos últimos anos. Contudo, atento, tem assumido um papel activo na dinamização da luta pela resolução dos seus problemas concretos.

A ligação da JCP ao movimento juvenil, que se tem mostrado forte e consequente, deve ser encarada como tarefa diária e quotidiana. Só através do fortalecimento do conhecimento da realidade dos problemas da juventude, é que se pode estar efectivamente na vanguarda da luta do movimento juvenil. É através dele que conhecemos de forma aprofundada os problemas que afectam a juventude, e é com ele que transformamos o descontentamento em luta!

É então fundamental aprofundar a ligação dos comunistas ao movimento juvenil, seja no plano das associações juvenis, seja no plano de grupos informais, que se organizam por objectivos concretos e pela resolução de problemas específicos, no sentido de estabelecer contacto com o maior número de jovens e ter um papel fundamental na

organização da luta consequente pelos vários problemas que afectam a juventude e pela defesa dos seus direitos.

Intensificar a intervenção no movimento juvenil nas suas diversas expressões, é então a garantia para que este seja cada vez mais forte e reivindicativo, mais capaz de atingir vitórias na resolução dos seus problemas, e de contribuir num plano mais geral, para a transformação da sociedade.

3.3 Intervenção nas batalhas eleitorais

Por razões inerentes à génese da democracia burguesa, a participação juvenil nos processos eleitorais – apesar de não existirem dados concretos para além do que respeita às mesas de novos eleitores - revela aspectos preocupantes. Elementos da nossa intervenção apontam para a ideia de níveis de abstenção consideráveis, à imagem do quadro geral - desde o último Congresso, dos 6 actos eleitorais realizados registou-se uma abstenção média de 45%.

À imagem do modelo de democracia avançada que preconizamos, e pela qual lutamos, também a intervenção e objectivos próprios da JCP se centram no combate diário e organizado pelo aumento da consciencialização política da juventude na dinamização da sua luta, não se circunscrevendo a actos eleitorais.

A participação da JCP, no quadro da JCDU, juntamente com a Ecolojovem e muitos independentes, é de grande importância visto que nas campanhas eleitorais se privilegia o contacto directo com os jovens, quer nos locais de trabalho, quer nas escolas ou noutros locais de concentração juvenil, potenciando o reforço do prestígio, da influência, e reforço da organização, bem como o reforço eleitoral da CDU.

A participação da JCDU nos três actos eleitorais que tiveram lugar no ano de 2009, para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da Republica e para os órgãos de poder local, constituiu um importante contributo para os positivos resultados conquistados pela CDU. Numa campanha em que se assistiu a um profundo ataque e silenciamento da CDU, o envolvimento de muitos milhares de jovens num conjunto bastante alargado e diverso de iniciativas, permitiu a afirmação das suas propostas, bem como a denuncia das políticas de direita levadas a cabo pelos sucessivos governos PS, PSD (com ou sem o CDS - PP). Os resultados obtidos, traduzindo-se no aumento geral de votos na CDU, representam o crescente reconhecimento por parte da juventude, dos trabalhadores e do povo das suas propostas e projecto.

É preciso desenvolver o sentido dialéctico entre a acção de massas, acção institucional e a intervenção da Organização, utilizando os pedidos de esclarecimentos, requerimentos e potenciando o encontro dos nossos deputados com as

diversas realidades juvenis, nas Assembleias e Executivos de Freguesia, nas Assembleias e Executivos Municipais, na AR, no Parlamento Europeu, articulando a luta de massas com a intervenção institucional; fomentando uma maior articulação dos jovens eleitos da CDU e preparando com eles a sua acção e intervenção nas questões e problemas da juventude.

caracteriza-se também pelo seu papel na dinamização do

4. Organização

4.1 A base teórica da JCP – o Marxismo-Leninismo

Assistimos hoje a um aprofundamento das contradições do capitalismo. Este sistema não só não resolve os problemas da juventude como os agrava de dia para dia.

Assistimos hoje a um aprofundamento das contradições do capitalismo. Este sistema não só não resolve os problemas da juventude como os agrava de dia para dia.

A JCP, como a organização revolucionária da juventude, assume-se como a única organização juvenil que contraria este actual sistema e que dá resposta à dinamização da luta pelas reais aspirações dos jovens

Agimos para uma real transformação da sociedade, assentando a nossa base teórica no Marxismo-Leninismo, instrumento de análise da realidade. O Marxismo-Leninismo é um sistema anti dogmático que se actualiza, enriquece e renova com as experiências da vida. Longe de ser um sistema fechado, nós comunista vemo-lo como algo que está sempre presente na nossa acção, sempre em constante transformação.

A JCP, assume assim a sua base teórica como um instrumento fundamental para a sua acção junto dos jovens, rumo a uma sociedade mais justa, rumo ao socialismo, rumo ao comunismo.

A estrutura orgânica e o funcionamento interno da JCP baseiam-se no desenvolvimento criativo dos princípios do centralismo democrático, assumindo assim uma profunda democracia interna, baseada na opinião colectiva, uma orientação geral única e uma direcção central única.

4.2 O papel da JCP e do PCP na sociedade

Desde sempre os comunistas portugueses afirmam-se como uma força fundamental na luta pela liberdade e emancipação do seu povo.

Uma luta que destaca o PCP como único, sólido e grande Partido nacional efectivamente ao serviço do povo e dos trabalhadores. Luta incessante e permanente pelos mais básicos direitos e que tem como objectivo final a construção do Socialismo e do Comunismo em Portugal.

Esta luta diária vai muito além da afirmação própria do PCP enquanto organização com projecto para a sociedade portuguesa. A influência dos comunistas e do seu Partido,

trabalho unitário nas mais variadas associações, movimentos, colectividades, sindicatos e outras organizações. O empenho dos comunistas na dinamização da luta pelas justas reivindicações dos trabalhadores e de outras camadas da sociedade foi, é, e será sempre fundamental para a melhoria das condições de vida das populações, para a consolidação dos direitos dos trabalhadores e da democracia.

O trabalho com os mais variados sectores da sociedade, o empenho no trabalho unitário e para a unidade na luta, no exercício democrático do poder, o nunca virar costas às dificuldades e o prestígio junto dos trabalhadores, são um património inegável dos comunistas, que nos permite encarar o futuro com confiança.

É o trabalho e a luta diária nos mais variados locais e situações, com a condenação das injustiças e com a apresentação de soluções, que determinam que a JCP tenha um papel activo e fundamental na defesa e na conquista dos direitos dos jovens e na sociedade.

Uma luta travada na rua, nos locais de trabalho mas também nas instituições de poder. Na AR o PCP tem dado um contributo fundamental para a denúncia e apresentação dos problemas e das aspirações do povo e dos jovens bem como para a sua efectiva resolução. No Poder Local, onde os comunistas têm um incomparável e reconhecido capital de experiência, o PCP dá um contributo fundamental para a resolução dos problemas e para a melhoria de vida das populações.

4.3 O Projecto da JCP e do PCP

Preconizando um ideal novo e transformador, a JCP e o PCP assumem-se como força transformadora da sociedade, com o objectivo de concretizar o seu projecto revolucionário e emancipador.

O PCP e a JCP propõem ao povo português a construção de uma sociedade nova, liberta da exploração do Homem pelo Homem, da opressão, das discriminações, desigualdades, injustiças e flagelos sociais do capitalismo a construção de uma democracia avançada, no caminho do socialismo e do comunismo, sociedade baseada na democracia política, económica, social e cultural e na intervenção criativa e transformadora das massas populares.

Um projecto que pela ruptura que preconiza com o capitalismo, pela perspectiva da construção de um futuro

melhor e mais justo tem uma enorme capacidade de atracção junto de amplas camadas juvenis como se comprova pelo elevado nível de adesão de jovens à JCP e ao Partido.

Os jovens portugueses encontram na JCP um instrumento fundamental para a luta contra a exploração, a opressão e a guerra. Lutam pela sociedade da liberdade humana, da paz, da solidariedade e do respeito entre os povos de todo o Mundo. É esta a sociedade que garante aos jovens portugueses a sua realização pessoal e profissional, a sua participação activa na sociedade, o respeito e o aprofundamento dos seus direitos políticos, económicos, sociais e culturais. Este é o nosso projecto. Lutamos com a juventude portuguesa:

- Por uma educação pública, gratuita e de qualidade;
- Pelo direito ao emprego com direitos;
- Pelo direito a salários dignos;
- Pelo direito à habitação;
- Pelo direito à fruição e criação culturais e à prática desportiva;
- Pelo apoio ao desenvolvimento do movimento associativo juvenil;
- Pelo direito a uma vida sexual feliz e consciente;
- Pelo direito à integração e igualdade dos jovens imigrantes;
- Por uma vida digna, com a prevenção da toxicoddependência, o combate à miséria e à marginalidade juvenil;
- Pelo direito ao acesso gratuito de cuidados de saúde;
- Pela defesa e preservação do meio ambiente.

4.4 JCP – Organização que se reforça na Luta

A transformação da sociedade só é possível com a Luta organizada. Por isso ao longo de toda a história, e na actualidade, os comunistas intervêm, organizados, em defesa de direitos e interesses da juventude e do povo.

As acções que desenvolvemos diariamente, tais como, a dinamização da luta, e do movimento **juvenil**, potenciam a intervenção de todos militantes, que devem sempre contribuir, organizando a luta, conseqüente: analisando sempre os problemas e soluções, tendo em conta as políticas dos governos e, as repostas necessárias para a juventude e o povo. Normalmente, todos os problemas, mesmo os mais pequenos problemas são, por norma, conseqüência de alguma política. Também por isso os comunistas lutam organizadamente, em relação a todo e qualquer problema, mesmo quando, à primeira vista, este parece ter menos importância;

A grande ligação da JCP à massa juvenil é conseqüência da nossa intervenção permanente, que nos permite afirmar como vanguarda da juventude. É o nosso estilo de trabalho que nos permite ouvir e discutir, aprender e esclarecer. E é

este envolvimento e trabalho, na vida e no dia-a-dia, que nos permitem conhecer os desejos e aspirações da juventude.

O trabalho que fazemos para o reforço da luta, é fundamental para reforçar a JCP. E, este reforço da JCP contribui para o reforço da luta. O desenvolvimento destas frentes de trabalho é de extrema importância, pois a luta e a organização reforçam-se e desenvolvem-se passo a passo, em profunda ligação. Por isso o trabalho da JCP e a continuação desta forma de trabalho são essenciais para a transformação da sociedade.

4.5 Organização e Intervenção própria da JCP

Os comunistas e a sua organização revolucionária existem para transformar a realidade onde se inserem. O trabalho de intervenção e organização da JCP deve ser encarado como um meio de reforço e dinamização da luta dos jovens, elevando a sua consciência política e reforçando a influência dos valores comunistas entre a juventude. Assim, e tendo em conta as mais diversas realidades, existem linhas de trabalho comuns a toda a estrutura da JCP: nomeadamente o conhecimento e discussão sobre os problemas e aspirações reais que afectam os jovens em cada local e a conseqüente intervenção sobre os mesmos; a definição de prioridades e necessária concentração de meios e energias adequadas para lhes dar resposta, a adaptação à realidade juvenil nas formas de intervenção e relacionamento; a prioridade à acção política.

4.5.1 Estilos de trabalho na JCP

A JCP assume as características específicas de uma organização juvenil e revolucionária, onde se reflecte no trabalho diário as constantes alterações de vida da juventude face à escola, trabalho ou local de residência. Apesar desta dificuldade, é característica da nossa organização o amplo envolvimento dos activistas nas tarefas, a rápida responsabilização de novos militantes, a grande disponibilidade que um elevado número de camaradas tem para as tarefas, a compreensão alargada sobre o funcionamento democrático da JCP e do Partido, a estreita e natural relação com os militantes do Partido, a forma aberta e natural no contacto, aproximação e recrutamento de outros jovens. É reconhecido também no dia-a-dia a camaradagem, a alegria e a solidariedade no trabalho como elementos importantes para o aprofundamento do trabalho colectivo.

Apesar disto, existem elementos no trabalho que é necessário continuar a melhorar e aprofundar como: a regularidade com que militantes, colectivos e organismos assumem as suas tarefas; a pontualidade nas reuniões, iniciativas e tarefas; o trabalho organizado e planificado (nomeadamente o controlo de execução); o regular contacto

com todos os militantes; o carácter mais popular e de massas da organização; a real compreensão e tradução na prática da conduta e exemplo de cada militante de acordo com o ideal comunista.

4.5.2 Os colectivos de base

A JCP considera que o espaço fundamental para a intervenção dos militantes deve ser aquele em que mais profundamente se desenrola a luta de classes, no caso dos jovens trabalhadores, ou uma expressão dela, no caso dos estudantes. Daí que a prioridade dos militantes da JCP é que se organizem de acordo com o seu local de trabalho ou estudo, respectivamente. É aí que tomam o primeiro contacto com a intervenção sobre os problemas concretos de cada espaço e com a luta organizada. A necessidade de intervenção da JCP onde se sentem directamente os problemas que afectam a juventude, conduz necessariamente à organização dos jovens comunistas em colectivos de escola e local de trabalho. Os colectivos de base são, assim, a forma de organização da JCP que mais directamente está ligada à juventude e podem assumir diversas expressões, de forma a dar resposta às várias situações concretas que se apresentam em cada local.

Assim, é indispensável que os colectivos de base debatam os principais problemas locais e nacionais e encontrem as melhores formas de lhes dar resposta, estreitando a ligação da JCP com os jovens, definam a sua própria orientação e intervenção de acordo com a orientação geral da JCP e contribuam também para a aplicação desta. Desta forma, os colectivos de base podem abrir-se à participação de jovens não militantes.

4.5.3 As Organizações Regionais

As Organizações Regionais da JCP têm como função essencial organizar os jovens comunistas para a intervenção, acção política e dinamização da luta nas regiões. O funcionamento das Organizações Regionais deve reflectir a diversidade de formas de organização dos colectivos de base, valorizando as ricas e diversas experiências e soluções encontradas para o enquadramento harmonioso e coordenado das várias frentes de intervenção.

Desde o 8º Congresso da JCP que se realizaram uma série de Encontros Regionais que contribuíram para reforçar as organizações, o seu trabalho de articulação, aprofundar o conhecimento sobre questões diversificadas ligadas à vida dos jovens nas regiões e apontar soluções e traçar linhas de trabalho que se adequassem à realidade local dos jovens e da organização. Elegeram-se também os organismos de direcção que procuraram reflectir a realidade dos activistas das organizações e a ligação às mais variadas áreas de intervenção, concelhos, organizações autónomas e colectivos.

É necessário continuar a elevar a capacidade de realização

própria das organizações regionais, a dinâmica de intervenção e luta contribuindo para o aumento e reforço das lutas concretas e locais, potenciar a maior participação de mais militantes e outros jovens, rentabilizando motivações, energias e meios.

4.5.4 A acção e intervenção da JCP junto dos Jovens Trabalhadores – tarefa de toda a organização

O fortalecimento orgânico da JCP junto dos jovens trabalhadores, nomeadamente de jovens operários, é fundamental para um maior conhecimento e intervenção nesta área, e determinante para o fortalecimento do carácter de classe da JCP. A acção da JCP dirigida aos jovens trabalhadores assenta na organização e intervenção nas empresas, nos locais de trabalho e nos sectores profissionais.

Desde do 8º Congresso que se continuou o trabalho de reforço da organização e de intervenção junto dos jovens trabalhadores. Havendo alguma disparidade de região para região deram-se avanços na criação de colectivos, na dinamização de uma maior actividade própria, na denuncia de problemas concretos dos locais de trabalho com boletins de colectivos, campanhas nacionais e regionais junto da juventude trabalhadora, na organização dos jovens comunistas nos seus locais de trabalho e na articulação do trabalho com o Partido nas empresas. Houve também avanços na regularização do contacto com os camaradas jovens trabalhadores e a sua responsabilização nesta frente de trabalho.

Ao longo dos últimos quatro anos houve necessidades de intervenção e dinamização das grandes lutas dos trabalhadores que se realizaram, que levaram ao reforço de intervenção e organização dos jovens comunistas nos locais de trabalho, assim como o contributo para o reforço do movimento sindical de classe.

Face à realidade vivida pela juventude trabalhadora de instabilidade no emprego, a precariedade, o desemprego e horários desregulados, existem hoje dificuldades de organização dos jovens trabalhadores que necessitam de ser ultrapassados com a definição de linhas de trabalho e prioridades de acção e locais de trabalho nas regiões, um trabalho mais direccionado para o recrutamento e intensificação da presença da JCP e do Partido nas empresas.

É necessário um maior envolvimento de quadros jovens trabalhadores e sua responsabilização por esta frente de trabalho nas regiões.

4.5.4.1 A Comissão Nacional para as Questões da Juventude Trabalhadora

A Comissão Nacional para as questões da juventude trabalhadora é fundamentalmente um espaço onde se discutem as diferentes realidades e problemas que afectam os jovens trabalhadores e contribui para uma melhor intervenção da JCP, para um melhor conhecimento da realidade laboral e para a definição de linhas de trabalho.

Esta comissão em nada substitui o papel fundamental dos colectivos de empresa e a sua intervenção; bem pelo contrário, contribui para um melhor conhecimento da realidade dos jovens no mundo do trabalho. Desde o último Congresso que houve recuos e avanços na regularidade das reuniões, o que se torna necessário dar mais atenção ao seu funcionamento. Quanto à participação destas reuniões, continuou-se a registar a diversidade de sectores presentes, facto de grande importância para o avanço do trabalho. Foi também positiva a participação de forma pontual de alguns membros da Comissão Política da DN e quadros com tarefas sindicais.

No reforço do conhecimento e intervenção da JCP nesta área, esta comissão assume especial importância, tendo como

objectivo:

- O contacto regular com os jovens trabalhadores;
- A criação e dinamização de colectivos de empresa e/ou de local de trabalho da JCP;
- Envolver quadros jovens trabalhadores na dinamização e desenvolvimento desta frente de trabalho e para a afirmação da JCP e do PCP junto dos jovens nos seus locais de trabalho;
- Dinamizar a luta dos jovens trabalhadores;
- Afirmar as propostas e intervenção da JCP e do PCP;
- Divulgar o AGIT, o Proletário, o Avante! e o Militante junto dos jovens trabalhadores.

Desta forma, a Comissão Nacional para as questões da juventude trabalhadora deve:

- Ser constituída por camaradas que intervenham nesta fundamental frente de trabalho e procurar reforçar a sua composição e participação com o maior número de camaradas, bem como reforçar uma maior regularidade de reuniões;
- Aprofundar a análise e conhecimento da situação política do mundo do trabalho e a situação social da juventude trabalhadora;
- Dinamizar a discussão sobre as questões laborais e contribuir para a definição de linhas de orientação e intervenção da JCP nesta área;
- Reforçar a dinamização da intervenção dos jovens

comunistas no seu local de trabalho e no movimento sindical;

- Dinamizar a discussão destas questões nas organizações da JCP, procurando aprofundar o conhecimento da realidade nas organizações regionais. Promover a discussão dos problemas da juventude trabalhadora nas comissões regionais da JCP e dinamizar actividades de informação, esclarecimento e de convívio junto dos jovens trabalhadores nas organizações.

4.5.4.2 Colectivos de empresa

A criação de colectivos de empresa, apesar de existirem experiências positivas, devem merecer ainda mais a atenção necessária por parte da organização. Os colectivos da JCP nas empresas, locais de trabalho e sectores profissionais não se contrapõem à célula do Partido, nem a substituem; têm um campo e uma acção bem definida, completando a acção e intervenção da célula do Partido, mobilizando e organizando os jovens trabalhadores na luta pelas suas aspirações e reivindicações específicas, esclarecendo-os, mobilizando-os para a luta mais geral dos trabalhadores.

É nos colectivos de empresa que residem as nossas maiores dificuldades de intervenção, mas ao mesmo tempo onde existem as maiores potencialidades. Existem alguns exemplos positivos no nosso trabalho. A criação destes colectivos é o objectivo prioritário no que toca ao fortalecimento da organização e à sua ligação efectiva aos jovens trabalhadores, seus anseios e problemas.

Devido à especificidade de alguns sectores profissionais (por exemplo: área do comércio e serviços) devemos encontrar as soluções orgânicas mais adequadas, nomeadamente organizando estes trabalhadores por sectores, bem como o fortalecimento do movimento sindical.

Todo este trabalho deve ser articulado com o Partido, nomeadamente junto das suas células de empresa.

4.5.5 As Organizações Autónomas da JCP

A Organização do Ensino Secundário (OESec) e Organização do Ensino Superior (OESup) são organizações de âmbito nacional, constituídas pelos estudantes comunistas que desenvolvem fundamentalmente a sua actividade nas suas escolas.

Estas organizações possuem estruturas próprias com organismos de direcção próprios e têm como principal competência a definição e acompanhamento das linhas de orientação para a intervenção dos jovens comunistas e para a actividade da JCP nestas frentes de trabalho.

4.5.5.1 A Organização do Ensino Secundário da JCP

A OESec actua no quadro da especificidade da realidade nas escolas do Ensino Básico e Secundário, assim como da necessidade de intervenção específica da JCP nesta área da educação em prol da defesa dos estudantes. A OESec é uma organização autónoma, de carácter nacional e com estrutura e direcção próprias.

O órgão máximo de direcção da OESec é o Encontro Nacional do Ensino Secundário (ENES). Aí são definidas as grandes linhas orientadoras para a actividade da JCP no Ensino Secundário e é também eleita a Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES).

A OESec tem órgãos de direcção próprios com o objectivo de definir as orientações gerais para todos os aspectos da actividade e organização da JCP no Ensino Secundário. Os colectivos de escola contribuem para uma maior proximidade dos estudantes e do conhecimento dos seus problemas e aspirações. Muita da actividade da OESec depende, assim, do reforço dos colectivos e da sua intervenção nas escolas.

O trabalho da OESec mostra claramente que do desenvolvimento da intervenção e da acção política junto dos estudantes do Ensino Secundário resulta de forma dialéctica o reforço da organização. Desde do último congresso houve avanços e recuos na dinamização dos colectivos de escola e criação de novos, sendo que o reforço da organização tem demonstrado que também contribui para o reforço da luta nas escolas.

É necessário dar atenção ao recrutamento de novos militantes nas escolas e a sua responsabilização para as mais variadas tarefas dentro do colectivo, o que contribui para o rejuvenescimento dos colectivos e assim como reforçar e manter a sua actividade. Para além disso, deve ser fomentada a intervenção e actividade própria dos colectivos, a edição de boletins e panfletos sobre problemas concretos, a divulgação e venda da imprensa partidária, a cobrança regular de quotas e a participação no movimento associativo estudantil, potenciando as experiencias positivas que tem havido nas mais amplas tarefas.

4.5.5.2 A organização do Ensino Superior da JCP

A OESup é, no quadro da orientação geral da JCP, uma organização autónoma, de âmbito nacional e com estruturas de direcção próprias. O órgão máximo de direcção da OESup é a Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES). Aí são definidas as grandes linhas orientadoras para a actividade da JCP no Ensino Superior e é eleita a Direcção Central do Ensino Superior (DCES).

Os colectivos de escola, faculdade, departamento, pólo ou universidade são o elemento fundamental de ligação à realidade dos estudantes do Ensino Superior, de aprofundamento do conhecimento dos problemas concretos e intervenção sobre eles. A influência da JCP junto dos

estudantes do Ensino Superior está directamente ligada ao incremento da intervenção dos estudantes comunistas nas escolas. Assim, o reforço da organização, da afirmação das nossas propostas e análises, bem como da intervenção nas escolas e no movimento associativo são condições essenciais para o aumento desta influencia.

A criação e dinamização de colectivos são a única forma eficaz e consequente de intervenção nas escolas do Ensino Superior. São eles que permitem a intervenção organizada no sentido da resolução dos problemas de cada escola e da dinamização da luta por melhores condições de ensino.

Os colectivos de escola da OESup são espaços de formação e enquadramento dos militantes da JCP estudantes do ensino superior, de discussão de debate político e ideológico, de convívio e de definição de linhas de trabalho.

É necessário continuar a reforçar os colectivos com mais recrutamentos e aprofundar a sua intervenção própria com boletins concretos (linha de trabalho que tem sido reforçada), iniciativas diversificadas, divulgação do AGIT e do Avante! (onde se tem registado experiencias muito positivas) e tornar a JCP mais presente junto dos estudantes do ensino superior com mais afirmação das nossas propostas e análises e na denúncia dos problemas concretos dos estudantes.

Verificam-se alguns avanços na intervenção junto dos estudantes do Ensino Politécnico mas, que apesar disso, ainda é insuficiente. Quanto ao Ensino Superior Privado, a organização continua a ser muito incipiente.

Registam-se muitas insuficiências no desenvolvimento da intervenção ao nível do movimento estudantil, que é necessário colmatar. Tem-se dado avanço na definição de linhas de trabalho de intervenção dos estudantes comunistas na dinamização e participação em movimentos unitários, núcleos de estudantes, associações de estudantes, associações académicas, órgãos de gestão das escolas.

4.5.6 A intervenção da JCP junto dos estudantes do Ensino Profissional

Tendo em conta o crescimento da realidade do Ensino Profissional no nosso país, o aumento significativo do número de estudantes deste subsistema e dos seus problemas muito concretos, urge a necessidade de se reforçar a organização junto destes estudantes e uma maior atenção por parte de toda a organização.

Existem grandes debilidades de intervenção e diferenças entre as Organizações Regionais a nível do desenvolvimento do trabalho. Existe um número muito reduzido de colectivos com actividade e intervenção regular. Apesar disso, o existente permitiu contribuir para a resolução de problemas concretos dos estudantes, sendo de referir o contributo pontual dos comunistas para a criação de um movimento associativo mais forte e reivindicativo.

É necessário recrutar novos militantes estudantes do ensino profissional, responsabilizar camaradas nas regiões por esta frente de trabalho e definir linhas de trabalho adequadas a cada realidade que permitam um aumento da intervenção e o reforço dos colectivos e criação de novos.

É necessário ainda encontrar a melhor maneira para coordenar e dirigir o trabalho nesta frente. As reuniões nacionais do Ensino Profissional da JCP não resolvem por si só esta dificuldade mas são um instrumento válido que se deve potenciar.

4.5.7 A intervenção da JCP junto do movimento associativo juvenil de base local

A estreita ligação da JCP com o movimento juvenil de base local (que envolve milhares de jovens), de índole formal ou informal, é muito importante para a nossa organização e reflecte a ligação natural dos membros da JCP à realidade. A sua profunda ligação à vida em cada local é fundamental para o nosso conhecimento e intervenção junto das mais justas reivindicações do movimento juvenil. É necessário aprofundar a relação e afirmação dos militantes comunistas junto do movimento juvenil. É um factor essencial para potenciar e dinamizar as mais variadas expressões do movimento juvenil, conhecer de facto as realidades, os problemas e aspirações, potenciando a diversidade de gostos e actividades dos militantes, estabelecendo contacto com outros jovens, ligando a luta e os objectivos do movimento juvenil às causas e objectivos dos comunistas.

Apesar dos passos dados no aprofundamento do conhecimento desta complexa realidade, há ainda trabalho a fazer para a concretização de uma intervenção organizada e transformadora neste espaço.

4.5.8 A capacidade realizadora e iniciativa própria dos colectivos e organizações da JCP

A JCP é o conjunto dos seus colectivos e organizações. A possibilidade de transformação do meio onde se inserem está dependente da capacidade dos colectivos terem iniciativa própria e realizadora, desenvolvendo e potenciando criativamente as orientações gerais da JCP.

A capacidade de dinamização da luta é inseparável do trabalho militante realizado no dia-a-dia, trabalho esse que só pode ser potenciado no quadro dos diversos colectivos, sejam de escola, de empresa ou no âmbito do local de residência (a quem compete dar resposta para os diferentes problemas do local onde estão inseridos).

Ter ligação à realidade, definir linhas de intervenção, planificar, executar e controlar a execução das diferentes tarefas, procurando um envolvimento crescente de militantes e outros jovens, responsabilizando e atribuindo tarefas aos militantes, são aspectos estruturantes na capacidade de realização da nossa organização.

É no trabalho colectivo que reside a nossa força. Através da discussão colectiva, do envolvimento e contacto regular com todos os militantes, da solidariedade e da fraternidade comunista no trabalho diário, a organização avança e reforça-se.

4.5.9 Outras linhas de intervenção diversificada da JCP

Desde o 8º Congresso, a actividade da JCP foi diversificada e reflexo da criatividade dos colectivos e organizações: desde debates a concertos passando por torneios desportivos, convívios, projecções cinematográficas, campanhas sobre problemas locais, etc. Esta diversidade de iniciativas comprovam não só a capacidade realizadora das organizações da JCP, mas também a profunda ligação da JCP à vida.

Concretizando as orientações do 8º Congresso, foram realizadas campanhas a nível nacional:

- de afirmação da JCP nos inícios de anos lectivos tanto no Ensino Secundário como no Ensino Superior;
- da preparação e divulgação dos Encontros Nacionais do Ensino Secundário, e das Conferências Nacionais do Ensino Superior, bem como a preparação das inúmeras assembleias de organização, encontros, plenários, entre outros;
- da Juventude Trabalhadora, sobre as alterações para pior do Código do Trabalho, sobre o aumento do desemprego, sobre a precariedade, sobre as lutas gerais dos trabalhadores como a Greve Geral de 2007 convocada pela CGTP e as manifestações de jovens trabalhadores do Dia Nacional da Juventude - 28 de Março;
- pela despenalização da IVG no Referendo de 2008;
- pelo direito à cultura, com recolha de um abaixo-assinado nacional entregue da AR;
- a edição do Postais de comemoração do centenário de Lopes Graça
- na mobilização e esclarecimento nas questões da paz e mais concretamente na solidariedade para com a Palestina, foram inúmeros os debates, sessões de esclarecimento, acções de rua, etc;
- campanhas de comemoração do 25 de Abril, com particular destaque do seu 34º aniversário
- diversas acções de solidariedade com povos e organizações em luta como a Juventude Comunista da República Checa;
- contra o Tratado de Lisboa;
- Comemorações dos aniversários da JCP com particular

destaque a comemoração do 30º aniversário, que constituíram momentos altos de convívio e esclarecimento, e a edição do livro dos 30 anos da JCP “Transformar a vida, Construir o futuro”;

- a realização de 3 edições do Torneio Agit, torneio de Futsal da JCP, entre 2007 e 2009, que se afirma hoje como uma grande acção de massas da JCP em torna da luta pelo direito ao desporto, envolvendo na ultima edição x equipas, mais de um milhar de atletas em cerca de 50 eliminatórias concelhias e regionais.

Os debates e sessões de esclarecimento são outra linha de trabalho que caracterizaram a intervenção da JCP. Abordando inúmeros temas, tiveram um importante papel no esclarecimento e na consciencialização dos militantes comunistas e outros jovens.

Os acampamentos regionais, actividade de Verão das organizações, continuam a ser momentos importantes na vida da organização pelos momentos de convívio, alegria, debate, desporto, cultura e contacto de rua para muitos militantes e outros jovens.

A Festa do Avante! é um momento de grande importância na vida da JCP, pelas exigências que coloca ao nível do envolvimento de camaradas e de planificação, sendo todo um processo que com muita alegria contribui para a responsabilização e formação de quadros. Desde o 8º Congresso, aumentou o contributo da JCP para o sucesso da Festa do Avante!, não só na implantação do seu espaço e outros espaços centrais, mas também na venda da Entrada Permanente e nos três dias em si. Os festivais de bandas de apuramento para o Palco Novos Valores da Cidade da Juventude, afirma-se todos os anos como as grandes iniciativas de massas de afirmação da Festa do Avante! por todo o país, não só pelo crescendo número de bandas envolvidas, os milhares de jovens que todos os anos assistem a estas iniciativa mas também pelo aumento das eliminatórias concelhias e regionais. Mantém-se a linha de trabalho de realização de duas Finalíssimas, uma a Norte e outra a Sul do País.

4.5.10 O Recrutamento e enquadramento de novos militantes

O Recrutamento de novos militantes é uma tarefa de todos os camaradas da JCP e deve estar presente em todos os momentos da nossa intervenção. Seja na escola, seja no local de trabalho, seja na rua ou no café o recrutamento é fundamental para o reforço dos colectivos e de toda a organização.

Uma das formas importantes de reforçar a organização e potenciar os recrutamentos é sua discussão nos colectivos, fazendo levantamento de nomes com perspectiva do recrutamento dirigido e a definição de metas a atingir. É também importante o envolvimento de amigos nos vários planos de actividade da JCP, com a perspectiva destes

aprofundarem o conhecimento da organização.

As Campanhas de Recrutamento são importantes ferramentas do reforço, os colectivos de base podem definir campanhas próprias de recrutamento, para assim reforçar ainda mais o trabalho e a organização. Na preparação do 9º Congresso, definiu-se uma Campanha de recrutamentos e foram recrutados x novos Camaradas.

O Trabalho de enquadramento dos novos militantes é importantíssimo, numa organização como a JCP. É preciso convocar logo os novos militantes, para as reuniões de colectivo, para as iniciativas e logo que possível responsabilizá-los por tarefas concretas.

O enquadramento de novos Camaradas também é pôr os novos militantes a envolvidos no trabalho da organização logo que se inscrevem.

Uma das tarefas mais importantes da JCP é o reforço do Partido, e desta forma o recrutamento de Camaradas da JCP para o PCP é essencial para contribuir para o rejuvenescimento do Partido. Na preparação do 9º Congresso foram recrutados x novos militantes para o Partido

4.5.11 Militância

Os militantes são a força, a firmeza ideológica e política são o rosto da JCP. Os militantes são imprescindíveis num partido como o nosso, são elementos que intervêm que se formam e ajudam a formar outros.

Como tal a militância é fundamental e essencial ao trabalho e reforço da JCP, é necessário formar os camaradas nos colectivos de base para que militantemente a organização cresça e avance.

A militância cria-se e não nasce com ninguém, para isso é essencial que os camaradas percebam e sejam bem integrados na organização, que discutam colectivamente tudo o que diz respeito à JCP.

É muito importante que todos os Camaradas assumam responsabilidades e tarefas. O contributo e a elevação da militância de cada um é fundamental para o reforço da JCP.

4.5.12 A Formação Ideológica

A JCP como a organização revolucionária da juventude, deve valorizar a formação ideológica dos seus militantes. A formação ideológica faz-se todos os dias, nas reuniões de colectivos, nas iniciativas da JCP, nas escolas ou locais de trabalho na afirmação da JCP junto da juventude e na Luta.

O espírito de querer conhecer mais sobre o marxismo-leninismo deve ser mais potenciado na organização. É importante que os camaradas conheçam os Princípios Orgânicos da JCP e o Programa e Estatutos do Partido, pois

estes permitem-nos ter um conhecimento do funcionamento da nossa organização bem como o projecto do Partido para a Sociedade.

Outros três instrumentos muito importantes de estudo e formação ideológica, são o AGIT, o Avante! e o Militante. Estes dois permitem ter uma visão sobre o trabalho diário da JCP e do Partido bem como servem de materiais de estudo e de apoio para a discussão colectiva.

Discutir um artigo do AGIT ou do Avante, numa reunião de colectivo pode ser um instrumento de discussão e formação ideológica.

Os Cursos de Formação ideológica, na Escola do Partido ou nos Centros de Trabalho, são outro instrumento muito importante na formação ideológica dos camaradas. Os cursos podem e devem ser discutidos e propostos nos colectivos.

Desde o último Congresso, realizaram-se dezenas de cursos de Formação Ideológica na Escola do Partido e nas Organizações Regionais. Esta linha de trabalho deve continuar a merecer muita atenção, com o objectivo de aumentar o nível de conhecimento mas como também aumentar o contributo para aumentar uma maior consciência dos militantes da JCP.

4.5.13 Política de Fundos

A JCP é a organização revolucionária da juventude, mantendo-se ideologicamente independente, respondendo apenas em defesa das aspirações e direitos da juventude. Toda a recolha financeira depende única e exclusivamente da capacidade realizadora dos colectivos e da recolha de cotas.

É portanto fundamental que tenhamos uma boa condição financeira para que dessa forma tenhamos uma maior ligação as massas. Uma boa condição financeira é sinónimo de mais intervenção e mais actividade da JCP, com melhores condições.

É fundamental aumentar a recolha de cotas nos colectivos e fazer entender aos camaradas a importância do pagamento da mesma e de aumentar a recolha financeira por meio de iniciativas. Desta forma além de recolhermos fundos estamos a intervir e a dinamizar a organização.

Fundamental é também a responsabilização de camaradas por esta tarefa, mas não de uma forma administrativa, mas sim de uma forma dinâmica que se perceba a importância política desta tarefa numa organização como a JCP.

4.5.14 AGIT – O Jornal da JCP

O AGIT é o jornal da JCP, que carrega em si aquelas que são as lutas da juventude, a actividade da organização e as

propostas da JCP. A sua venda e divulgação é, portanto, fundamental no seio da juventude. O AGIT é um instrumento muito importante, não só no apoio ao crescimento da organização, mas como de divulgação da JCP e afirmação das lutas da juventude.

É essencial aumentar a venda para fora e dentro da organização, levar mais o AGIT às escolas, aos locais de trabalho, aos locais de concentração juvenil.

Desde o 8º Congresso que se deram avanços tanto no tratamento do AGIT como na sua divulgação e venda. Conseguiu-se melhorar o arranjo gráfico assim como a sua regularidade, sendo hoje um jornal bimensal e em determinados períodos saem edições especiais como para as comemorações do 25 de Abril ou para a Festa do Avante.

Destaca-se a realização de uma campanha de afirmação do AGIT, com a edição de uma brochura com a história da imprensa juvenil e a dinamização de vários debates e iniciativas que contribuíram para a divulgação do AGIT.

Fizeram-se esforços também para o aumento da sua venda orgânica e para fora, potenciando a discussão sobre a sua importância nos colectivos assim como na definição de linhas concretas de vendas nas ruas, nas escolas e locais de trabalho potenciando experiências muito positivas que importa continuar. O aumento da sua tiragem teve também peso na sua divulgação. É importante continuar com a linha de trabalho de responsabilização de camaradas por esta tarefa.

No quadro da preparação do 9º Congresso decidiu-se uma Campanha de Afirmação do AGIT, com o objectivo de aumentarmos a venda e a tiragem do AGIT, de até ao Congresso irmos a 500 sítios prioritários com o AGIT de uma forma regular, assim como, levar para a rua um cartaz de afirmação do nosso jornal.

4.5.15 Imprensa Partidária

A imprensa partidária é uma ferramenta fundamental na agitação das, massas, bem como um apoio muito grande na consciencialização das massas e da organização.

O Avante! e o Militante, a imprensa do Partido, são instrumentos essenciais para a formação ideológica dos militantes da JCP. A sua divulgação junto dos jovens e de todos os trabalhadores é fundamental, pois são a única imprensa que transportam em si a verdade do lado da classe operária e de todos os trabalhadores.

Desde o último congresso deram-se avanços na divulgação do Avante, por parte da organização. Para além da discussão e aumento em torno das ADE's levou-se o Avante à juventude, tanto em vendas nas escolas, mas principalmente em locais de trabalho, onde se registou experiências muito positivas.

É preciso reforçar esta linha de levar o Avante e o Militante

para as escolas, locais de trabalho e locais de concentração juvenil. Fazer um maior esforço por parte da organização tanto na sua venda orgânica como para fora. É importante continuar com a linha de trabalho de responsabilização de camaradas por esta tarefa.

4.5.16 Propaganda

A tarefa da propaganda é muito importante no trabalho da JCP enquanto meio de afirmação das nossas propostas junto das massas juvenis.

A JCP tem desenvolvido um variado trabalho de produção de materiais do mais diverso tipo, mas temos de colmatar a dificuldade da produção de materiais de propaganda nos colectivos bem como a sua rapidez de execução.

Apesar das dificuldades deram-se avanços na produção de propaganda por parte dos colectivos de base, com a discussão e a execução de elementos próprios, nomeadamente os seus boletins. Este elemento de propaganda da JCP é um dos mais importantes, tendo em conta a sua aproximação à realidade concreta da escola ou do local de trabalho em que os jovens, que aí estudam ou trabalham, se revêem mais facilmente.

A JCP tem de estar sempre na vanguarda e temos de ser rápidos na denúncia e na intervenção e para tal, a tarefa da propaganda é fundamental.

É também de grande importância, na propaganda da JCP, o uso das novas tecnologia de informação e comunicação. O sitio da Internet da JCP é um instrumento de trabalho fundamental, tendo em conta o numero daqueles que todos os meses o visitam para conhecer as nossas propostas, colocar dúvidas ou pedir mais informações ou como se inscreverem. Por isso a sua divulgação e constante actualização deve estar sempre presente no trabalho diário das organizações. Deste sitio pretende-se que seja o espelho da organização, que contenha em si a actividade das diversas organizações, as propostas e acção da JCP e para tal é essencial um esforço maior por parte das organizações no tratamento de conteúdos para o sitio.

Será importante também dar maior atenção à divulgação da Comunic, a rádio do Partido online, que tem um espaço semanal da JCP que transpõe um pouco do que é a nossa actividade.

4.5.17 O Trabalho com a Comunicação Social

A comunicação Social é um hoje um grande instrumento do Capital, para formatar as massas e controlar o que se sabe e como se sabe.

Assistimos diariamente ao silenciamento e deturpação da actividade da JCP e do PCP, por parte dos meios de

Comunicação Social dominante, mas esta situação não deve ser um impedimento para que aprofundemos o trabalho nesta área, divulgando tudo o que for iniciativas da JCP.

Devemos dar mais atenção à comunicação social local e regional, nas quais existe mais espaço para a divulgação das iniciativas da JCP.

4.5.18 O Trabalho em unidade

A JCP e os seus militantes estão intimamente ligados às massas e ao movimento juvenil, seja na colectividade, na AAEE, no movimento sindical de classe ou seja no Grupo de Teatro. Os jovens comunistas estão nestas estruturas, não com uma perspectiva de controlar mas sim, com uma perspectiva de ajudar ao trabalho e à defesa dos direitos e interesses do movimento unitário.

O trabalho em unidade é um instrumento fundamental na acção dos jovens comunistas com outros jovens na defesa dos direitos de todos. Só com unidade com outros jovens democratas e progressistas é que se conquistará e defenderá os direitos da juventude.

A discussão no seio da JCP, da intervenção de cada militante, é fundamental para uma acção organizada e consequente e para um movimento juvenil mais forte e coeso. Os jovens comunistas devem assumir a vanguarda da luta do movimento juvenil, e juntamente com outros dinamizar a sua ampla frente de luta pelos direitos da juventude.

Deste o último Congresso foram dados importantes passos na intervenção e na discussão dos comunistas no movimento unitário juvenil, bem como aumentamos o nosso conhecimento desta realidade e das potencialidades da intervenção dos comunistas em associações de base local e cariz local.

4.5.19 Relacionamento e tarefas institucionais

O trabalho nesta frente serve para promover a ligação da luta de massas e da acção juvenil à luta institucional do Partido e da JCP. A JCP desenvolve a sua actividade institucional prioritariamente no CNJ, na AR e nas Autarquias.

A intervenção da JCP no CNJ tem como linha orientadora, criar espaços de diálogo e entendimento entre as organizações de juventude, principalmente em torno de questões concretas que criem unidade e assim criar um espaço reivindicativo e uma ferramenta de apoio ao associativismo juvenil.

A JCP interveio regularmente na vida do CNJ, participando regularmente nas suas várias Comissões e nas Assembleias Gerais, contribuindo para, dentro das dificuldades normais

de um espaço onde participam outras juventudes partidárias, um posicionamento correcto do CNJ perante quer a situação dos jovens portugueses, quer em questões internacionais.

O trabalho institucional com o grupo parlamentar do PCP, mostrou ser uma forte ferramenta na denúncia dos problemas e na intervenção da JCP junto dos jovens.

Pelo conhecimento e intervenção da JCP, o Grupo Parlamentar do PCP efectuou cerca de duzentas perguntas ao Governo em torno de problemas concretos.

Estes requerimentos podem ser também divulgados nas escolas e locais de trabalho, para assim darmos a conhecer aos jovens que com nas escolas ou nas empresas, também na AR os comunistas lutam todos os dias.

Da mesma maneira, o PCP na Assembleia da República apresentou centenas de requerimentos e perguntas, dezenas de projectos de lei e projectos de resolução que visaram resolver problemas dos jovens, entre os quais destacamos: o Subsídio de inserção na vida activa, o Estatuto de bolseiro de investigação científica, a educação sexual, as alterações ao estatuto do aluno, o reforço ao incentivo ao arrendamento por jovens, o Programa nacional de combate à precariedade, o Regime de apoio aos estágios curriculares, a gratuidade dos manuais escolares, o Plano nacional ao associativismo juvenil e estudantil, a Lei de financiamento do ensino superior, bem como muitas outras medidas transversais que afectaram directamente a juventude.

Nas últimas eleições autárquicas a grande participação de centenas de jovens da JCP e independentes, nas listas da CDU e conseqüentemente a eleição de centenas de jovens nas autarquias locais, mostrou que as propostas e o trabalho feito da CDU têm cada vez mais aceitação dos jovens.

É fundamental que os jovens eleitos mantenham a sua ligação à vida e desta forma terem um conhecimento dos anseios e aspirações da juventude.

A JCP tem o dever de envolver estes militantes na organização e aprofundar a ligação entre o trabalho da JCP e a intervenção no poder local.

4.5.20 Actividade internacional

A JCP assume-se como uma organização internacionalista, e o relacionamento da JCP com organizações comunistas, revolucionárias, progressistas e anti-imperialistas de outros países, pauta-se por um grande respeito das características próprias de cada organização de acordo com a sua realidade e da não ingerência nos seus assuntos internos, sempre com o objectivo de fortalecer os laços de amizade, solidariedade e fraternidade.

No quadro internacional a JCP participou após o 8º Congresso, nos Congressos da YCL SA (África do Sul), SDAJ (Alemanha), JMPLA (Angola), UJS (Brasil), EDON (Chipre),

JUCO (Colômbia), CJC (Espanha), CJCCatalunha (Espanha), UJCE (Espanha), MJCF (França), DYFI (Índia), FGCI (Itália), UJDL (Líbano), JS (Marrocos), UJSARIO (Sahara Ocidental), UNG VANSTER (Suécia) e JCV (Venezuela).

No quadro das reuniões dos órgãos da FMJD a JCP participou na Assembleia da FMJD, em Março de 2007, no Vietname, nas reuniões do Conselho Coordenador no Líbano, em 2006, na Venezuela, em Agosto de 2007, e em Julho de 2008, e em Paris, em Novembro de 2009, na reunião do Conselho Geral em Cuba, em 2008, tendo acolhido em Lisboa uma reunião do Conselho Geral, em Fevereiro de 2008. Participou ainda, nas reuniões da Comissão da Europa e da América do Norte em Espanha, em Dezembro de 2006 e em Dezembro de 2008, na Hungria, em Maio de 2007, no Chipre, em Novembro de 2007, e em Atenas e em Setembro de 2008.

A JCP participou em outras iniciativas da FMJD, como a comemoração dos 60 anos do movimento dos FMJE'S. Desenvolvemos as Campanhas da FMJD, sobre a educação, solidariedade com a KSM, sobre as bases militares e na recolha de fundos (estas duas campanhas ainda estão a decorrer). A JCP participou nas Brigadas de solidariedade da FMJD aos Balcãs, Colômbia, Cuba, Líbano e Palestina.

A JCP participou em Reuniões Consultivas Internacionais do FMJE, no Vietname e Venezuela. A JCP participou nas Reuniões de Organizações de Juventude Comunistas da Europa na República Checa, na Turquia e em Espanha.

A JCP participou também em várias outras iniciativas internacionais como: Encontro Europeu pela Paz na Colômbia em Espanha, no Acampamento da FGCI de Itália, no Acampamento pela ocasião do 50º aniversário da SDAJ, na Alemanha e o II Encontro Juvenil Internacional de Solidariedade com os 5 heróis Cubanos, em Cuba.

4.6 Linhas de orientação para o trabalho de direcção

4.6.1 Enquadramento ideológico

A JCP é tão mais coesa, política, ideológica e organicamente, quanto mais profunda for a ligação dos seus militantes às massas juvenis, maior for a unidade de intervenção e acção dos jovens comunistas, a par do respeito e cumprimento das orientações políticas da organização. Estes são factores que reforçam e potenciam a força da JCP.

O desenvolvimento criativo do centralismo democrático é essencial para o reforço e aprofundamento da democracia interna da JCP. A ampla discussão e participação dos militantes na definição das orientações políticas, a eleição dos organismos de direcção, o trabalho e direcção colectivos, a atenta consideração de todas as opiniões, o cumprimento das decisões dos organismos de direcção superiores e a responsabilização de quadros na definição e

cumprimento das orientações, são princípios fundamentais para o aprofundamento do centralismo democrático, o reforço, intervenção e influência da organização da JCP.

O trabalho colectivo, a camaradagem entre os militantes, a estreita ligação aos seus militantes e organizações, a descentralização de tarefas assegurando a democracia interna, uma orientação geral única e a constante circulação de informação na organização aos diferentes níveis, sectores e regiões, são características essenciais da JCP que contribuem decisiva e criativamente para o desenvolvimento e enriquecimento das soluções de direcção.

4.6.2 Estrutura de direcção da JCP

A estrutura de direcção da JCP, entre congressos, assenta na Direcção Nacional (DN), nos seus Organismos Executivos – Comissão Política da DN e Secretariado da DN -, nas Comissões Regionais e, ao nível das Organizações Autónomas, na Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES), na Direcção Central do Ensino Superior (DCES) e noutros organismos das Organizações do Ensino Secundário e Ensino Superior.

4.6.2.1 O Congresso

O Congresso é o órgão máximo da JCP.

Deve ser realizado de 3 em 3 anos, salvo situações excepcionais.

Ao Congresso compete definir a todos os níveis a orientação da JCP, alterar e aprovar os Princípios Orgânicos, e eleger a DN da JCP.

A sua preparação é um momento muito importante na organização tendo em conta a dinâmica criada nas organizações e nos colectivos para fazer chegar o congresso da JCP à juventude portuguesa. Não havendo definição de linhas rígidas na sua preparação, a criatividade das organizações na procura do reforço orgânico e da intervenção tem-se demonstrado fundamental para a realização de um congresso ligado à vida, que vinque as verdadeiras aspirações e direitos da juventude.

A preparação do congresso da JCP é também um momento fundamental na aplicação criativa do centralismo democrático, na definição, com o contributo de todos os militantes, de uma orientação única da JCP e na definição da Direcção Nacional a ser eleita no mesmo.

Tendo em conta que muitos militantes da JCP participam pela primeira vez num processo profunda democracia da organização, é um momento também ele privilegiado de formação ideológica de cada militante da JCP.

4.6.2.2 A Direcção Nacional

A DN é o órgão máximo entre Congressos.

A DN desenvolveu um trabalho de direcção bastante positivo, tendo reunido com regularidade e definido as orientações para a acção e intervenção da JCP. Verificou-se, quanto à assiduidade e pontualidade nas reuniões, uma melhoria significativa que se reflecte numa melhor preparação dos quadros para a intervenção no seu local concreto.

No entanto, deverão ser tomadas medidas para possibilitar uma maior participação de todos os seus membros, afim de se potenciar e melhorar cada um dos seus membros, e consequentemente a organização.

Competências da DN:

- Dirigir a JCP de acordo com a orientação geral definida no Congresso;
- Definir as linhas de orientação para o trabalho político, ideológico e orgânico da JCP de acordo com as linhas gerais definidas em Congresso;
- Definir as linhas de intervenção política da JCP no sentido de aprofundar a ligação à realidade juvenil;
- Definir o plano anual de actividades da JCP;
- Conhecer e aprofundar o conhecimento da realidade política, social, económica e cultural da juventude, tanto no plano nacional como internacional;
- Convocar os Encontros Nacionais da JCP e traçar os seus objectivos;
- Convocar o Congresso da JCP, definir as suas normas de funcionamento, representação e assumir a sua preparação;
- Prestar contas ao congresso da actividade da JCP, da análise da política juvenil, da situação da juventude e das linhas de orientação sobre a intervenção, organização e direcção, devidamente documentada e fundamentada;
- Eleger de entre os seus membros, a Comissão Política e o Secretariado, considerando no desenvolvimento da sua actividade a necessidade de renovação destes organismos;
- Ter capacidade de se renovar através do processo de cooptação de novos membros que incluirá, obrigatoriamente, o processo de auscultação previsto para a eleição em Congresso, ouvindo os organismos aos quais os membros propostos pertencem;
- Retirar a qualidade de membros da DN a todos aqueles que não participem injustificadamente em 4 reuniões consecutivas;
- Cumprir e fazer cumprir os Princípios Orgânicos da JCP;

- Reunir de forma operacional garantindo a todos os seus membros espaço de intervenção.

A nova Direcção Nacional a ser eleita pelo Congresso, sob proposta da Direcção Nacional cessante deverá ter por base os seguintes critérios:

- ter uma composição etária, social e de rapazes e raparigas que reflecta a realidade da organização e os objectivos de trabalho;
- Ser constituída pelo núcleo fundamental dos quadros activistas da JCP;
- Assegurar uma ligação ao fundamental das organizações regionais, sectores e áreas de intervenção;
- ter uma composição de quadros profundamente ligados às várias áreas e realidades do movimento juvenil;
- ter em conta, no número de elementos a eleger, as questões de funcionalidade.

4.6.2.2.1 A Comissão Política

Desde o último Congresso manteve-se o funcionamento regular da Comissão Política ao nível da direcção política, conhecimento e análise da realidade juvenil. A Comissão Política assegurou uma distribuição equilibrada das tarefas entre os seus membros e cumpriu as competências que lhe foram atribuídas.

Competências da Comissão Política da DN:

- Assumir a direcção política da JCP entre reuniões da DN;
- Acompanhar o desenvolvimento e traçar orientações para a actividade da JCP de acordo com a orientação da DN;
- Acompanhar o desenvolvimento e tomar posição sobre a situação juvenil e outros aspectos de especial relevância no plano nacional;

4.6.2.2.2 O Secretariado

O Secretariado da DN garantiu o seu regular funcionamento, cumprindo nos diferentes momentos o fundamental das competências que lhe foram atribuídas, conseguindo uma distribuição equilibrada das diversas tarefas entre os seus membros. O papel do Secretariado revelou-se fundamental na actividade da JCP, no acompanhamento, formação e promoção de quadros da JCP, para o seu desenvolvimento orgânico.

Seria mais benéfico para o desenvolvimento das tarefas que os membros do Secretariado não acompanhassem Organizações Regionais directamente, no caso de serem membros da Comissão Política. Há passos a dar para se cumprir este objectivo.

O Secretariado revelou no desenvolvimento do trabalho uma profunda articulação com a Comissão Política, as

Comissões Regionais, e as direcções centrais da OESec e da OESup.

Competências do Secretariado da DN:

- Assumir a responsabilidade do tratamento das questões de organização e de acompanhamento aos quadros da JCP, através do acompanhamento à actividade da JCP nas diferentes Organizações Regionais, sectores e áreas de intervenção;
- Assumir o relacionamento internacional da JCP;
- Assumir o relacionamento institucional da JCP;
- Acompanhar o trabalho de informação e propaganda da JCP;
- Gerir e dinamizar a actividade financeira da JCP;
- Gerir o património da JCP.

4.6.3 As Comissões Regionais

As Comissões Regionais são a direcção regional da JCP, tendo por competência coordenar e dirigir o trabalho da JCP em cada organização regional.

O trabalho e a dinamização da actividade da JCP nas regiões, apesar dos avanços e recuos, tem vindo progressivamente a desenvolver-se, fundamentalmente na capacidade realizadora e de intervenção própria e na criação ou fortalecimento de estruturas de direcção concelhias. Igualmente importante foi, no quadro das suas autonomias, o desenvolvimento da OESec e OESup.

As Comissões Regionais da JCP são eleitas nos Encontros Regionais da JCP, órgão máximo da organização regional, que, para além de eleger as Comissões Regionais, têm uma grande importância na definição de orientações para o trabalho da JCP nas regiões, bem como deve comportar uma forte componente de afirmação da JCP e de convívio entre os camaradas.

Orientações para o trabalho das Comissões Regionais da JCP:

- As Comissões Regionais devem ter capacidade de direcção e acção política nas organizações regionais;
- A composição das Comissões Regionais deve corresponder à realidade da organização, e manter um funcionamento estável;
- Devem ser eleitas em Encontros Regionais, podendo proceder à cooptação de novos camaradas, sempre que se achar necessário;
- Podem eleger um organismo executivo que se entenda necessário para o andamento do trabalho;

- Devem analisar regularmente as políticas regionais e nacionais e tomar posição sobre elas, assumindo maior protagonismo e responsabilidade, reforçando e prestigiando a JCP na região;

4.6.4 CNES – Coordenadora Nacional do Ensino Secundário

A CNES é, no quadro da autonomia da OESec, o organismo de direcção da organização entre Encontros Nacionais.

A CNES é eleita no Encontro Nacional, órgão máximo da organização, e pode, quando achar necessário, proceder à cooptação de novos camaradas para o organismo.

A CNES tem também a capacidade de eleger quaisquer organismos que considere necessário.

A CNES deve procurar aumentar constantemente o seu poder de análise e direcção, bem como espelhar ao máximo a organização, procurando ter camaradas de todas as regiões.

Desde o 8º Congresso, e apesar das dificuldades, a CNES desenvolveu um trabalho positivo, quer ao nível de direcção, quer ao nível de ligação às várias realidades da organização e da vida estudantil.

4.6.5 DCES – Direcção Central do Ensino Superior

A DCES é, no âmbito da autonomia da OESup, o organismo de direcção da organização entre a realização de conferências.

A DCES é eleita na CNES, órgão máximo da organização e pode, sempre que considerar necessário para o seu reforço, proceder à cooptação de novos camaradas. A DCES tem também a capacidade de eleger quaisquer organismos que considere necessário.

A composição da DCES deve assegurar uma profunda ligação ao movimento estudantil, aos diversos subsistemas de ensino superior e aos vários pólos e universidades do país.

A DCES, no tempo que nos separa entre Congressos, apesar de dificuldades, traçou orientações no sentido do reforço da luta e da organização.

4.6.6 Os colectivos de apoio à direcção central e os grupos de trabalho central

A acção dos colectivos de apoio à Direcção Central da JCP e os grupos de trabalho centrais dão um importante contributo no apoio ao conhecimento, e no desenvolvimento da intervenção da JCP nas diversas áreas e frentes de trabalho. Do ponto de vista orgânico foram a solução encontrada mais adequada para o apoio do trabalho

de direcção central da JCP.

A dinamização e/ou criação de colectivos e grupos de trabalho centrais, deve merecer particular atenção por parte da Direcção Central da JCP, pois estes decorrem de necessidades da actividade da JCP no plano central e da intervenção nas diferentes áreas e frentes de trabalho. Desta forma o reforço destes colectivos é uma tarefa que deve merecer especial atenção de toda a organização: organizações regionais e sectoriais, procurando disponibilizar quadros para o trabalho nestes colectivos.

Desde o 8º Congresso da JCP, registou-se um funcionamento regular do colectivo do AGIT. Os colectivos do Trabalho Institucional, Sector Internacional e Associativismo requerem maior regularidade. Estão constituídos os colectivos da Propaganda, para as Questões do Racismo, da Toxicoddependência e do Ambiente, tendo funcionado de forma insuficiente. Não se concretizou a constituição de colectivos centrais para as questões do Desporto e da Cultura.

4.7 A JCP e o PCP

A JCP é uma organização do Partido, funciona como uma organização autónoma que tem uma direcção própria mas age e funciona de acordo com os estatutos e programa do Partido.

A JCP é a organização de juventude do Partido Comunista Português, o trabalho baseia-se no respeito pela autonomia e capacidade de decisão e acção própria da JCP, com uma perspectiva de articulação e cooperação do trabalho com o objectivo de reforçar o Partido e a JCP.

Ao longo dos anos é possível ver que a JCP dá um grande contributo ao Partido, seja no número de quadros que hoje assumem tarefas no Partido que passaram pela JCP. Seja pela ligação ou enraizamento que a JCP tem no seio da juventude que sabe que a JCP é a juventude do PCP.

A JCP dá um grande contributo no recrutamento de novos militantes para o Partido e ao longo dos anos a experiência e a vida mostra que a JCP desempenha um papel insubstituível de ligação do PCP à juventude.

A *Juventude Comunista Portuguesa, pelo seu ideal, prática e características de militância, camaradagem e amizade confirma-se mais uma vez neste seu 9º Congresso como a organização revolucionária da juventude portuguesa. Estamos e estaremos sempre lado a lado com a juventude portuguesa nas escolas, nas empresas, nas ruas e onde for preciso para a construção de um país e um mundo sem classes, sem exploradores nem explorados, de direitos, de paz e de solidariedade para todos, um país e um mundo socialistas – rumo ao Comunismo!*

Índice de Abreviaturas

AAEE – Associações de Estudantes	GNR – Guarda Nacional Republicana
AE – Associação de Estudantes	IAJ – Incentivo ao Arrendamento Jovem
AGA – Assembleia Geral de Alunos	INE – Instituto Nacional de Estatística
ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas	IPJ – Instituto Português da Juventude
AR – Assembleia da República	IRC – Imposto sobre o Rendimento de pessoas Colectivas
ASE – Acção Social Escolar	IRS – Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares
BCE – Banco Central Europeu	IST – Infecção Sexualmente Transmissível
BE – Bloco de Esquerda	IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
BM – Banco Mundial	IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez
CCJ – Conselho Consultivo de Juventude	JP – Juventude Popular
CDS/PP – Centro Democrático Social / Partido Popular	JS – Juventude Socialista
CDU – Coligação Democrática Unitária	JSD – Juventude Social Democrata
CGTP/IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses / Intersindical Nacional	MCES – Ministério da Ciência do Ensino Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação	NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
CNES – Conferência Nacional do Ensino Superior	OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
CNES – Coordenadora Nacional do Ensino e Secundário	OE – Orçamento de Estado
CNJ – Conselho Nacional de Juventude	OEBS – Organização do Ensino Básico e Secundário
CNP – Comité Nacional Preparatório	OES – Organização do Ensino Superior
CONFNAEEBS – Confederação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário	OGM – Organismo Geneticamente Modificado
CRP – Constituição da República Portuguesa	OMC – Organização Mundial do Comércio
CT – Comissão de Trabalhadores	OMS – Organização Mundial de Saúde
DCES – Direcção Central do Ensino Superior	ONG – Organização Não Governamental
DN – Direcção Nacional	ONU – Organização das Nações Unidas
ECTS – Sistema Europeu de Transferência de Créditos	ORT – Organização Representativa dos Trabalhadores
ENAEBS – Encontro Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário	PAAJ – Programa de Apoio às Associações Juvenis
ENAJ – Encontro Nacional de Associações Juvenis	PE – Parlamento Europeu
ENDA – Encontro Nacional de Direcções Associativas	PEE – Partido da Esquerda Europeu
ENES – Encontro Nacional do Ensino e Secundário	PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”
ENJ – Encontro Nacional de Juventude	PS – Partido Socialista
ETT – Empresa de Trabalho Temporário	PSD – Partido Social Democrata
FFAA – Forças Armadas	PSP – Polícia de Segurança Pública
FMI – Fundo Monetário Internacional	RGA – Reunião Geral de Alunos
FMJD – Federação Mundial da Juventude Democrática	RIP – Resíduo Industrial Perigoso
FMJE – Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes	RNAJ – Registo Nacional de Associações Juvenis
FNAJ – Federação Nacional de Associações Juvenis	SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
FNATES – Federação Nacional de Associações de Trabalhadores-Estudantes	SEJ – Secretaria de Estado da Juventude
FSM – Fórum Social Mundial	SMN – Salário Mínimo Nacional
	SMO – Serviço Militar Obrigatório
	SNS – Serviço Nacional de Saúde
	TE – Trabalhador-Estudante
	TLC – Tratado de Livre Comércio
	UE – União Europeia

9 CONGRESSO
Com a luta da juventude Construir o futuro!



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

Av. António Serpa, n.º 26-2º esq 1050-027 Lisboa, Portugal

tel_ 351 217 830 873 ★ www.jcp-pt.org ★ internacional@jcp-pt.org